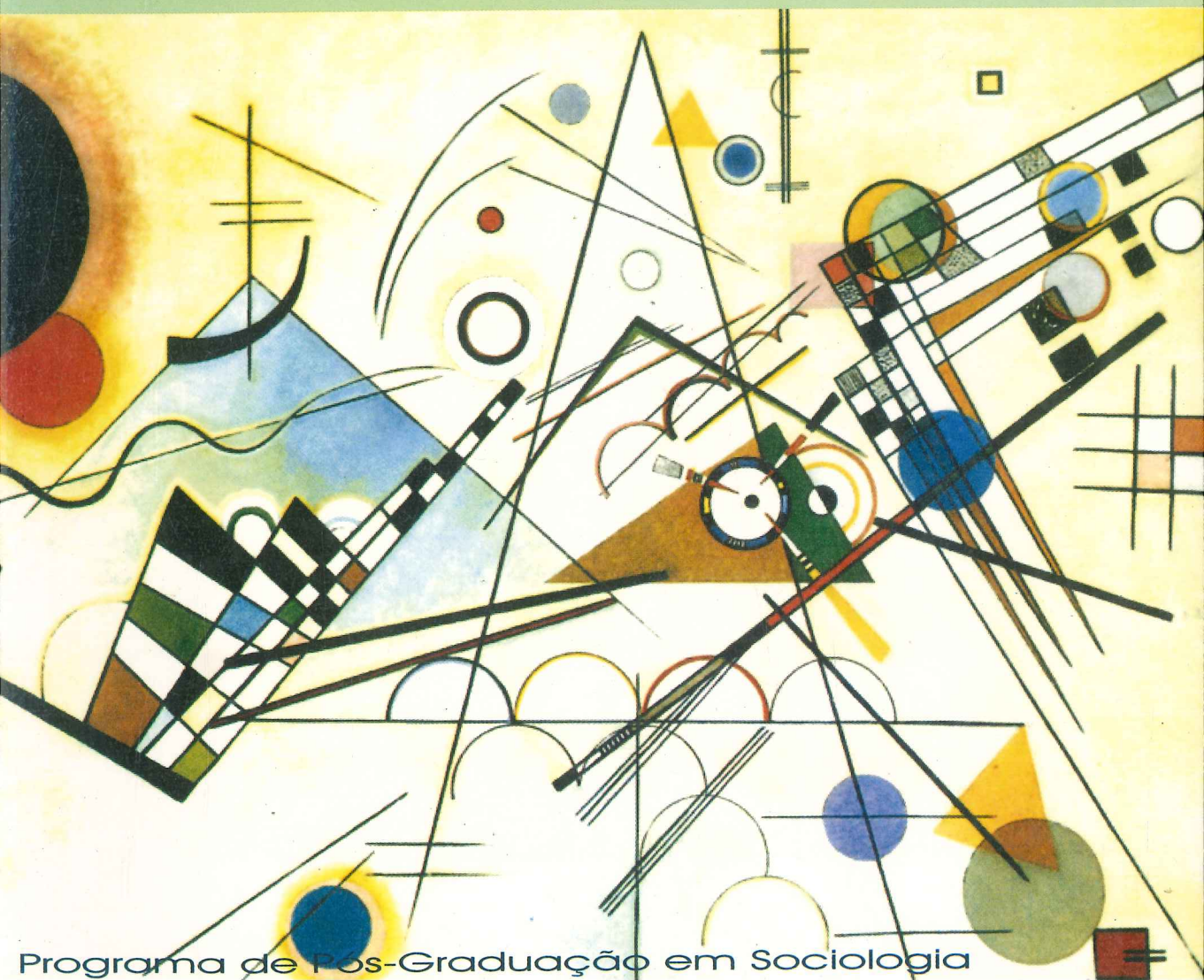


POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais
Número 17 - Setembro de 2001



Programa de Pós-Graduação em Sociologia



POLÍTICA & TRABALHO

REVISTA POLÍTICA & TRABALHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

COORDENAÇÃO 2000/2001

Ariosvaldo da Silva Diniz

Marilda Aparecida de Menezes

Publicação anual do PPGS/UFpb

nº 17 - setembro de 2001

ISSN 0104-8015

CONSELHO EDITORIAL

Adriano de León (UFpb)

Andrea Ciacchi (UFpb)

Anthony Hall (London School - Inglaterra)

Ariosvaldo da Silva Diniz (UFpb)

Brasília Carlos Ferreira (UFRN)

César Barreira (UFC)

Cláudia Fonseca (UFRGS)

Deolinda Maria de S. Ramalho (UFpb)

Edgard Afonso Malagodi (UFpb)

Eliana Monteiro Moreira (UFpb)

Elisa Maria Cabral (UFpb)

Ghislaine Duqué (UFpb)

Inaiá de Carvalho (UFBA)

Jacob Carlos Lima (UFpb)

José Arlindo Soares (UFpb)

Maria Carmela Buonfiglio (UFpb)

Mª de Nazareth Baudel Wanderley (UNICAMP)

Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA)

Marcos Ayala (UFpb)

Marion Aubrée (EHESS - França)

Maristela de Oliveira Andrade (UFpb)

Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFpb)

Neide Miele (UFpb)

Orlando Miranda (USP)

Paulo Henrique Martins (UFPE)

Regina Novais (UFRJ)

Rubens Pinto Lyra (UFpb)

Sandra J. Stoll (UFPR)

Silvia Ostrowestsky (Université de Amiens - França)

Simone Carneiro Maldonado (UFpb)

Vera da Silva Telles (USP)

EDITOR

Paulo Tarso C. Medeiros

EDITORA ASSISTENTE

Carla Mary S. Oliveira

SECRETÁRIA DA EDITORIA

Maria Sandra Rodrigues dos Santos

REVISÃO

Paulo Tarso C. Medeiros e Carla Mary S. Oliveira

Os artigos e resenhas publicados nesta edição e em edições anteriores de *Política & Trabalho* estão disponíveis no seguinte endereço da Internet:

<http://www.geocities.com/ptreview/>

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFpb:

Revista Política & Trabalho

Universidade Federal da Paraíba - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Bloco V

Campus I - Cidade Universitária - Castelo Branco - CEP 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil

Telefax: (0-XX-83) 216-7204 E-mail: ppgs@cchla.ufpb.br

Capa (layout e arte): Carla Mary S. Oliveira

Capa (ilustração): Wassily Kandinsky, *Composição VIII*, óleo sobre tela, 1923, 140 X 201cm.
Nova Iorque, The Solomon R. Guggenheim Museum.

Impressão: Manufatura Editora

Brasil - setembro de 2001

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

**Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)**

**Ano XVII
Número 17
Setembro de 2001**

ISSN 0104-8015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor - Jáder Nunes de Oliveira

Vice-Reitor - Thompson Mariz

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa - Maria José Lima da Silva

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora - Maria Yara Campos Matos

Vice-Diretor - Marconi Pequeno

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenador - Ariosvaldo da Silva Diniz

Vice-Coordenadora - Marilda Aparecida de Menezes

Copyright © 2001 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPb

ISSN 0104-8015

Impresso no Brasil - Printed in Brazil

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,
conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma
ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 5.988/73)
é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

P 769 Política & Trabalho. ano 17, n. 17 (2001). - João Pessoa:
PPGS-UFPb, 2001.

Anual
152p.

1. Sociologia. 2. Ciências Sociais. 3. Política.
4. Trabalho. 5. Cultura.

BC - UFPb

CDU 301

EDITORIAL

Tempos de resistência estes. Não contivessem todas as épocas, a disseminação vária de suas linhas de resistências, seus problemas em pauta, suas guerrilhas com as forças reativas, tantas vezes hegemônicas.

De todo modo, este é um tempo de resistências. Resistência à burrice avassaladora que empurra para mais longe o combate à banalização da vida e do que nela poderia (e pode) esplender em beleza, em justiça, em práticas cotidianas não-fascistas.

No âmbito mais circunscrito às universidades públicas federais, o momento é certamente de resistência às poderosas forças que, de modo absurdo, irresponsável e cruel, promovem cortes e limitações de todo o tipo - debilitando as áreas de pesquisa e de formação de novos pesquisadores.

Trilhando na modesta mas rigorosa linha da contra-efetuação dos poderes reativos, este número 17 de *Política & Trabalho*, publicação anual do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, prestigia os trabalhos frutos de pesquisas nas áreas de Cultura, Política e Trabalho - áreas de concentração do Programa.

Ainda-que geradas em situação extremamente precárias de trabalho, **dizer sim** ao estudo, à ativação da sensibilidade, da inteligência e da competência é resistir. Como afirmativo é o ato de saudar, neste número, a presença de artigos de nossos primeiros doutorandos - que cultivam este bem-vindo hábito de exercer o pensamento crítico.

O verso de Caetano Veloso, "*coragem grande é poder dizer sim*", fica sendo aqui uma forma sublimada de grito: este sim que, igualmente querendo **dizer não** à barbárie governante, ecoa como um canto por um mundo no qual acreditar.

SUMÁRIO

ARTIGOS

MIRÍADES POR ENTRE MAIO DE 68 E O DESERTO	11
<i>Paulo Tarso Cabral de Medeiros</i>	
INDIVIDUALISMO E CONFLITO COMO FONTE DE SOFRIMENTO SOCIAL	16
<i>Maria Cristina Rocha Barreto</i>	
A EMOÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO SOCIAL	33
<i>Maria de Fátima Santos de Araújo</i>	
A TEORIA DO CAPITAL SOCIAL NA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	46
<i>Jacob Carlos Lima</i>	
A TEORIA DO IMAGINÁRIO E A PROPOSTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE MICHEL MAFFESOLI	64
<i>Lemuel Dourado Guerra</i>	
RECOMPOSIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E COORDENAÇÃO DOS PRODUTORES PARA A GESTÃO DE BENS COMUNS NO NORDESTE BRASILEIRO	80
<i>Eric Pierre Sabourin e Gabrío Marinozzi</i>	
DRAMAS CLIMÁTICOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL: A RELAÇÃO ENTRE O RITMO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS - DIAS DE TRABALHO E DE DESCANSO - E O CLIMA URBANO	91
<i>Tárik Rezende de Azevedo</i>	

TRADUÇÃO

TRÊS PIONEIROS NA SOCIOLOGIA DAS EMOÇÕES	115
<i>Thomas J. Scheff</i>	

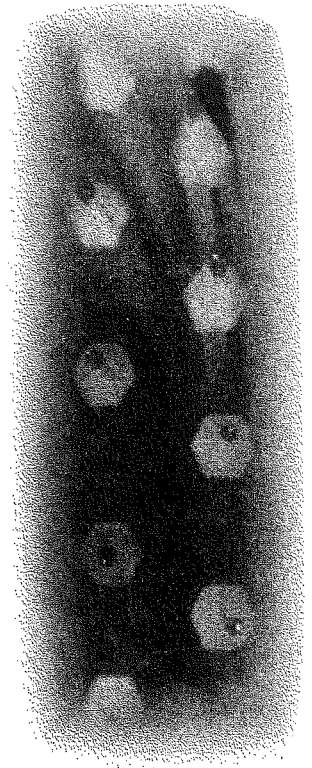
RESENHAS

RAÍZES E NÉVOAS DA GLOBALIZAÇÃO	131
<i>Edvaldo Carvalho Alves</i>	
IMAGÉTICAS MULTIDISCIPLINARES	132
<i>Adriano de León</i>	
DEGRADAÇÃO, REGULAÇÃO E REALISMO UTÓPICO	134
<i>Elvio Quirino Pereira</i>	

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	140
------------------------------	-----

AGRADECIMENTOS	141
----------------------	-----

Artigos





MIRÍADES POR ENTRE MAIO DE 68 E O DESERTO ¹Paulo Tarso Cabral de Medeiros ²

Disse-me: cautela, não te ocorre a lembrança de Sócrates na *pólis* grega, ou o sofrimento de Artaud quando quis fazer do teatro a vida, ou a sofreguidão de Van Gogh, e o que dizer do próprio Nietzsche, translucidamente trágico no sem-lugar de profeta?

Disse-lhe: não me coloque, pelo amor de *Daimon* ³, no nível destes grandes criadores. Eu só queria perguntar o que pode acaso haver, estar havendo, pululando entre certa nostalgia dos 60 e 70 - maio de 68 o emblema, o *intempestivo* que rasgou a fixidez dos papéis e instituições ⁴ - e o que dizem ser hoje deserto; *deserto...*, crês nisto Seeteto?

- Não, meu caro, disse-me, não há deserto cujas areias não entretenham pontos de composição, linhas leves enleadas na densa espessura, curvaturas ardentes, ainda que se mire de pertíssimo, a areia a queimar, os olhos arder, e o horizonte... ensimesmando aparente mesmice.

Eu disse: que tempos exasperantes enxergas, ou melhor, o quê pode ser entrevisto nestes, sim, algo exasperantes tempos, amigo Seeteto?

Oh, meu caro, ele disse, você não lembra em 68 fazer de cada aula um concerto de *rock*, no pátio mesas-redondas como *jam sessions*, uma outra mestra enlouquecida lendo o poema do Pessoa como uma noitada de blues regada a Chivas de cantil, o tigre de Jorge Luis Borges contorcendo-se no quadro-negro esgarçando-se numa sinfonia de idéias, e quanto se vibrava...

Ler um livro, eu disse, podia ser como quem reza: um quê de sagrado neste ato, esta forma de felicidade que Borges nomeou, um jeito João Gilberto de ler Foucault: reencontras esta vertiginosa grandeza nos tempos de agora Seeteto?

Para Gilles Deleuze,

"Maio de 68 [foi] muito rico para a teoria. Quando penso no que passei, durante minha vida, devo dizer que de início houve um período extremamente pobre; estou falando da guerra, naturalmente. Depois da guerra, houve uma enorme explosão cultural e intelectual. E depois veio o deserto, nos anos 50. E em seguida a saída do deserto, e novamente uma época muito forte, nos anos 60 (com a Nouvelle Vague no cinema e, na teoria, digamos, para resumir, Foucault e

¹ Versão (infiel) de palestra proferida na abertura do "CCHLA - Conhecimento em Debate", versão 2001, insistentemente reivindicada a transmutar-se em texto: exagero dos sensíveis a quem, comovido, agradeço. E dedico.

² Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Filosofia (PPGF) da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa).

³ "Demônio" em grego.

⁴ Para ler ou reler sobre 68, sugiro como entrada MATOS, Olgária C.F. Matos. Paris 1968: as barricadas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. "Tudo É História").

Lacan). *Havia nesse momento uma verdadeira efervescência. E atualmente temos de novo o deserto. Mas não é irreversível. É preciso distinguir dois casos: para aqueles que já deixaram uma parte de seu trabalho atrás de si não há muito problema, eles podem continuar escrevendo e atravessar o deserto. Mas para os mais jovens, é uma catástrofe: é difícil chegar, nascer num período de deserto. Para alguém jovem, que tenha algo novo a dizer, a situação é realmente muito dura.*

O que foi muito importante na época da qual falamos, os anos 60, maio de 68 e alguns anos seguintes - e que hoje está realmente acabado - é o que eu chamaria de um novo funcionalismo, completamente fundido à filosofia, concebida como atividade criadora de conceitos. Tratava-se de criar conceitos que funcionassem em dado campo social. No caso de Foucault isso é evidente, pois ele é quem foi mais longe nessa criação de conceitos, com noções como a de 'sociedade disciplinar', que é a meu ver um conceito essencial. Eram conceitos que funcionavam num campo de imanência. E isso se opunha a duas coisas, do ponto de vista da tradição filosófica: ao recurso à transcendência e a uma concepção reflexiva da filosofia (filosofia que reflete sobre).

*Nos períodos pobres, como agora, há sempre uma restauração da transcendência e um retorno à filosofia concebida como uma 'reflexão sobre'. Também um retorno à filosofia universitária. Então, é isso que é preciso encontrar atualmente: a filosofia como criação. Não 'refletir sobre', mas criar conceitos, não buscar transcendências, mas fazer funcionar os conceitos nos campos de imanência."*⁵

Convém rememorar a explosão de alguns dos novos significados que eclodiram em Maio de 68, delineando, difusamente é verdade, novas relações entre nós e o conhecimento.

Mais que um movimento contestatório organizado, uma explosão de linhas de resistência, de criação de rotas alternativas, experimentações gregárias, miríades de dizeres, de gritos e de cantos, numa gramínea puro rizoma, tudo certo como dois e dois são cinco a não ser que é proibido proibir - restando querer o impossível.

Mais precisamente: crítica do poder onde quer que ele se exerça, entreabrir a multiplicidade que cada um é e examinar, reparar, minimizar os fluxos fascistas em nós, sem dogmas e certezas, apenas a bem-vinda alegria de poder pensar livre (?), o gesto arredondado, o prazer legítimo, sonhar em voz alta as pesquisas e caminhar-com, diria Barthes⁶.

Mais academicamente: no tempo do estudo, entre eu e o outro uma zona

⁵ DELEUZE, Gilles. "Meu próximo livro vai chamar-se 'Grandeza de Marx' - Depoimento de Gilles Deleuze a Didier Erigon". In: *Cadernos de subjetividade: Gilles Deleuze*. São Paulo, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, v. 1, n. 1, 1993, pp. 28-29. Grifos meus.

⁶ Ver BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978.

de reverberação, antes dita intersubjetividade (Merleau-Ponty), dita a ponte (Lévi-Strauss) que me põe em contato com o irreduzível fora de mim, no entre-dois, fazer falar as vozes do intervalo, esta **diferença** (que outros chamam obcecadamente identidade) que insiste, persiste, procurando seja a constância (nas Ciências Sociais) a criação de conceitos (em Filosofia) e a confecção de blocos de perceptos e afectos (em arte), dizem, mais recentemente, Deleuze e Guattari ⁷.

A dimensão ética e política de qualquer produção de conhecimento: **resistência**. De que modo? Vazar por dentro, aprender as regras, dominar os códigos, e fazer vazar algo de vital, de forte, de insubstituível, de singular e que possa ser partilhado, quem sabe: Foucault e uma ontologia do presente ⁸.

Uma virtuosa tarefa: praticar a análise das lutas impetradas pelos grupos, grupúsculos de resistência e pressão presente nas sociedades contemporâneas.

Dirá Foucault:

"De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição do conhecimento e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida em que a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê é indispensável para continuar a olhar e a refletir."

O sucateamento contemporâneo da humanidade ⁹ mais-do-que-impõe a questão: o que pode o pensamento contra todas as forças que, ao nos atravessarem, nos querem fracos, tristes, servos e tolos?

Deleuze não cessou de dar a essa pergunta inquietante uma resposta alegre: **criar** ¹⁰.

Quer dizer: o saber nunca é abstrato.

Ele inventa e implica um estilo de vida, uma maneira de viver, uma ética; ou, mais radicalmente, uma estética, estética da existência ou arte de si mesmo.

⁷ Para maiores (e melhores) freqüentações ir a DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?**. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munõz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

⁸ Ver FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Org. de Manoel Barros da Motta; tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 (Col. "Ditos e Escritos", vol. II) Visitar também FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, e de DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁹ Luiz Orlandi tratou com magnitude este tema da degradação, banalização e empobrecimento da vida (cuja dobra implica na trama de agenciamentos de expansão das mais intensas, desmesuradas e infinitas potencialidades do... além-homem?) em "*Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos?*", texto apresentado na sessão de encerramento do *Colóquio Internacional Foucault-Deleuze*, UNICAMP, Campinas/SP, novembro de 2000, no prelo.

¹⁰ Tratei deste tema-e-outros-afins mais demoradamente em "*Que é escrever?*" (resenha de *Crítica e Clínica*, de Gilles Deleuze) em *Problemata - Revista do Programa de Pós-Graduação em Filosofia*, ano 1, n. 1, João Pessoa, PPGF,UFPb, 1998, pp.145 - 159.

A vida como obra de arte, o filósofo (o intelectual, o cientista, o artista) como grandes estilistas do agora.

Para o pensador francês, o pensamento não é coisa de especialistas, mas um exercício de vida.

Os conceitos funcionarão nele como cores, sons, como imagens. Como intensidades que convém ou não, que atravessam o sujeito-que-quer-conhecer ou não, que conectam com alguma estratégia, interesse ou paixão, ou sequer terão interesse.

Assim, a única pergunta é se o que se lê nos convém, nos afeta, quer dizer, **aumenta nossa potência**, potência de agir, de resistir, de viver (na prática de uma ética não-fascista), nossa potência de criar, enfim.

É só deste modo que as questões relevantes podem (re)aparecer:

Como ser um homem livre?

Como estar à altura do que nos acontece?

Como trair a própria classe, raça, pátria, natureza?

Como fazer da vida uma força de experimentação, não de demolição?

Como substituir a necessidade de ser amado pela potência de amar?

Como devolver ao desejo sua força de conexão e de subversão?

Como dar ao pensamento velocidade absoluta, e fazer dele uma máquina de guerra apta a combater os aparelhos de captura, chamem-se Estado, Capital, Édipo, Mídia? ¹¹

Vê-se, pela força dos problemas colocados, pela grandeza neles implicada, pelo nível de exigência ética, política e intelectual que eles exprimem, como regurgitam aqui e ali, na intensidade e atualidade de um campo de pensamento como este, mineiracinhos em miríades mil desmentindo a aridez desértica.

Vagalumando luzinhas por entre a espessa nuvem a evocar uma ilusória mesmice do deserto, entrevê-se como o corpo organizado agônico (sofrendo justamente por estar organizado, disciplinado e controlado) pode abrir-se por entre brechas, vagas e, mais que espantar o tédio, o repetido, o intolerável e o abjeto, **no arejar do corpo sem órgãos incessantemente recriado inventar o novo.**

E, de preferência, em incessante estado de intensidade-embriaguez, como cantou Baudelaire:

"EMBRIAGAI-VOS

É necessário estar sempre bêbedo. Tudo se reduz a isso; eis o único problema. Para não sentirdes o fardo horrível do Tempo, que

¹¹ Da magnífica segunda capa assinada por Peter Pál Pelbart em DELEÜZE, Gilles & PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

vos abate e vos faz pender para a terra, é preciso que vos embriagueis sem cessar.

Mas - de quê? De vinho, de poesia ou de virtude, como achardes melhor. Contanto que vos embriagueis.

E, se algumas vezes, nos degraus de um palácio, na verde relva de um fosso, na desolada solidão de vosso quarto, despertardes, com a embriaguez já atenuada ou desaparecida, perguntai ao vento, à vaga, à estrela, ao pássaro, ao relógio, a tudo o que foge, a tudo o que geme, a tudo o que rola, a tudo o que canta, a tudo o que fala, perguntai-lhe que horas são; e o vento, e a vaga, e a estrela, e o pássaro, e o relógio, hão de vos responder:

- É a hora da embriaguez! Para não serdes os martirizados escravos do Tempo, embriagai-vos; embriagai-vos sem tréguas! De vinho, de poesia ou de virtude, como achardes melhor.”¹²

Foi o que reencontrou Seeteto, o outrem, coagido por mim a pensar o tempo-que-voga... e escoa por estes teclados.

RESUMO
MIRÍADES POR ENTRE
MAIO DE 68 E O DESERTO

Um antes e um depois dos ‘mils’ maios de 68 (que pode ser 78 e outros, nas temporalidades distintas das trajetórias estudantis). O clamor pelo intempestivo, a crítica ao (des)conhecimento como reconhecimento e o anseio pela criação, de dentro da atenção às ardentes mutabilidades dos processos de conhecimento: paródia-celebração de Platão, de literatos, de estudiosos, arquitetando micro-resistências em boa companhia, o artigo é um grito um canto.
PALAVRAS-CHAVE: Maio de 68; Produção de Saberes; Micro-Resistências.

RÉSUMÉ
DES MYRIADES ENTRE
MAI 68 ET LE DÉSERT

Un “avant” et un “après” la myriade de Mai-68 (qui pourraient être 78 ou d’autres, dans les différentes temporalités des trajectoires des étudiants). La clameur pour l’intempestif, la critique à la (mé)connaissance comme re-cognition et le désir véhément de création, jaillissant de l’intérieur de l’attention aux ardentes mutabilités des processus de connaissance: parodie-célébration de Platon d’auteurs, de spécialistes, produisant des micro-résistances en bonne compagnie, l’article est un cri, un chant.
MOTS-CLÉS: Mai 68; Production de Savoirs; Micro-Résistances.

¹² BAUDELAIRE, Charles. In: *Pequenos poemas em prosa*. Tradução de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 4ª ed., 1980, p. 91. Em certo momento de sua obra, Deleuze, ativando a *prudência* implicada na experimentação e criação de um corpo sem órgãos, optará *embriagar-se com água pura*, nos fluxos perceptivos ativados no embalo das leituras agora da literatura norte-americana, de Keroauc e Henri Miller, entre outros.

INDIVIDUALISMO E CONFLITO COMO FONTE DE SOFRIMENTO SOCIAL

Maria Cristina Rocha Barreto¹

Introdução

O sofrimento sempre se apresentou como problema-tema para a filosofia e como fardo material para a literatura. É senso comum dizer que ele faz parte da vida e esta é mesmo uma afirmação muito freqüente entre muitos pensadores. No entanto, dentro do campo das ciências sociais, o sofrimento não é um tema dos mais abordados. Mesmo assim, podemos encontrar a questão das emoções de forma periférica e abstrata na obra de muitos autores, dentre os quais podemos citar Norbert Elias (1993), Richard Sennett (1998) e Barrington Moore Jr. (1987), que mantêm uma estreita relação com a questão das emoções, uma vez que estas vêm entrelaçadas com valores e sentimentos do tipo dor, contentamento, honra, vergonha, humilhação, embaraço, orgulho, rejeição, medo, respeito, amor, inadequação, nojo, repugnância, raiva, pesar, etc.

O mérito desses autores reside em demonstrar que emoções e sentimentos se constroem e são o resultado de interações humanas, de suas instituições e relações de poder. Este é o pressuposto fundamental para a análise sociológica, ou melhor dizendo, o de nunca perder de vista que o sofrimento - assim como outras emoções - faz parte da experiência social. Ou, ainda ampliando a idéia de Scheff (1997) sobre a vergonha, que as emoções fazem parte de um sistema no qual o esforço para uma delicadeza civilizada resulta em uma cadeia sem fim de reações emocionais não reconhecidas.

O sofrimento, desse modo, está no bojo de uma série de problemas e emoções que têm suas origens e conseqüências nas injustiças que as forças sociais podem infligir na experiência humana. Resulta do que Paul Farmer (1997: 272-274) denominou de violência estrutural, isto é, do que o poder político, econômico e institucional faz ao povo e, reciprocamente, de como essas formas de poder influenciam respostas a problemas sociais. Incluídos sob a categoria de 'sofrimento social' estão condições que são quase sempre divididas em campos separados e que envolvem, simultaneamente, temas de saúde, bem-estar e temas legais, morais/ éticos e religiosos. Além disso, o sofrimento social, com freqüência, está associado às ações dos poderosos e tem sua visibilidade na esfera pública, contrastando com aquele sofrimento que se desenrola dentro da esfera privada e tem o indivíduo como seu principal sujeito. Fatores de gênero, etnicidade e *status* sócio-econômico podem ser solicitados, cada qual, a desempenhar um papel para levar indivíduos e grupos vulneráveis ao extremo sofrimento humano.

Como podemos observar, as emoções nos oferecem amplas possibilidades para uma abordagem sociológica. Todavia, nosso interesse no presente estudo

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre em Ciências Sociais e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa).

é realizar uma discussão entre dois autores, a saber, Georg Simmel e Barrington Moore Jr., a respeito do conflito e do individualismo como fatores que, embora universais e até certo ponto necessários às relações humanas, são fontes de sofrimento para o homem moderno.

Conflito e estrutura do grupo

Simmel, assim como outros fundadores do campo de estudo sociológico, procurou refletir sobre que bases os indivíduos se constituem em sociedade e se mantêm coesos, tema aliás que dá título a um de seus escritos: *"Como a sociedade é possível?"* (1910). Sua filosofia/ sociologia se constrói a partir de basicamente três pressupostos expostos a seguir:

"Os indivíduos agem por diversos motivos - interesse, paixão, vontade de poder, etc.

O indivíduo não se explica apenas por referência a si mesmo, mas também em relação à interação com os outros, seja influenciando-os ou sendo por eles influenciado.

E finalmente, as atividades humanas se desenvolvem em formas, dentro de configurações sociais (instituições) como o Estado, a Igreja ou a escola, ou segundo formas gerais como imitação, competição, conflito, estruturas hierárquicas etc." (Freund, 1980: 217)

Essas formas são o resultado dos processos de interação entre os indivíduos, no processo mesmo do fazer social, para expressar o conteúdo de suas motivações, e cujas fontes podem ser também entendidas como emoções. Em outras palavras, é a maneira pela qual os conteúdos alcançam a realidade social e existem independentemente dos indivíduos, pois Estado, família, solidariedade, competição, são formas que os transcendem. A sociedade, então, seria uma criação dos homens, já que só existe quando diversos indivíduos interagem (Simmel, 1983: 61).

Se cada interação entre os homens é uma sociação, o conflito - uma das interações mais emblemáticas, já que não pode se desenvolver com apenas um indivíduo - deve certamente ser considerado uma sociação. Na verdade, Simmel considera mesmo como necessário para a existência da sociedade, a existência de discordâncias, conflitos e desacordos, e portanto as emoções que neles estão envolvidas, pois fazem parte de qualquer interação nas mais variadas esferas da vida humana. Em outras palavras, para ele o conflito causa e também modifica interesses de grupo, unificações e organizações, uma vez que afeta ambos os oponentes, tanto em sua relação um com o outro, mas também em relação ao próprio indivíduo, pois cada um deve concentrar suas energias em um objetivo, para que sejam usadas a qualquer momento (Simmel, 1987: 150). Podemos concluir daí que os conflitos, e os conseqüentes sofrimentos que sua resolução possam causar ao ser humano, são constantes que fazem parte do próprio fazer-se da sociedade.

E de fato, fatores dissociantes - ódio, inveja, necessidade, desejo - são causas de culpa e sofrimento; e surgem por causa de interesses discrepantes entre os indivíduos no desenvolvimento de sua vida em sociedade. O conflito é assim criado para resolver divergências; é uma maneira de realizar algum tipo de unidade, mesmo através da aniquilação de uma das partes conflitantes (Wolff,

1950: 13-17).

O ponto de vista desenvolvido por Simmel a respeito do conflito é bem original e, embora reconhecendo que é fonte geradora de tensões e infelicidade para os indivíduos, não o encara exclusivamente como um fator dissociante de grupo, mas como um elemento possuidor de uma função unificadora, algo que faz parte da vida de todos. Os indivíduos, no entanto, não podem viver em constante conflito. Deve haver uma relativa "paz" social e o conflito existir apenas de forma ocasional na relação entre os indivíduos e grupos, mesmo que não seja raro. É nesse sentido que Moore Jr. reconhece a existência de um contrato social, muitas vezes implícito, através do qual *"as pessoas que vivem em qualquer sociedade devem resolver os problemas da autoridade, da divisão do trabalho e da distribuição de bens e serviços"* (1987: 25). Com esse fim é que são elaborados princípios de desigualdade social e criados mecanismos através dos quais as pessoas ensinam-se mutuamente, com níveis variáveis de sucesso, a aceitar e obedecer estes mesmos princípios. Segundo esse pensamento, pode-se afirmar com um grau considerável de certeza que o medo, a força, e a fraude - o conflito de um modo abrangente - também fazem parte das bases da sociedade humana. Dentro dessa perspectiva, a definição de sociedade de Moore Jr. que *"diz respeito ao corpo mais amplo de habitantes num território específico que tem um sentido de identidade comum, vive sob um conjunto de arranjos sociais distintos e o faz, na maior parte do tempo, em um nível de conflito que exclui a guerra civil"* (1987: 31), é perfeitamente compatível com a relevância dada por Simmel ao conflito como força associativa.

Fica claro, tanto em Simmel como em Moore Jr., um reconhecimento da necessidade do conflito até mesmo para que haja uma ordem social. As diferenças internas de um grupo podem ser minoradas, ou eliminadas mesmo temporariamente, na existência de um conflito com um adversário ou inimigo externo, aproximando pessoas do grupo que, de outra forma, não teriam nenhuma relação entre si, e eliminando com isso aqueles elementos que poderiam obscurecer a clareza dos limites com o inimigo. Fica evidente em seus diversos exemplos, no entanto, que a unidade do grupo sempre sai fortalecida diante de um conflito com um adversário externo e que pode se estender para além do período de luta, isto é, *"o conflito é mais a oportunidade para as unificações exigidas internamente do que o propósito dessas unificações"* (Simmel, 1987: 157 e 159).

O conflito em si mesmo resolve as tensões entre contrastes e o fato de que visa, em última instância, a paz, é apenas uma expressão de sua natureza, sintetizando elementos que trabalham ambos ao mesmo tempo contra e a favor um do outro. Esta natureza aparece mais claramente quando se percebe que ambas as formas de relação - a antitética e a convergente - são fundamentalmente distintas da mera indiferença de dois ou mais indivíduos ou grupos. Se implicar na rejeição ou no término da sociação, a indiferença é puramente negativa, cujo corolário é o homem *blasé*. Por contraste, o conflito, assim como o sofrimento e outras formas de sociação, apresenta ambos os aspectos de modo integrado e, embora possam ser separados conceitualmente, não o podem ser empiricamente.

Sendo assim, Simmel (1987: 154-55) afirma:

"(...) em condições de paz, o grupo pode permitir que membros

antagônicos convivam em seu interior numa situação indeterminada, porque cada um deles pode seguir seu próprio caminho e evitar colisões. Uma condição de conflito, todavia, aproxima os membros tão estreitamente e os sujeita a um impulso tão uniforme que eles precisam concordar ou se repelir completamente. (...) Por isso, em qualquer situação guerreira, os grupos não são tolerantes. Não podem se dar ao luxo de desvios individuais da unidade do princípio coordenador além de um grau definitivamente limitado".

Wolff (1950) observa ainda que o indivíduo não alcança a unidade de sua personalidade, exclusivamente por uma harmonização exaustiva dos conteúdos de sua personalidade, de acordo com normas lógicas, objetivas, religiosas e éticas. Pelo contrário, contradição e conflito não apenas precedem esta unidade, mas a influenciam em cada momento de sua existência. Desse modo, dificilmente se encontrará alguma unidade social na qual processos convergentes e divergentes entre seus membros não estejam inseparavelmente entretecidos.

Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma "unificação" pura não poderia se mostrar em nenhum processo da vida real. Segundo Wolff (1950), a sociedade precisa de "amor e ódio", de forças atrativas e repulsivas, ou seja, para ter qualquer forma, ou alcançar uma forma determinada, precisa alguma relação quantitativa de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis. A sociedade, então, seria o resultado de ambas as categorias de interação. Este pensamento é, de certa forma, confirmado por Moore Jr. (1987: 25) quando ele afirma não haver possibilidade de existirem indivíduos completamente "sadios" - entendendo-se como indivíduos sem neuroses e completamente ajustados às normas sociais - e ainda haver sociedade, concluindo então que alguns aspectos da sociedade visariam prejudicar de alguma forma alguns indivíduos em benefício da totalidade social.

Além disso, existe, de acordo com Wolff (1950), um equívoco segundo o qual um destes dois tipos de interação destrói o que o outro constrói, resultando numa subtração dos dois; enquanto deveríamos pensar, em vez disso, em ter como resultado uma adição. Este engano provavelmente deriva dos desdobramentos do conceito de unidade. Designa-se como "unidade" o consenso e concordância de indivíduos atuantes, como também suas discordâncias, separações e desarmonias, numa visão um tanto maniqueísta do conceito. Mas também se chama "unidade" à síntese-grupo de pessoas, energias e formas, isto é, a totalidade, em última instância, daquele grupo, uma totalidade que reveste tanto relações estritas quanto relações dualísticas.

Esta imprecisão é acrescida pelo correspondente desdobramento das noções de "discórdia" ou "oposição". Já que a discórdia desvela seu caráter negativo e destrutivo entre indivíduos particulares, concluímos imediatamente que deve ter o mesmo efeito no grupo como um todo. Na realidade, algo que é negativo e nocivo entre indivíduos, se é considerado isoladamente e visando um alvo particular, não necessariamente tem o mesmo efeito dentro da relação total destes indivíduos. Assim, um quadro muito diferente emerge quando vemos o conflito em conjunção com outras interações não afetadas por ele. Estes elementos negativos e dualísticos desempenham um papel inteiramente

diferente neste quadro mais compreensivo, a despeito da destruição que eles possam fazer em relações particulares. Tudo isto é muito evidente na competição de indivíduos dentro de uma unidade econômica, ou mesmo numa sociedade cujas regras são determinadas pela economia monetária, para usar uma expressão de Simmel.

Conflito e autoridade

Até aqui procuramos mostrar, apoiados principalmente em Simmel e Moore Jr., que o conflito não é algo por si só negativo, mas mesmo necessário para que exista sociedade. No entanto, a resolução de situações conflituosas sempre provoca dor e sofrimento, dos mais variados graus, nos indivíduos. E, apesar do ser humano ser bastante flexível em sua capacidade para suportar e também proporcionar o sofrimento e o abuso, tais situações não devem ser muito prolongadas com o risco de desagregação social.

De acordo com Moore Jr. (1987: 36), três elementos são fundamentais para a produção da sociedade: a *autoridade*, a *instituição de mercado* e o *costume*. A *autoridade* é necessária para coordenar as atividades de um grande número de pessoas e se estende a todas as esferas da vida social, sendo empregada em todas as sociedades conhecidas, mesmo naquelas onde não há a figura de um chefe. Porém, ela não é a única forma utilizada para produzir a sociedade. Existe também a *coerção*, que se distingue da autoridade pela falta de dever moral de obediência. É rara em sua forma pura e, assim como a autoridade, depende de um senso de dever por parte de quem obedece. A *instituição de mercado*, principalmente na atualidade, coordena a produção e a distribuição de bens e serviços entre um número ilimitado de pessoas que não têm entre si a menor relação direta. Moore Jr. chama a atenção para os resultados dessa coordenação que são quase sempre moralmente abusivos, notadamente para os grupos recém-introduzidos nas suas relações. E finalmente há o *costume*, que faz com que um grupo limitado de pessoas formule normas para si mesmo, vivendo mais ou menos de acordo com elas. “A regularidade e a ordem porventura existentes em tal comportamento provêm da sanção e da vigilância mútuas, sem que nenhuma pessoa ou grupo conquiste suficiente vantagem, a ponto de ser capaz de dominar ou controlar os outros”.

Antes que esta última afirmação gere qualquer mal entendido, é preciso dizer que este autor considera o contrato social implícito como um traço fundamental na tentativa de explicar idéias e comportamentos recorrentes sobre o abuso de autoridade. Obviamente existe em todas as sociedades, mesmo naquelas aparentemente igualitárias, uma parcela da população que se apropria de uma parte do excedente produzido coletivamente e que ela influencia, em grande medida, os padrões de comportamento, de consumo e mesmo os aparelhos formadores de opinião. Todavia, mesmo assim, existe uma parcela de autonomia dos “dominados”.

Segundo Moore Jr.:

“Mesmo naquelas [sociedades] que possuem autoridade política, é impossível recorrer a ela a não ser em uma parcela de atritos e disputas que são partes da vida cotidiana, onde quer que existam seres humanos vivendo em comum. (...) Até um certo ponto, é

possível mantê-las dentro de limites, por meio de uma variedade de artifícios sociais, como a repreensão, o opróbrio ou o isolamento temporário das pessoas que ameacem tornar-se destrutivas". (1987: 37)

Por outro lado, mesmo existindo paz e ordem aparentes, elas são bem precárias, sendo suficiente abrir um jornal para observar os altos índices de criminalidade, corrupção e discórdias em nossa própria sociedade. A ira pode fazer com que um indivíduo ou um grupo deles mate, ou machuque, outras pessoas e provavelmente tal ato terá como resultado o desejo de vingança. Este desejo, reprimido ou elaborado, tem amplos exemplos na história humana, e significa retaliação e mesmo uma *"reafirmação da dignidade e do valor humanos após a injúria ou o dano"* que são sentimentos subjacentes à ira moral e ao sentimento de injustiça. No exemplo mais clássico de vingança - a rixa entre famílias - a inimizade tradicional se perpetua *"porque não há autoridade para eliminá-las e para fornecer outras soluções ao problema da ordem social"* (Moore Jr., 1987: 38).

Nesse ponto, Simmel (1987: 142) questiona se há relação entre a estrutura de cada grupo social e o quanto de hostilidade pode permitir entre seus membros. Ele afirma que na sociedade política, o código criminal muitas vezes indica o limite além do qual a rixa, a vingança, a violência e a exploração ameaçariam a manutenção do grupo. Num grupo unido, a hostilidade entre seus membros pode ter conseqüências bem opostas. Ou seja, o grupo pode tolerar antagonismos internos justamente por causa de sua intimidade, desde que o vigor das forças que o mantêm coeso possa competir com o vigor das suas antíteses. Por outro lado, este pode se ver ameaçado por cada conflito interno. Nos grupos pequenos e uniões estreitas, como o casamento, as duas coisas se dão ao mesmo tempo. Já em grupos grandes, duas estruturas aparentemente opostas podem se permitir uma dose de hostilidade.

Segundo ele, existem dois métodos de resolver os conflitos: a *solidariedade orgânica*, onde o todo supre os danos de conflitos parciais e o *isolamento*, onde o todo se preserva de tais danos, deixando às partes a tarefa de resolvê-los e também de sofrer as conseqüências, desde que não prejudique a existência da totalidade. Quanto maior o grupo, maior a possibilidade de combinação dos dois métodos. As partes devem estabelecer as vantagens e desvantagens primárias resultantes de seus conflitos, enquanto que as conseqüências secundárias seriam absorvidas pelo todo.

A noção de autoridade, colocada por Moore Jr. (1987: 38), ajuda a entender a noção de pacto social implícito, pois ela seria como que uma instância superior à qual os conflitos provocados por interesses diversos teriam que se curvar. A autoridade é um reflexo do fato de que a sociedade humana funciona através de um conjunto de arranjos, sejam eles o código criminal ou o costume, através dos quais alguns homens procuram extrair um excedente econômico de outros, transformando-o em cultura. Ela implica também que a obediência é conseguida por outros motivos que não apenas o temor e a coerção e indica, além disso, que existem outras coisas nas sociedades humanas além da extração de um excedente e não é esta a única fonte de cultura.

As teorias sobre o contrato social contêm um aspecto relevante: *"em*

qualquer sociedade estratificada (...), existe um conjunto de limites sobre aquilo que tanto os governantes como os súditos, os grupos dominantes e os subordinados, podem fazer. Há também um conjunto de obrigações mútuas que mantém unidos os dois grupos" (Moore Jr., 1987: 39). Estes limites não estão necessariamente formalmente redigidos, mas contidos nesse pacto social implícito.

Existe uma constante sondagem e negociação entre os dominantes e os subordinados para descobrir o que eles podem realizar impunemente, para *testar* e descobrir os limites da obediência e da desobediência. Esses limites não estão perfeitamente estabelecidos e claros, embora se possa prever com uma margem razoável de acerto onde se localizam. Eles podem se reduzir ou se estender dependendo se a sociedade em questão for mais ou menos estável. Mas eles existem, ou não existiria sociedade. Em épocas de transição, como foi o século XIX, quando o repentino crescimento das metrópoles provocou mudanças drásticas nos padrões de vida, de moralidade e de relacionamento, estas negociações tiveram necessariamente que estar na ordem do dia. Estranhos povoavam a metrópole. Estranhos no sentido atribuído por Sennett (1998: 69) a um novo grupo social que ainda não possuía um rótulo e que não poderia ser meramente reduzido às categorias de burguesia e proletariado. Trata-se de uma camada social formada por pessoas 'inclassificáveis' - "*materialmente semelhantes, mas ignorantes de sua semelhança*" - e pelo afrouxamento das posições sociais tradicionais. É desses indivíduos e do meio amorfo em que viviam que vamos falar na próxima seção.

Individualismos e a tragédia da cultura

Grande parte do trabalho de Simmel é uma crítica à cultura da economia monetária, e em como essas transformações afetaram as relações entre os indivíduos. Especialmente no texto "*O dinheiro na cultura moderna*" (1896), Simmel destaca a interposição do dinheiro nos laços existentes entre os indivíduos e sua comunidade, quebrando os vínculos locais e pessoais, mediando a relação pessoa/ posse. Além disso, alega que o dinheiro foi o fator principal que levou o homem moderno a privilegiar associações que têm como objetivo o lucro ou que nada mais exigem do indivíduo a não ser o seu dinheiro.

Ele quer mostrar como, a partir da idade moderna, surgiu um indivíduo que tem prerrogativa sobre a sociedade e "*evoca um contrato pelo qual os indivíduos componentes se 'associaram' numa sociedade*" (Dumont, 1993: 88). Todavia, emergem, em diversos textos de sua autoria, mais evidentemente em *O Indivíduo e a Liberdade* (1998) e em *A Metrópole e a vida mental* (1979), dois tipos de individualismos.

O primeiro é o que Simmel denomina de "*individualismo quantitativo*" e se refere à "*independência individual*" ou "*liberdade individual*" como um desdobramento político da livre concorrência liberal (Waizbort, 2000: 492). É o sujeito do Iluminismo baseado numa concepção de pessoa humana, um ser único completamente centrado, e dotado da Razão, "*de consciência e de ação, cujo centro era formado por um núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo o mesmo (...)* ao longo da existência do indivíduo" (Hall, 1997: 11). Ao mesmo tempo, tinha como fundamento a igualdade natural dos indivíduos, a despeito das opressões

ocasionadas pelas desigualdades artificialmente produzidas. O valor desse homem genérico/ abstrato tinha seu fundamento no próprio indivíduo, na sua auto-responsabilidade, portanto, no que ele tinha em comum com todos, sua igualdade universal (Simmel, 1998: 112).

O outro individualismo seria aquele surgido no século XIX, pelo qual os indivíduos buscam autonomia, e embora sendo iguais entre si por princípio, desejam distinguir-se uns dos outros. Estão livres dos laços históricos que os ligavam a instituições como a corporação, ao estamento por nascimento e à Igreja. Segundo Dumont (1993: 87 e 90), este ser unificado, autônomo e independente de qualquer vínculo social ou político é uma influência do individualismo cristão e estóico e exprime a unidade do grupo social e político, estabelecendo a sociedade ou o Estado ideal a partir do isolamento do indivíduo. Esta concepção assume uma configuração de *"individualismo qualitativo"*, que diz respeito à diferença e à distinção do indivíduo. Desenvolve-se a partir da emergência do estilo de vida característico da metrópole e da crescente divisão do trabalho, que tornou as relações despessoalizadas, suscitando nos indivíduos o culto à originalidade ou mesmo à excentricidade como forma de proteger sua individualidade (Barros, 2000). Suas relações com os outros serviriam apenas para auxiliar a busca de si mesmo, de modo que os outros propiciariam um termo de comparação e o realce da singularidade e individualidade de seu próprio mundo (Simmel, 1998: 114).

Estes dois tipos de individualismo estão em permanente tensão, determinando o papel dos sujeitos dentro da totalidade. No século XIX esses dois princípios, ou individualismos, foram unidos, sendo que *"a teoria da liberdade e igualdade é o fundamento da livre concorrência, enquanto a personalidade diferenciada é fundamento da divisão do trabalho"* (Simmel, 1998: 117).

A cidade seria o *locus* desse conflito - pois seria também o centro monetário do mundo moderno - e da autonomia do indivíduo. Existiria uma relação entre o dinheiro, a intelectualidade e a lei universalizante do direito, pois esta última iguala todos os homens (*"todos os homens são iguais perante a lei"*), embora o desenvolvimento da economia monetária tenha propiciado o acirramento das diferenças.

A economia do dinheiro tornou, de um lado, todas as relações econômicas impessoais, e de outro, libertou o indivíduo dos laços constrangedores da comunidade, pois ele agora se liga ao todo apenas pela doação e recepção de dinheiro. Desse modo o dinheiro se imiscuiu entre a *"totalidade objetiva da associação"* e a *"totalidade subjetiva da personalidade"* (Simmel, 1998: 24), tornando-as autônomas uma da outra e propiciando a ambas a chance de desenvolvimento.

Essa separação/ divisão do homem moderno gera inquietude, uma necessidade de buscar a si mesmo e de tentar se diferenciar dentro da própria individualidade (Waizbort, 2000: 491-92). Isto confirma o que disse Barros (2000) a respeito das esculturas de Rodin analisadas por Simmel: *"o que Rodin procura mostrar em suas esculturas não é a plástica de seus modelos, mas a interioridade de seus sujeitos, a inquietude do homem moderno"*. Essa busca do eu e essa inquietude não garante uma *"autonomia moral"* ao homem moderno, no sentido que lhe dá Moore Jr. (1987: 131), de resistir às pressões e coações sociais, pois estas são necessárias ao homem que vive em sociedade e, um homem que se submete a

elas, dificilmente poderia ser chamado de autônomo.

O que encadeia todos os homens a partir desse momento é a divisão do trabalho, não mais os laços comunitários. É cada um pode ter acesso ao trabalho de outrem através do dinheiro e “*somente o trabalho de todos gera a união econômica abrangente que completa os desempenhos unilaterais do indivíduo*” (Simmel, 1998: 27).

Nesse ponto, Moore Jr. (1987: 57-58) coloca em discussão uma perspectiva interessante. Ele afirma que não existe sociedade humana que tenha uma divisão do trabalho satisfatória para todos os seus membros e toma-a como um contrato social que regulamenta conflitos, de variadas intensidades, que possam surgir entre os indivíduos. E acrescenta:

“Não existe apenas um conflito de interesses entre o indivíduo e as exigências da ordem social adicionadas às da classe dominante. Há também um certo grau de harmonia, sem o que é improvável que o contrato social funcione. Com efeito, alguns dos instrumentos sociais mais eficazes são aqueles através dos quais a sociedade mais ampla procura fazer com que os indivíduos moldem e definam seus próprios interesses de tal maneira que se tornem congruentes com a ordem social; que aceitem com prazer [sic!] sua parte na barganha do contrato social, quando as compensações diretamente materiais são muito frágeis”.

Não diríamos que os indivíduos aceitem “*com prazer*” sua parte do contrato social, principalmente quando esta parte envolve crescentes e significativas desigualdades sociais. Porém, de um modo geral, o indivíduo comum aceita, embora com queixas e reclamações, suas poucas recompensas materiais na realização de tarefas socialmente desvalorizadas. O que gostaríamos de enfatizar aqui é que a divisão do trabalho em funções positiva e negativamente valorizadas pela sociedade - como é o caso do trabalho intelectual e do braçal, ou que não exija muitas capacidades intelectuais - gera sofrimento no indivíduo, e podemos nos apoiar na história para mostrar como essa divisão foi utilizada como castigo para transgressões a normas sociais. Moore Jr. afirma, na verdade, que ninguém realmente gostaria de executar tarefas que não são bem aceitas em seu meio social e que elas violam de alguma forma o que os seres humanos pretendem ser:

“O motivo central de tal suspeita é que os seres humanos geralmente evitam essas funções, quando podem, e apenas as desempenham sob alguma forma de compulsão. Ao mesmo tempo, tais funções têm sido ‘socialmente necessárias’, numa extensa série de sociedades e não houve o mínimo grau de concordância ‘voluntária’.” (1987: 60-61)

Esse é o princípio da humilhação como processo social de que fala Lindner (1999 e 2000), e que se tornou, no século XX, uma força potente nas políticas domésticas de vários Estados nacionais e também de relações entre diferentes Estados em nível internacional.

O estilo de vida das grandes cidades estabeleceu um maior contraste nessas

diferenças, além de estabelecer uma nova e característica forma de interação, que implica em relações anônimas e o desinteresse pela personalidade alheia. Implica também em aceitar uma ordem social injusta, através das diversas coerções sociais nem sempre evidentes, mas que dão origem a um processo de submissão que produz, quase sempre, uma atitude humilde, mesmo que mesclada de ressentimentos, naqueles que constituem a camada subordinada em uma determinada sociedade (Lindner, 1999).

Esse tipo de relação, segundo Simmel (1998: 29-30), característico da cultura moderna, alija a esfera de relações externas da individualidade, marcada por ações econômicas. O *indivíduo*, como ser único, praticamente se recolhe a suas esferas mais íntimas. É esta a grande transformação trazida pela cultura da economia monetária, que se, por um lado alarga os círculos sociais, estabelecendo ligações relativamente igualitárias e mediatizadas pelo dinheiro entre indivíduos geograficamente distantes; por outro, propicia uma maior autonomia na formação da pessoa, uma maior individualização e liberdade. Essa liberdade adquirida pode significar “*uma ausência de conteúdos da vida e um afrouxamento da sua substância*”. Esta, conforme Simmel, seria a razão da infelicidade e insatisfação do homem moderno, ou seja, a subordinação do lado qualitativo ao quantitativo.

Essa perda de valor, essa vulgarização das coisas marca o homem moderno, transformando-o no que Simmel chamou, em seu artigo *A metrópole e a vida mental*, de homem *blasé* (Simmel, 1979). Esse tipo é característico das metrópoles quanto a sua atitude de perseguição ininterrupta ao prazer, aos estímulos cada vez mais fortes e que muda rapidamente suas atitudes, muitas vezes contradizendo uma a outra. Essa busca crescente torna o indivíduo incapaz de reagir a novas sensações, transforma-se em alguém indiferente, não se surpreendendo com nada que aconteça. Simmel denomina essa atitude de “*embotamento do poder de discriminar*” e atribui o seu surgimento também à economia do dinheiro, pois arranca a individualidade das coisas, seu valor específico, sua incomparabilidade. Waizbort (2000: 498) observa que essa atitude poderia ser interpretada como uma recusa do individualismo qualitativo - romântico - à realidade exterior impregnada pelo dinheiro, havendo portanto uma relação entre ele e o refúgio na interioridade. Por outro lado, também podemos observar que, em uma sociedade em transformação vertiginosa como a do século XIX, ações e comportamentos determinados pela tradição perderiam o sentido. Na ausência de uma “*etiqueta social*” cristalizada, ou seja, um repertório de práticas comuns esperadas e/ ou desejadas pelos indivíduos em interação e de regras que coordenem a distribuição de sentimentos (Koury, 1999) que podem/ devem ser externados no espaço público, esse embotamento, essa indiferença e essa apatia, em uma só palavra a atitude *blasé*, teriam farto terreno para se desenvolver em cada personalidade.

No crescente domínio da economia do dinheiro não mais se percebe que este é um meio para se conseguir outros bens, mas considerado como algo autônomo, um objetivo em si mesmo, um alvo último. O ganho de dinheiro passou a ser, na época moderna, praticamente a motivação do homem, como se ele em si satisfizesse todas as necessidades humanas. A perseguição desse objetivo freqüentemente se revela vazia quando o indivíduo o alcança. De acordo

com o exemplo dado pelo autor, o homem que passa toda sua vida acumulando riquezas para desfrutá-las na aposentadoria descobre, em muitos casos, que o dinheiro revela nesse momento sua verdadeira natureza de meio, mostrando-se inútil e insatisfatório se o indivíduo não tem outras metas.

Simmel atribui a confusão entre fins e meios à cultura moderna, própria das sociedades complexas, pois os propósitos dos homens não são mais alcançáveis de forma imediata. Exigem cada vez mais mediações, meios e instrumentos, tornando intermináveis os passos necessários para alcançá-los. É então que o indivíduo corre o risco de se perder no labirinto de meios e de esquecer qual o seu fim (Simmel, 1998: 34). A vida moderna passa a ser estruturada em torno de objetivos provisórios, superficiais que são confundidos com os fins. O indivíduo vive pressionado, tenso, esperando algo que nunca parece chegar e suas finalidades últimas se perdem no horizonte.

O dinheiro se coloca entre o homem e o que ele quer, como se fosse um facilitador, criando a ilusão de que tudo pode ser alcançado através dele. A felicidade se confunde e se alimenta com o poder e com o dinheiro que concentra tudo. É o frenesi, a necessidade de constante movimento e ação, cujo motor é o dinheiro que nunca dá trégua ou faz pausas e está sempre presente.

O consumo alimentado pela economia do dinheiro estimula a ansiedade, reproduzindo a ilusão que aquilo que vai dar-lhe trégua pode ser obtido facilmente na posse de uma determinada quantia. As propagandas são exemplos que parecem ser bem apropriados. Elas exploram o universo simbólico dos consumidores sempre de forma hiperbólica, pois talvez do contrário, sem este estímulo adicional, não obtivessem o resultado desejado. Esses estímulos adicionais que se encontram a cada momento do cotidiano são razões infinitas para transformar cada indivíduo em mais um *blasé* da metrópole.

O desenvolvimento da individualidade deixa o sujeito à própria mercê para resolver seus conflitos interiores que o modo de vida na metrópole traz. Simmel apresenta como forma de autodefesa e autopreservação de algumas personalidades a desvalorização do mundo objetivo que leva o sujeito a uma sensação de inutilidade e/ou, por outro lado, de reserva. Quanto a essa atitude mental Simmel diz:

"(...) se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores quanto as da cidade pequena, onde se conhece quase todo mundo que se encontra e onde se tem uma relação positiva com quase todos, a pessoa ficaria completamente atomizada internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável." (1979: 17)

O ritmo frenético das cidades grandes não permite essa aproximação, ou as pessoas não se mostram dispostas a gastar a energia de seu parco tempo livre estabelecendo relações e compromissos mais intensos e exigentes. De qualquer modo, deve-se a essa *reserva* uma das queixas do homem moderno a respeito da cidade grande, mas que cotidianamente não se vêem (ou não são possíveis) esforços para uma aproximação. Essa quase repulsão, ao invés de ser observada como "*força dissolvente*" é, ao contrário, uma das formas elementares de socialização da grande metrópole.

O que Simmel denominou "*tragédia da cultura*" está relacionado com estes individualismos e com o fato de que estas duas tendências estão em permanente conflito, na cidade grande e, podemos dizer, também na personalidade, uma vez que existe um paradoxo entre liberdade e individualidade. Pode-se dizer que a individualidade está sempre sofrendo com as tensões geradas pelas coerções da vida social e, de fato, um dos grandes problemas do homem moderno seria a luta incessante contra seu nivelamento e utilização pelos mecanismos técnico-burocráticos da sociedade industrial.

Todavia, tem-se observado a partir dos últimos dois séculos uma tendência na vida moderna, e especialmente na vida da cidade grande, para a substituição das coisas concretas e mesmo das abstratas por dinheiro. E que, na maioria das vezes, os indivíduos se esquecem de que existem aspectos tanto nas coisas quanto nas pessoas que não podem ser expressos monetariamente. É a subordinação do lado qualitativo ao quantitativo, que não é levada em consideração e que é a causa da infelicidade e insatisfação da vida contemporânea.

Apesar das mudanças positivas, enumeradas por Simmel, advindas da economia monetária, ele observa por outro lado que "*o dinheiro é uma coisa 'vulgar' porque é o equivalente para tudo e para todos; somente o individual é nobre; o que corresponde a muitas coisas corresponde ao mais baixo entre elas e reduz, por isso, também o mais alto para o nível do mais baixo*" (Simmel, 1998: 31).

A metrópole excita os sentidos, devido ao burburinho que lhe é próprio, ao forte ritmo, ao excesso de compromissos, tarefas e ocupações, à competição econômica e, por extensão, à competição profissional e assim por diante. Nela se produzem constantemente sensações em ritmo mais acelerado que no meio rural, por isso, conclui Simmel, existiria na cidade grande um intelectualismo mais sofisticado, racional e superficial. Essa é a racionalidade do homem metropolitano que tem sua origem e *locus* na economia monetária. A ambos importam relações impessoais e contratuais, desprezando a individualidade e a singularidade, pois estas não se contentam e não são realizáveis através da lógica racional, nem são quantificáveis em termos de dinheiro (Simmel, 1979: 16).

Sennett (1998: 27 e 32) descreve estas modificações das relações no espaço público como um crescente esvaziamento de sentido do mesmo, através de um paradoxo do isolamento em meio à visibilidade que se reflete inclusive nas configurações urbanas e nas edificações das principais cidades do século XIX. Ao mesmo tempo em que se constroem espaços privados amplos e protegidos do burburinho das ruas, estes são apenas áreas de passagem, não de permanência e convivência. O espaço público morre, torna-se somente uma derivação do movimento e as ruas se transformam para permitir a livre movimentação. Se o movimento é impedido por qualquer motivo, isso é razão para ansiedade, pois a ausência de restrições à circulação de indivíduos e automóveis tornou-se um direito absoluto na sociedade moderna. Por outro lado, o espaço público tornou-se sinônimo de uma vida alijada da esfera familiar, onde grupos complexos e díspares entram em contato e onde os sentimentos não devem ser externados para que não sejam "lidos" pelos outros.

"Nessa sociedade a caminho de se tornar íntima - na qual a

personalidade era expressa para além do controle da vontade, o privado se sobrepunha ao público, a defesa contra a leitura pelos outros era a retenção do sentimento - o comportamento em público se tornou o único modo pelo qual se poderia experimentar a vida pública, especialmente a vida nas ruas, sem se sentir esmagado. [...] Cresceu a noção de que estranhos não tinham o direito de falar, de que todo homem possuía como um direito público um escudo invisível, um direito de ser deixado em paz.” (Sennett, 1998: 43)

A metrópole moderna transforma-se em um ambiente artificial, dominada pelo dinheiro e pela lógica contratual, cuja vida e produção é voltada para o mercado, composto de personagens, na maioria das vezes desconhecidos uns dos outros, cujos únicos laços que os mantêm juntos são os interesses econômicos. O homem da metrópole é anônimo, distanciado de suas realizações e de seus vizinhos. É então que Simmel fala de *egóismos econômicos*, em cujas relações os indivíduos não precisam temer falhas devido aos “*imponderáveis das relações pessoais*”. A essa maneira de se relacionar intimamente ligada à economia monetária, em que os que estão próximos são indiferentes uns aos outros, em que as relações são meros reflexos de contratos de trabalho e de troca de mercadorias, Simmel chamou de “*atitude prosaica*”.

No estilo de vida que aí se desenvolveu, tudo se calcula, tudo se transforma em um problema aritmético, reduzindo o subjetivo ao objetivo. Mais ainda, de acordo com esse *ethos*, novas identidades e costumes se configuram, como é o caso do exemplo citado pelo autor da difusão do relógio de bolso. Essas características são, ao mesmo tempo, causa e consequência da vida na metrópole, pois os indivíduos que aí residem são tão cheios de tarefas e afazeres de diferentes graus de complexidade, com interesses tão variados que têm necessariamente de funcionar de forma integrada, e sem o desenvolvimento da pontualidade nos compromissos e serviços a estrutura sobre a qual a sociedade metropolitana se organiza seria posta em risco.

Na metrópole, podemos concluir, não há lugar para o imponderável, para o irracional e impulsos espontâneos. Os indivíduos que assim agem podem desenvolver uma forte aversão ao estilo de vida metropolitano e à economia do dinheiro. No entanto, o sujeito que está exposto a este modo de vida pode desenvolver uma atitude *blasé*, como consequência do excesso de impulsos e estímulos, às rápidas mudanças a que a mente humana está sujeita. O indivíduo procura sua realização na aquisição de bens e coisas, numa infundável criação e recriação de necessidades, sem nunca alcançar a substância, o seu objetivo que, em meio à pressa do dia a dia, nem ele sabe mais qual é. Muita energia mental é então gasta tentando acompanhar esse frenesi da vida metropolitana que a pessoa torna-se incapaz de reagir a novas reações com o mesmo vigor.

A vida social na metrópole segue, então, duas tendências. Pelo fato de a esfera pública ter-se tornado sem sentido, impessoal, agressiva em virtude da competição, as pessoas procuraram “*encontrar nos domínios privados da vida, principalmente na família, algum princípio de ordem na percepção da personalidade*” (Sennett, 1998: 318). Isso resultou na existência de círculos pequenos, relativamente fechados contra vizinhos, estranhos ou antagônicos que seriam

os grupos políticos, de parentesco, religiosos e, contemporaneamente, podemos citar as inúmeras "tribos" e grupos de interesse que se formam, quer tenham um caráter momentâneo ou não. Esses grupos, para se autopreservar, não permitem grande liberdade individual e o desenvolvimento autônomo da personalidade e o medo da impessoalidade torna a comunidade cada vez mais restrita.

Com o crescimento do grupo, seja em termos numéricos ou em diversidade de opiniões e projetos de vida diferenciados, a rigidez que marcava a unidade original relaxa e o grupo se torna mais flexível a elementos externos. Uma maior divisão do trabalho também propicia mais oportunidades de desenvolvimento autônomo das personalidades, embora isso não necessariamente ocorra. A conclusão a que Simmel chega nesse momento mostra uma grande semelhança aos trabalhos de Durkheim, no que se refere aos estudos sobre a solidariedade mecânica e aos poderes coercitivos da vida em grupos pequenos:

"(...) quanto menor é o círculo que forma nosso meio e quanto mais restritas aquelas relações com os outros que dissolvem os limites do individual, tanto mais ansiosamente o círculo guarda as realizações, a conduta de vida e a perspectiva do indivíduo e tanto mais prontamente uma especialização quantitativa e qualitativa romperia a estrutura de todo o pequeno círculo." (Simmel, 1979: 19)

Em breves palavras, os círculos menores tendem a ser mais conservadores do que aqueles formados nas metrópoles e que desenvolvem laços emotivos e sociais mais frouxos.

Essa *liberdade* de que fala Simmel, e sua tragédia, é sentida na multidão, pois apesar da proximidade física e de estarem rodeada de outras, as pessoas não se aproximam nem mental nem emocionalmente. O indivíduo está 'sozinho na multidão', como se diz muito freqüentemente. O homem da metrópole tem a opção de se tornar o que quiser, ninguém o impede, mas é justamente aí, onde a indiferença do outro lhe alcança, que o homem contemporâneo, em particular, se dá conta de sua solidão. Ser livre para quê e para quem, essa é uma questão importante.

Não só as metrópoles crescem cada vez mais em tamanho, como envolvem as outras menores com seus atrativos e facilidades. Divulgam seu modo de vida, sua intelectualidade na medida em que sua riqueza se expande. Alargam-se os círculos das relações econômicas, pessoais e intelectuais de sua população sobre as áreas rurais ou semi-rurais. Vemos isso se acelerar com o acesso de maiores círculos de pessoas aos meios de comunicação, levando a metrópole para além de seus limites físicos.

O grande número e variedade de serviços levam o homem metropolitano a buscar uma maior especialização, diferenciação e singularidade naquilo que ele oferece, com o risco de que se ele não se destacar da multidão sua sobrevivência se torna ameaçada. Há uma maior pressão para se atender a necessidades novas e cada vez mais específicas dos consumidores e explorar os nichos de mercado - para usar uma terminologia bem atual, cara aos defensores da livre iniciativa e dos profissionais de *marketing*. É preciso ser diferente, chamar atenção para o seu empreendimento para que ele sobreviva aos anos. Isso se

torna mais evidente quando o negócio e a mercadoria oferecida é o próprio indivíduo, como acontece com as modelos e pessoas do meio artístico, onde se exhibe um verdadeiro espetáculo das idiossincrasias humanas - ser excêntrico é ser *in* e vende mais.

Conclusão

Todos os fenômenos aqui apresentados foram observados por Simmel como sendo característicos da metrópole, onde o desenvolvimento da cultura moderna caracteriza-se pelo predomínio do "*espírito objetivo*" sobre o "*subjetivo*". A divisão do trabalho exige do indivíduo essa especialização, essa diferenciação de forma sempre unilateral, desenvolvendo apenas alguns aspectos de sua personalidade e tornando-se apenas um elo na cadeia de dependências que parece sempre crescer no modo de vida urbano. Ao mesmo tempo, o espaço público de atuação se torna cada vez mais esvaziado de sentido, pois as relações que aí se travam tem o caráter quase que exclusivamente econômico, onde se oculta toda e qualquer referência ao pessoal, ao particular e ao privado.

O conflito e o sofrimento devem ser vistos, então, como sociabilidades geradas por esta hipertrofia do espaço público sobre o privado, ao mesmo tempo em que ocorre o esvaziamento de sentido da vida pública. O espaço da individualidade fica então disperso e fechado, aumentando o espaço do individualismo, enquanto sofrimento socialmente expresso e o indivíduo, como ser único, praticamente se recolhe a suas esferas mais íntimas.

Desse modo, o que Simmel observou na vida da metrópole de fins do século XIX, tem se tornado crônico hoje em dia. De um lado, um mundo de possibilidades, facilidades, oportunidades e serviços. De outro, o risco muito presente do indivíduo se perder em meio a essas máscaras sociais, objetivos temporários e supérfluos. Para se reconhecer como ser singular e preservar sua essência pessoal nesse mundo de opções infinitas precisa apelar para os extremos de exclusividade e particularização. Essa hipertrofia da cultura objetiva reforça a reserva, a indiferença e o individualismo, pois dificulta o encontro do sujeito com os outros e demonstra a falta de motivos de identificação para a construção de laços mais duradouros na esfera pública, laços estes que Simmel identificava, em sua época, ainda na vida das pequenas cidades.

Referências Bibliográficas

- BARROS, Rita Mansó de. "*Entre o sujeito do mal-estar e o indivíduo da grande cidade*". Rio de Janeiro: CFCH-UFRJ, 2000. Disponível em: <http://server.cfch.ufrj.br/jor_p4/Epistem2/malestar.html>. Acesso em: 12/ abr./ 2001.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FREUND, Julien. "*A sociologia alemã à época de Max Weber*". In: BOTTOMORE, Tom & NISBET, Robert (orgs.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, pp. 205-251.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. "*A dor como objeto de pesquisa social*". *Ilha - Revista*

de Antropologia, Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Universidade Federal de Santa Catarina, nº 0, out./1999, pp. 74-84.

LINDNER, Evelin. *"Humiliation and the human condition: mapping a minefield"*. Oslo: University of Oslo, 1999. Trabalho não publicado.

_____. *"What every negotiator ought to know: understanding humiliation"*. Oslo: University of Oslo, 2000. Trabalho não publicado.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHEFF, Thomas J. *"Honor and shame: local peace-making through community conferences"*. [This paper is a modification of SCHEFF, Thomas. *"Crime, shame, and community: mediation against violence"*. Wellness Lecture Series. Berkeley, UC-Wellness Foundation Distinguished Lecture Series, v. VI, 1996]. Berkeley: University of California at Santa Barbara, 1997. Disponível em: <<http://www.soc.ucsb.edu/faculty/scheff/>>. Acesso em: 23/ mar./ 2001.

_____. *"Three pioneers in the sociology of emotion"*. Santa Barbara: University of California at Santa Barbara, 1997, 10 p. Trabalho não publicado. Disponível em: <<http://www.soc.ucsb.edu/faculty/scheff/>>. Acesso em: 23/ mar./ 2001.

SIMMEL, Georg. *"How society is possible?"*. *American Journal of Sociology*. Vol. 16, 1910-11.

_____. *"A metrópole e a vida mental"*. In: VELHO, Octavio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *"A competição"*. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *"O problema da sociologia"*. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *"O dinheiro na cultura moderna"*. In: SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora UnB, 1998.

_____. *"O indivíduo e a liberdade"*. In: SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora UnB, 1998.

WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia - USP/ Editora 34, 2000.

WOLFF, Kurt H. (Trans.). *The sociology of Georg Simmel*. Glencoe: The Free Press, 1950, pp. 13-17.

RESUMO
INDIVIDUALISMO E CONFLITO
COMO FONTE DE SOFRIMENTO
SOCIAL

Este trabalho tem como objetivo discutir como o individualismo, princípio da sociedade moderna, e o conflito são fontes geradoras de sofrimento social. Ao longo do texto procuraremos demonstrar como o sofrimento mantém uma estreita relação com a questão das emoções e que, mesmo sendo estas um tema fundamental da filosofia e literatura, também se colocam como objeto de estudo das ciências sociais, uma vez que são o resultado de interações humanas, de suas instituições e das relações de poder. Apresentamos pois, o sofrimento e o conflito como sociabilidades necessárias para que haja uma ordem social e mesmo fundamental para a existência da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia da Emoção; Sofrimento Social; Individualismo.

ABSTRACT
INDIVIDUALISM AND CONFLICT
AS SOURCES OF SOCIAL
SUFFERING

This essay aims to discuss how individualism, a modern society principle, and conflict produce social suffering. All the text long we try to show how suffering keeps a close relationship with the emotional issue and that, even emotions being fundamental to Philosophy and Literature, they are put as subject of social sciences, since they are result of human interactions, institutions and power relationships. So, we present suffering and conflict here as sociabilities that are needed to social order and even for the existence of the society.

KEYWORDS: Sociology of Emotions; Social Suffering; Individualism.

A EMOÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO SOCIAL

Maria de Fátima Santos de Araújo¹

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre a emoção e a construção do social, tendo por base os conceitos de *Comunidade* e *Sociedade*, intermediados pelo estudo da cultura. A discussão aqui desenvolvida está fundamentada em autores que adotam os significados de Comunidade ligados ao campo do emocional e os de Sociedade ao campo do racional. O estudo da emoção como categoria de ligação entre esses dois "mundos" sugere a superação dessa dicotomia, num processo de sociabilidade que permite aos seres humanos estabelecer redes e não um conjunto de ações desconexas.

A partir da discussão de como a emoção é vivenciada e construída em contextos sociais e culturais diferentes, pode-se demonstrar a viabilidade da quebra desta dicotomia, através de uma rede de relacionamentos no interior destas culturas, permitindo a aproximação ou identificação entre os dois conceitos.

Neste sentido, a contribuição de autores que buscam a interpretação como caminho metodológico, numa perspectiva interacionista - onde o significado é o elemento central de análise - é imprescindível. A subjetividade é estudada a partir da intermediação das questões objetivas, onde as relações sociais exercem um papel importante no entendimento e na explicação dos temas abordados.

Os tipos ideais de sociedade e as formas de sociabilidade desenvolvidas por Tönnies são o ponto de partida dessa discussão, que culmina com visões de outros autores que também buscam, em suas análises, superar possíveis dicotomias na abordagem deste tema.

Em seguida, destaca-se nesses autores a idéia de que se tomando a emoção como categoria central nessa relação, se chega a uma visão humanista da sociologia.

Por último, procurou-se, de forma breve, levantar elementos na construção da identidade a partir da intersubjetividade, destacando o emocional como elemento intrínseco a essa construção.

Emoção como interseção entre Comunidade e Sociedade

Os tipos ideais de sociedade desenvolvidos por Tönnies, *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*², são definidos por Coenen-Huther como, o primeiro sendo "(...) fundado sobre a integração orgânica de relações comunitárias carregadas de afetividade, o outro, estabelecido a partir de relações mais abstratas, nas quais entram, muito mais, avaliações racionais" (1995: 195-196).

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa). Mestre em Ciências Sociais, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa).

² Comunidade e Sociedade.

Para este autor essa oposição é fruto de uma tradição sociológica que se interessa pela evolução das formas de sociabilidade, na qual Tönnies se insere. Destaca, também, a sua originalidade na forma de conceituação.

Como precursor do formalismo sociológico, Tönnies aproxima-se de Simmel ao se preocupar com a análise e classificação de categorias elementares, além de estabelecer continuidade entre o psicológico e o social. Como Simmel, parte da relação social e, conseqüentemente, da interdependência, como a base da vida em sociedade. A sociedade, assim, é entendida como baseada no encontro de duas vontades humanas - a vontade natural ou espontânea e a vontade racional ou refletida, uma influenciando a outra.

Coenen-Huther acrescenta ainda que é a partir da categoria vontade que Tönnies liga o pensamento e a ação sociais, fundamentos da natureza humana. Traduzindo para a modernidade, numa perspectiva interacionista, afirma que se poderia chamar de *"ato intencional [aquilo] que caracteriza o ser humano ao mesmo tempo como ser pensante e como ser social"* (1995:199).

Boudon também define Comunidade e Sociedade a partir de Tönnies e reforça a idéia deste autor, ao considerá-las como única alternativa para os homens estabelecerem relações sociais, e acrescenta:

"À sociedade (Gesellschaft), fundada na estrita individualidade de interesses (...) opõe-se a comunidade (Gemeinschaft), estabelecida na identidade substancial de valores, assinaladas umas às outras - nem sempre conscientes disso - pela mesma origem e destino." (1993: 73)

Miranda aponta aspectos semelhantes da teoria desenvolvida por Tönnies, ao mencionar que para este autor as relações concebidas como possuidoras de uma vida real e orgânica são tidas como as com características essenciais da Comunidade (*Gemeinschaft*) e quando a estrutura é mecânica e imaginária, relaciona-se ao conceito de Sociedade (*Gesellschaft*):

"(...) Assim, estas observações (...) postulam uma oposição inerente aos conceitos: tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto (...) será entendido como a vida em comunidade. A sociedade é a vida pública - é o próprio mundo.

Na comunidade, há uma ligação desde o nascimento, uma ligação entre os membros tanto no bem-estar quanto no infortúnio. Já na sociedade, entra-se como quem chega a uma terra estranha. (...) comunidade (...) é a forma de vida comum, verdadeira e duradoura. A sociedade é somente passageira e aparente. Pode-se, em certa medida, compreender a comunidade como um organismo vivo, e a sociedade como um agregado mecânico e artificial." (1995: 231-232)

Por outro lado, alguns autores adotam uma abordagem relacional em que os caminhos teórico-metodológicos vão no sentido de relacionar laços mais estreitos vivenciados por uma Comunidade e questões mais objetivas predominantes na Sociedade.

Minayo (1999: 11) é um dos autores que aponta críticas de estudiosos a esta orientação, por considerar que este tipo de estudo atomiza a realidade na análise dos grupos sociais, como totalidade nela mesma e pela ausência quase

total de discussões de problemas estruturais. Acrescenta, ainda, que sua concentração nos significados é quase absoluta, levando-as à base material do universo simbólico.

Geertz (1989: 15) propõe, para a antropologia social, a etnografia como caminho teórico-metodológico para se empreender um conhecimento. Na sua visão, este caminho não depende de métodos, mas de um esforço intelectual, pois só compreendendo o que é etnografia, sua prática, é que se pode entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. E, ainda, para se compreender a ciência, antes de olhar para suas teorias ou descobertas ou sobre o que dizem sobre ela, é preciso o conhecimento anterior do que os praticantes da ciência fazem. Tal perspectiva permite o alargamento do universo do discurso humano, através do conceito semiótico de cultura, que permite descrever esse universo de forma inteligível, de forma densa (Geertz, 1989: 24).

A proposta teórico-metodológica de interpretação das culturas desenvolvida por Geertz parte do princípio de que a definição de homem passa por uma redefinição do papel da cultura na vida humana, por considerar que o emocional e o social, e todos os aspectos que envolvem o homem na sua vida cotidiana, são produzidos no mesmo espaço.

É nesta direção que a emoção, enquanto categoria central, promove a união de elementos constitutivos da Comunidade e da Sociedade, evitando dessa forma a dicotomia entre indivíduo e sociedade, entre o emocional e o racional, tão indesejada pelas ciências sociais.

Morris, citada por Wolff (1980: 677), afirma que a abordagem humanista-culturalista (que envolve, entre outros, os fenomenologistas, os interacionistas simbólicos e os etnometodologistas) possui suposições comuns que são o fato *"(...) de que os seres humanos não são apenas influenciados pelos fatos ou forças sociais; que estão constantemente modelando e criando seus próprios mundos sociais em interação com outros (...) [mas] são necessários métodos especiais para o estudo e entendimento desses processos singularmente humanos"*.

Giddens (1992), ao analisar as transformações que se deram no campo cultural através do amor e da sexualidade, dá indicações importantes de como historicamente homens e mulheres viveram diferentemente, sendo influenciados por valores de cada época. Essas idéias ligadas à intimidade estavam associadas a outras mudanças sociais, envolvidas com transições importantes que afetaram o casamento e outros contextos da vida pessoal.

Para Giddens, as sociedades modernas não aboliram a história emocional, mas a trouxeram para o domínio do privado, isto é, a mantiveram separada de sua identidade pública. Por outro lado, a intimidade implica numa total democratização do domínio interpessoal, compatível com a democracia na esfera pública que, por sua vez, é o reflexo das transformações da vida pessoal.

Burkitt (1997: 40) desenvolve uma tese onde as emoções não são expressões de processos interiores, mas modos de comunicação dentro de relações de interdependência. Seu objetivo é estabelecer uma abordagem diferente para evitar a dicotomia entre o individual e o social. A idéia de emoções como complexos constituídos de relacionamentos, assim, para ele, envolve várias dimensões da existência humana, interdependentes.

Para Maffesoli (1998) a metáfora tem um papel privilegiado na construção

do saber, ao integrar os sentidos à progressão intelectual. Situa-se entre o lugar ocupado pelo sentido na vida social e sua integração no ato do conhecimento. Permite que se encontre um equilíbrio entre o intelecto e o afeto, equilíbrio que se encontra e é vivido no senso comum, nas novas gerações que promovem uma sinergia entre a razão e os sentidos. Como ele próprio diz:

*"(...) utilizar a razão sensível não é ter um pensamento irracionalista, mas considerar racionalmente o pensamento irracional. A racionalidade, para não se perder em racionalismo, deve entrar em interação com outros parâmetros humanos - o imaginário, o onírico, o lúdico. Sinergia não é soma, é desenvolvimento multiplicador dos efeitos. Esta seria a resposta intelectual à 'regrediência' social."*³

Portanto, Maffesoli sugere uma racionalidade aberta em oposição ao racionalismo estreito e estático. Significa dizer que o afeto, o emocional, as coisas ligadas à paixão, não estão separadas em um domínio à parte, na vida privada, mas podem tornar-se instrumentos metodológicos para a reflexão epistemológica e para explicar a vida social. Por extensão, considera esclerosado o racionalismo, constituindo-se um obstáculo à compreensão da vida em seu desenvolvimento, inapto para perceber e apreender o aspecto denso, imagético, simbólico da experiência vivida. Para superar a unilateralidade, propõe colocar o racionalismo e o irracionalismo num processo de interação e complementaridade. Busca evitar com isto que o racionalismo passe do concreto ao abstrato, do singular ao geral, sem que seja levada em conta a vida em sua complexidade, colocando tudo numa categoria explicativa e totalizante.

Para esta tarefa Maffesoli indica a contribuição de Edgar Morin, com seu conceito de "encaminhamento". Sua proposta é voltar às reflexões que colocam o indivíduo como único sujeito do conhecimento e capaz de dominar o mundo social e natural. Considera inadmissível dividir a ordem da razão e da paixão.

A divisão de entidades tipificadas - identidades, classes, categorias sócio-profissionais, filiações partidárias, ideológicas ou religiosas, provocada pela distinção filosófica, sociológica e política - para Maffesoli, progressivamente, deve dar lugar a um vasto sincretismo de contornos pouco delimitados, onde cada um é chamado a desenvolver diversos papéis. Ele afirma que já existe abertura na sociologia para tal perspectiva, por considerar que no domínio vivo da socialidade existe não só a comunicação verbal, mas também a comunicação não verbal, o domínio do sensível.

Maffesoli define o "alargamento da consciência" como o processo epistemológico capaz de perceber a globalidade social em todos os seus elementos. Para realizar este projeto é necessário saber superar as categorias de análise que foram elaboradas ao longo da modernidade. Somente uma "ciência criativa", ou "ciência operante", permite o vínculo entre a natureza e a arte, o conceito e a forma, o corpo e a alma. Vínculo este acentuado pela vida. O racionalismo moderno analisa o mundo real, e a racionalidade aberta analisa a realidade em sua totalidade.

³ Conferência sobre o Imaginário realizada em Recife (abr./1999).

Enfim, a pós-modernidade seria uma espécie de aglutinação, ao mesmo tempo díspar e totalmente unida aos mais diversos elementos. Na pós-modernidade não há nenhum domínio que escape ao retorno em massa do afeto: as relações "tribais" que marcam a vida social, o político, as relações culturais, religiosas, de trabalho, que tornam necessária uma visão orgânica do mundo. Seria levar em conta a opinião, onde há o reconhecimento de um componente da subjetividade, a partir da experiência de vida de cada um, sua ideologia, religião ou a visão sobre qualquer outro tema.

Sua contribuição nas análises sociológicas se volta principalmente para os estudos de grupos urbanos que vêm surgindo na atualidade (*hip hop, rap*, etc.), as chamadas "tribos", que fazem incursões por outros processos de sociabilidade, em espaços próprios, permitindo uma maior vivência e identidade do grupo.

Sennett (1999: 358-359), ao analisar a Comunidade, tem uma visão diferente das idéias defendidas por estes autores. Sua análise tem um caráter político e baseia-se na atuação dos planejadores urbanos atuais. Em sua opinião, esses planejadores desistiram de uma concepção global da cidade, pelas limitações do conhecimento e por falta de influência política.

Sennett faz referência à concepção de Sitte, empreendida há mais de um século, que representava uma geração que concebia a comunidade dentro da cidade, enquanto os urbanistas da atualidade concebem a comunidade contra a cidade. Ele ainda estabelece diferenças entre relações de uma personalidade comunal, coletiva e os territórios concretos da comunidade na cidade moderna, a vizinhança, o *quartier*. Reforça o seu pensamento com a seguinte afirmação:

"(...) a lógica emocional da comunidade, começando como uma resistência aos males do capitalismo moderno, resulta numa espécie bizarra de retraimento despolitizado (...) acreditei erroneamente que a reconstrução da comunidade local era o ponto de partida para a reconstrução política da sociedade mais ampla. (...) está errado com a noção da construção de uma comunidade contra o mundo (...) ela assume o fato de que os próprios termos da experiência intimista efetivamente permitiram às pessoas criar um novo tipo de sociabilidade, baseada em compartilhar seus sentimentos." (1999: 360-361)

Para este autor, como as características da *Gemeinschaft* não podem ser assimiladas imediatamente, provocam uma dicotomia entre os sentimentos e a indiferença impessoal. Aqui o emocional não é visto como elo entre Comunidade e Sociedade, mas ao contrário, como coisa que coexiste de forma estanque no mundo moderno (sennett, 1999: 366). Ele ainda argumenta que "Os materiais que essa cultura oferece para que as pessoas façam 'conexão' com as outras pessoas são símbolos instáveis de impulso e de intenção" (1999: 367).

Embora sua análise esteja centrada numa questão bem pontual - no caso, a atuação dos planejadores urbanos - percebe-se claramente sua crítica a uma visão de comunidade e sua ligação com valores urbanos, por colocar-se em oposição a uma integração do espaço público e da vida pública na cidade em sua totalidade (1999: 377).

Sennett vê também, no que ele chama de solidariedade comunitária, uma

função estabilizadora para as estruturas políticas da sociedade:

"(...) assim como ocorrerá com a experiência carismática, agora é muito fácil confundir a paixão pessoal na sociedade com a desordem na sociedade (...) quanto mais as pessoas estão mergulhadas nessas paixões de comunidade tanto mais as instituições de base da ordem social permanece intocadas." (1999: 377)

Comparando o significado original de *Gemeinschaft* com o moderno, Sennett afirma que o primeiro significava a total abertura de sentimentos e, ao mesmo tempo, uma comunidade de pessoas, onde relações emocionais abertas são possíveis, em oposição ao segundo onde prevalecem relações parciais, mecânicas ou emocionalmente indiferentes (1999: 378). E justifica sua posição da seguinte maneira:

"(...) as pessoas somente podem ser sociáveis quando dispõem de alguma proteção mútua; sem barreiras, sem limites, sem a distância mútua que constitui a essência da impessoalidade, as pessoas são distintas (...) porque o efeito último da cultura gera pelo capitalismo e pelo secularismo moderno torna lógico o fratricídio, quando as pessoas utilizam as relações intimistas como base para as relações sociais." (Sennett, 1999: 379).

E ainda afirma que, *"(...) Historicamente, a vida pública morta e a vida comunitária perversa, que afligem a sociedade burguesa do Ocidente, são algo como uma anomalia"* (1999: 380).

Procurou-se levantar, até aqui, perspectivas teóricas em torno dos conceitos de Comunidade e Sociedade, perspectivas estas que apresentam tanto posições convergentes ou próximas, como díspares, com relação aos seus significados. Buscaremos, adiante, identificar em alguns autores a visão de que a emoção, enquanto categoria, tem a capacidade de aglutinar e tornar as análises sociais mais humanísticas.

Emoção: substrato de uma visão humanista

Ao se eleger a emoção como uma das dimensões imprescindíveis nos estudos da existência humana, realizados pela sociologia e pela antropologia, procura-se também mostrar que essas disciplinas se tornaram mais humanistas, como decorrência da união de traços considerados da Comunidade e da Sociedade.

Para Berger (1986: 27) o sociólogo deve interessar-se pelo mundo dos homens, abordando em suas análises suas instituições, sua história, suas paixões, enfim, a vida cotidiana que inclui fatos e interações humanas. No nosso entender, há nesta afirmação uma preocupação de Berger em evitar a dicotomia entre os diversos aspectos da existência humana.

Na mesma direção, Geertz (1989: 48) afirma que antropologia tem se preocupado em encontrar um caminho que leve a um conceito mais viável sobre o homem, considerando a diversidade cultural e que tenha como princípio dominante *"a unidade básica da humanidade"*. Geertz faz uma crítica àquilo que chama de 'consenso de toda a humanidade', afirmando que o estudo da cultura não pode contribuir para seu entendimento por basear-se em universais culturais

fundamentados em processos particulares, biológicos, psicológicos ou sociológicos. Em outras palavras, ele reforça sua idéia ao afirmar que a natureza humana é inerente à cultura e o sistema nervoso central cresceu em interação com ela - só com a orientação de sistemas de símbolos significantes é possível tornar este sistema capaz de dirigir nosso comportamento ou organizar nossa experiência:

"(...) Nossas idéias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais - na verdade, produtos manufaturados a partir de tendências, capacidades e disposições com as quais nascemos e, não obstante, manufaturados." (Geertz, 1989: 62)

Neste sentido, Comunidade e Sociedade podem significar uma unidade, se analisados considerando todos os aspectos da existência humana passíveis de identificação no estudo de culturas.

Para Cohen (1995: 206-207), o entendimento da essência dos conceitos de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* desenvolvidos por Tönnies permite compreender os pontos essenciais da vida, e poderia ajudar na direção de uma prática mais humanística e mais profunda da sociologia e de outras ciências. Para ele há uma aproximação da essência do significado de *Gemeinschaft*, quando se fala de espírito comunitário ou relacionamento comunitário. Este significado, porém, exige uma camada mais profunda de sentido, pois *Gemeinschaft* é um grupo de ligações, de proximidades, uma idéia do mundo enquanto Idéia, uma forma de relacionar o grupo com o mundo em todas as dimensões, um modo de percepção, uma visão de mundo realmente *Weltanschauung* (Cohen, 1995: 207).

Nesta perspectiva, a emocionalidade estaria mais próxima da *Gemeinschaft*, e a racionalidade e a intelectualidade da *Gesellschaft*. Então, se a intelectualidade e a emoção se unem, podem levar à profundidade do entendimento, combinando elementos da *Gemeinschaft* e da *Gesellschaft*, tornando-se uma só, a *Gemeinschaft*, não sendo pois excludentes, já que esta, baseada em laços emocionais, permite alguma racionalidade, mais relacionada a *Gesellschaft*:

"(...) Pensa-se que a racionalidade irá exorcizar os sentimentos subjetivos da emocionalidade. Mas exorcizar a emocionalidade deixa a racionalidade estéril. Torna-se irracional desde que a vida 'real' inclui um mundo emocional que deve ser entendido em seus termos, que é também emocional em um inter-relacionamento de trocas e interações simbólicas." (Cohen, 1995: 211-212)

Burkitt, citando Elias, também busca demonstrar que o caminho das disposições emocionais é condicionado por atos sociais, de modo que certos sentimentos são misturados e complementados ou contraditados uns aos outros. Ele utiliza como exemplo o sentimento de agressividade desenvolvido na Idade Média através das batalhas. Matar o inimigo era aceito socialmente como algo corajoso, demonstrava ser um bom guerreiro quem assim agia. A expressão de atos de alegria foi substituída pela agressividade, justificada pela justeza da causa (Burkitt, 1997: 47). A cultura delimita, deste modo, a experiência dos indivíduos associando certas ações ou funções com sentimentos prazerosos ou

repugnantes (Burkitt, 1997: 48).

Portanto, a vida emocional dos indivíduos não pode, de nenhuma maneira, ser separada da cultura e aprendizagem. Não existe mundo interior ou sentimentos separados de valores ou normas culturais externas. Podemos compreender como pode existir contradição nos sentimentos criados por relações conflitantes ou contraditórios sem, contudo, estabelecer a dicotomia do individual e do social (Burkitt, 1997: 48).

Em síntese, o que estes autores querem enfatizar é que para se ter uma visão humanística nas pesquisas desenvolvidas pela sociologia e pela antropologia, não se pode estabelecer uma separação na construção de dados objetivos e subjetivos, entre o emocional e o racional.

A seguir, buscaremos destacar, a partir de alguns autores, a possibilidade de construção do eu, dentro dos mesmos princípios teórico-metodológicos.

Emoção e identidade

A construção da identidade se dá a partir de relações de interdependência estabelecidas em diferentes contextos culturais. É na comunhão de elementos produzidos, pelo que se determinou teoricamente pertencerem a Comunidade e a Sociedade, que se constrói essa identidade.

As idéias que dão sustentação ao estudo da emoção - enquanto construção do social - demonstram que as emoções não são produções internas aos indivíduos, mas resultantes dessas relações. Portanto, é a partir do estudo das emoções desenvolvido por alguns autores que procuraremos mostrar a inter-relação existente entre o subjetivo e a construção do eu num sistema cultural.

Segundo Berger (1986: 59-60), a identidade dos sujeitos varia historicamente, com tendências a ser permanente nas sociedades tradicionais e incerta nas sociedades modernas, em virtude das constantes mutações nos papéis e pelas várias maneiras de olhar o mundo. Através da substituição do conceito de "*conversão*", que se refere à mudança de idéias, pelo conceito de "*alternação*", é possível ampliar-se e falar não somente em mudanças de idéias, mas também em mudança de identidade.

A cada alternância entre sistemas de significados é proporcionada uma explicação de sua própria existência e de seu mundo. Esta alternância é relativa e permite o conhecimento de outra dimensão da consciência sociológica - a percepção de que não somente as identidades, mas também as idéias, são relativas, dependendo de localizações sociais específicas (Berger, 1986: 61-63).

Para Berger, as mudanças nos sistemas de significados condicionam as mudanças nas relações sociais, em função de sua estrutura social (1986: 76). A consciência sociológica atua, assim, num quadro de referência. A localização do eu informa a um indivíduo aquilo que ele pode fazer e o que pode esperar da vida; estar localizado na sociedade significa estar no ponto de interseção de forças sociais específicas (1986: 77-81). Existem os mecanismos de controle social atuando, e "*...os papéis trazem em seu bojo tanto as ações como as emoções e as atitudes elas relacionadas*" (1986: 109).

Citando Mead, Berger afirma que todo papel na sociedade acarreta uma certa identidade, até aquelas identidades que julgamos constituir a essência de nossas personalidades foram atribuídas, sustentadas e modificadas socialmente.

A identidade, assim, "(...) não é uma coisa pré-existente; é atribuída em atos de reconhecimento social" (Berger, 1986: 113). Ou seja, as identidades "...são atribuídas pela sociedade" (Berger, 1986: 114).

Ainda tratando este tema, Berger afirma adiante:

"(...) toda identidade exige ligações sociais específicas para sua sobrevivência...o indivíduo se localiza na sociedade dentro de sistema de controle social e cada um desses sistemas contém um dispositivo de geração de identidade (...) A transformação ou a manutenção da identidade se dá através de processos sociais." (1986: 116-117)

E ele acrescenta também que é através da teoria do papel social que se tem uma visão do homem baseada em sua existência na sociedade e que cada um dos papéis desempenhados na sociedade, configura uma determinada identidade (1986:118).

Na perspectiva de Berger, Comunidade e Sociedade são definidas historicamente, dependendo do nível de desenvolvimento de cada sociedade. Na sua visão, o emocional está mais ligado às sociedades tradicionais e o racional, ou o plano intelectual, mais ligado às sociedades modernas, condicionado pelos diversos papéis exercidos nestes tipos de sociedade.

Geertz, por sua vez, define o homem a partir do conceito de cultura, porque esta é formada por um conjunto de mecanismos simbólicos que controlam o comportamento e dão a unidade já referida:

"Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas." (1989: 64)

Miranda, ao analisar a dialética da identidade em Tönnies, a partir dos conceitos de Comunidade e Sociedade, sustenta:

"O que caracteriza o tipo-comunidade é a expressão da igualdade e o vigor dos fenômenos e valores identitários. Considerada não apenas a externalidade, mas também a introjeção nos agentes personalizados dos elementos da cultura. (...) Na sociedade, para cuja descrição a referência histórica é a troca (que implica a alteridade como princípio) e o desenvolvimento capitalista, os valores reforçam as diferenças, acentuam a individualidade e isolam o 'indivíduo'. (...) enquanto na comunidade-tipo a identidade dimensiona-se e se realiza...na sociedade-tipo, a 'natureza' identitária constitui apenas uma abstração." (1995: 65)

Cohen reelabora os significados de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, onde procura não só quebrar esta dicotomia, mas também procura dar uma outra dimensão nas relações entre pesquisadores e objetos de estudo. Propõe a unidade das coisas através da *Gemeinschaft*, construindo uma nova sociologia, com uma concepção mais ampla e profunda de realidade onde o entendimento intelectual e a racionalidade se aliam à emocionalidade. Segundo ele:

"Para se usar um entendimento sociológico, nos modos de

relacionamento do tipo Gemeinschaft, ou de estudo, há uma troca entre as pessoas, grupos, ou entre a pessoa e a coisa observada, o sociólogo e o assunto estudado. Proponho que essas trocas existam em mais níveis do que apenas o interpessoal, mas que incluam um universo mais amplo, como o faz a Gemeinschaft. Há uma reciprocidade de essência, de sentimento e, então de entendimento. Uma interação se desenvolve nos níveis abertos, mas também nos simbólicos de significado (interação simbólica)." (1995: 210-211)

Para Schmitz, existe uma superposição de significados para o conceito de Comunidade. Na linguagem inglesa ela tem um "*sentido profundamente humano e íntimo, uma fascinante unidade*" (1995: 179-180). Tanto no sentido normativo como geográfico, a palavra significa alguma coisa integral e concreta. No entanto, aponta a dificuldade de se encontrar este referencial nos centros urbanos e industriais da vida moderna, especificamente na América do Norte e na Europa. Schmitz considera importante a intersubjetividade (versão interiorizada de comunidade), para aqueles que procuram comunidade nesse contexto, mas isto para ele, não é em si comunidade.

Sociedade, por outro lado, pode designar um particular e mais ou menos estilizado modo de experiência (como em alta sociedade); uma particular associação organizada com objetivos ou determinados interesses, (como em sociedade internacional para metafísica); a estrutura básica da vida de uma nação, (como por exemplo, a sociedade canadense); ou, no seu termo mais geral, pode designar a total complexidade humana, não biologicamente, mas socialmente, em termos dos modos pelos quais as relações humanas são organizadas cultural, técnica, econômica e politicamente (Schmitz, 1995: 179).

Os relacionamentos intersubjetivos são, nesse sentido, aqueles de amizade, familiaridade, mas para ele isto não é Comunidade. Nessa perspectiva, as relações interpessoais são consideradas importante fator dentro de uma comunidade, pois são experiências de indivíduos, e a comunidade é feita de indivíduos. Mas uma Comunidade não é meramente a reciprocidade de seus indivíduos nem, tampouco, suas relações recíprocas internas ou externas. O indivíduo não faz uma Comunidade através de suas relações individuais com os outros: tais relações compreendem uma coletividade.

Há divergências entre Cohen e Schmitz quanto às interpretações dos conceitos de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* desenvolvidos por Tönnies, e tais divergências, *conseqüentemente*, indicam caminhos diferentes para a pesquisa em Ciências Sociais.

Enquanto Cohen propõe uma fusão entre as relações emocionais e a intelectualidade/ racionalidade - elementos da Comunidade e Sociedade respectivamente - para Schmitz, a comunidade não deve ser confundida com as relações interpessoais, pois estas não constituem sua identidade. Para ele, o sujeito da Comunidade é ela própria, que inclusive é anterior ao indivíduo. (Schmitz, 1995: 181-182).

Uma outra abordagem é apresentada por Burkitt, que vai no sentido de defender a corrente sociológica que diz que biologia e sociabilidade na *espécie* humana são inseparáveis. Nesta perspectiva, as emoções podem ser vistas como construídas socialmente, enquanto tendo também componentes corporais que

são necessárias à experiência dessas emoções. O componente físico de uma emoção é vital para conhecê-la. A emoção pode ter um padrão psicologicamente familiar, a ela reconhecível de alguma maneira através da cultura, enquanto ao mesmo tempo pode ser, em sua expressão completa, construída culturalmente e, portanto, particular (Burkitt, 1997:43).

Wittgenstein, citado por Burkitt, acrescenta que os indivíduos são treinados em hábitos emocionais desde a infância e através deles desenvolvem disposições emocionais que podem ser expressas em certos contextos através da vida pessoal. Emoções então são cognitivas e pré-cognitivas: elas envolvem interpretação cultural, mas também disposições corporais colocadas através de práticas sociais. Essas condições não são encontradas nas pessoas, mas são aspectos das condições de vida das quais as pessoas existem (1997: 43-44).

Para Boudon (1989: 95-105), os atores socialmente situados, por suas disposições, ainda que tenham as mesmas posições, poderão interpretar a realidade de maneira diferente. Para ele, o efeito de disposição do tipo cognitivo dificulta a compreensão de um fenômeno social pela ausência ou insuficiência do saber de que dispõe. E acrescenta:

"(...) os agentes sociais são socialmente situados, o que quer dizer que têm papéis sociais, que pertencem a certos meios sociais e a certas sociedades, que dispõem de certos recursos (notadamente cognitivos), e que, em razão dos processos de socialização aos quais foram expostos, interiorizaram um certo número de saberes e de representações. Por estas razões estão sujeitos ao que chamamos de efeitos de situação (efeitos de posição e de disposição) (...)." (1989: 122)

Neste sentido, para Boudon a compreensão e a explicação de certas questões empreendidas pelos indivíduos, não podem ser caracterizadas como insensatas ou irracionais, mas devem ser entendidas como efetuadas a partir da noção de sentido. Daí a sua divergência com Bourdieu e a sociologia francesa de maneira geral, onde a explicação se dá a partir de seus efeitos macro-sociais.

Para Burkitt, as experiências emocionais incorporadas podem fluir no contexto social em que as pessoas estão imersas e ainda assim ser contra algumas normas gerais prescritas. Ainda que as pessoas possam perceber um conflito de emoções contrárias a uma situação particular, como por exemplo, um grupo de pessoas com características similares podem ter reações diferentes com uma mesma notícia. Por outro lado, ele afirma que conflito emocional não nasce de estados interiores de ambivalência, mas de contextos sociais os quais são eles próprios inerentemente ambivalentes ou preenchidos com conflito. Em tais circunstâncias, uma pessoa pode pensar as emoções de uma maneira e isso ter sido criado e ter um significado somente naquele contexto; de outro modo, a emoção não poderia ser identificável ou inteligível (1997: 44).

Citando Elias, Burkitt ainda acrescenta que as relações entre as pessoas e os sentimentos associados com elas são parte e parcela de interação a qual é composta de gestos, sinais e movimentos corporais. Todas essas coisas são parte do mesmo processo comunicativo, com relações, experiências e sentimentos, todos interligados (1997: 45).

Por fim, constatamos que a identidade não se constrói a partir da

subjetividade, mas em contextos culturais e sociais específicos. É na relação com os outros que ela constrói o seu eu por inteiro, tanto em Comunidades, como em Sociedades, considerando as diversas definições aqui apresentadas.

Considerações finais

Neste trabalho tentou-se argumentar, através das teses de alguns autores, a indissociabilidade do emocional e do racional em contextos culturais determinados. Através dos conceitos de Comunidade e Sociedade procurou-se demonstrar que, apesar da aparente dicotomia existente no plano teórico-metodológico e das posições divergentes de alguns autores, a abordagem relacional, aqui priorizada, mostra a viabilidade dessa relação.

Os conceitos de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, desenvolvidos por Tönnies há mais de um século, se tornaram instrumentos teóricos consideráveis para análises sociológicas que buscam esta perspectiva. No dizer de Dombrowsky, a importância desse autor se deve, sobretudo, em meio à "crise dos significados" da sociedade, à ênfase dada por ele às vontades humanas e ao fato de ele trabalhar com o conceito de socialidade, que diz respeito à afirmação do outro (1995: 104).

Embora estes conceitos se refiram à formas ideais de relações sociais, escreve Tönnies, citado por Töttö (1995: 50): "*Não conheço nenhum estado de cultura ou sociedade em que elementos da Gemeinschaft e da Gesellschaft não estejam simultaneamente presentes, isto é, misturados*".

No nosso entender, essa afirmação de Tönnies confirma a dialética inserida na sua abordagem e, certamente, vem reforçar a inter-relação existente entre os elementos de Comunidade e Sociedade existentes em contextos sociais e culturais específicos.

Referências Bibliográficas

- BERGER, Peter L. *Perspectiva sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BOUDON, Raymond. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- _____. *A ideologia*. São Paulo: Ática, 1989.
- BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- BURKITT, Ian. "Social relationships and emotions". *Sociology - The Journal of the British Sociological Association*, London, v. 31, n. 1, fev. / 1997, pp. 37-55.
- COENEN-HUTHER, Jacques. "A sociologia de Tönnies e o estudo das formas de sociabilidade". In: MIRANDA, Orlando de (org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 195-204.
- COHEN, Harry. "A idéia de Gemeinschaft: rumo a uma sociologia humanística". In: MIRANDA, Orlando de (org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 205-228.
- DOMBROWSKY, Wolf & PRAHL, Hans Werner. "A atualidade de Ferdinand Tönnies". In: MIRANDA, Orlando de (org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 103-108.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp, 1992.

- HERITAGE, John C. "Etnometodologia". In: GIDDENS, A. & TURNER, J. (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999, pp. 321-392.
- MAFFESOLI, Michel. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- MIRANDA, Orlando de. "A dialética da identidade em Ferdinand Tönnies". In: MIRANDA, Orlando de (org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 61-72.
- _____. "Comunidade e sociedade (textos selecionados)". In: MIRANDA, Orlando de (org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 231-272.
- SCHMITZ, Kenneth L. "Comunidade: a unidade ilusória". In: MIRANDA, Orlando de (org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 177-193.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- TÖTTÖ, Pertti. "Ferdinand Tönnies: um racionalista romântico". In: MIRANDA, Orlando de (org.). *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 41-51.
- WOLFF, Kurt H. "Fenomenologia e sociologia". In: BOTTOMORE, Tom & NISBET, Robert. *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, pp. 650 -726.

RESUMO

A EMOÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO SOCIAL

Este trabalho procura enfocar a emoção como categoria central no estudo de contextos culturais e sociais específicos, a partir dos conceitos de *Comunidade* e *Sociedade*, tomando por base as definições estabelecidas por Tönnies. Este texto mostra ainda que os autores tomados como referência defendem, em suas análises, a superação da dicotomia entre os elementos da *Comunidade* e da *Sociedade*, confirmando a inter-relação entre eles.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade; Sociedade; Emoção.

ABSTRACT

THE EMOTION AND THE BUILDING OF THE SOCIAL

This work looks for to focus the emotion as central category in the study of specific cultural and social contexts, from the concepts of *Community* and *Society*, taking for start the definitions established for Tönnies. This text sample still that the taken authors as reference, defend in its analyses the overcoming of the dichotomy between the *Community's* and *Society's* elements, confirming the interrelation between them.

KEYWORDS: Community; Society; Emotion.

A TEORIA DO CAPITAL SOCIAL NA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Jacob Carlos Lima¹

O conceito de *capital social* tem sido amplamente utilizado na sociologia norte-americana para demonstrar a importância das redes sociais informais na construção de relações sociais e de formas de sociabilidade nas quais interesses pessoais e coletivos se imbricam. A existência desse “capital” se constituiria, igualmente, em importante indicador de participação política através do estabelecimento ou consolidação de relações de confiança entre sociedade e Estado, o que o tornaria elemento crucial a ser mobilizado na implementação de políticas públicas, podendo explicar o êxito ou fracasso dessas políticas.

Capital social pode ser entendido como o conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos ou indiretos, sendo determinante na compreensão da ação social. O conceito incorpora diversas tradições sociológicas, estando presente no pensamento de Durkheim através do estudo da interiorização das normas sociais e sua funcionalidade; em Tönnies na análise do papel integrativo da comunidade; em Marx na compreensão da construção da solidariedade de classe; em Weber na explicação do sentido da ação; em Simmel na caracterização da sociabilidade na metrópole, para ficarmos apenas nos clássicos. Apesar de não se constituir propriamente numa novidade teórica, a partir dos anos 80, assume nova dimensão na recuperação das conseqüências positivas da sociabilidade e das relações não monetárias presentes na sociedade (Portes, 1998).

Na análise de fenômenos macro-sociais, sua utilização vincula o funcionamento das instituições econômicas e políticas a questões culturais constituídas a partir da interação social dos indivíduos. Destaca ainda a importância da construção de uma sinergia Estado-Sociedade no bom funcionamento das instituições democráticas, constituindo-se, assim, numa perspectiva alternativa às análises que privilegiam ora a atuação estatal, ora a atuação do mercado no estudo do desenvolvimento sócio-econômico. No espectro político que vai da direita, em autores como Fukuyama (1995), à esquerda em autores como Burawoy (1997) e Evans (1997), passando por recomendações do Banco Mundial acerca de políticas de desenvolvimento, a “mobilização” do *capital social* de uma comunidade ou sociedade passou a ser considerada um fator positivo no fortalecimento da participação popular nas instituições políticas num contexto de crise das utopias e de pensamento único, no qual o Estado é visto como grande vilão. Essa “mobilização” refere-se à utilização dos recursos organizacionais e associativos, formais e informais, existentes na sociedade civil no planejamento e execução de políticas públicas.

Recusando o caráter liberal presente nas propostas segundo as quais a

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa).

comunidade deveria procurar suas saídas sem esperar nada do Estado, autores como Putnam (1993, 1993 a, 1995, 1996) e Evans (1997), destacaram a importância da existência de regras claras e estáveis nas relações Estado-Sociedade e um aparelho estatal eficiente no atendimento das necessidades sociais. Essas regras refletiriam um *capital social* acumulado à disposição da sociedade. As sociedades mais avançadas apresentariam maior *capital social*, todavia, a potencialidade de sua construção em países em desenvolvimento seria grande e se constituiria num desafio a ser enfrentado (Evans 1997).

A existência de capital social na sociedade não significa, necessariamente, sua utilização, ou o êxito de políticas públicas nele baseadas. As mesmas políticas podem funcionar num lugar e não funcionar em outro, dependendo da forma de como esse capital é mobilizado ou construído. Assim o capital social pode ser entendido como um recurso potencial. Putnam (1993, 1993 a), em trabalho referência sobre o tema, analisando o caso italiano, procurou demonstrar, a partir do estudo das diferenças políticas e econômicas entre norte e sul, a relevância do *engajamento cívico* - a participação dos cidadãos nas várias instâncias organizacionais da sociedade civil - no funcionamento de instituições democráticas e na criação uma sinergia Estado-Sociedade. Evans (1997) citou exemplos brasileiros de construção exitosa de capital social em países em desenvolvimento, que poderiam explicar o sucesso de algumas políticas implementadas.

Neste artigo apresentamos uma breve introdução do conceito, em sua utilização recente e também sua operacionalização na análise de políticas públicas no Brasil. Especificamente, referimo-nos a duas situações que poderiam ser consideradas de *mobilização* ou de *construção do capital social* em políticas desenvolvidas pelo Estado do Ceará, nos anos 90, e que tiveram resultados diametralmente opostos: a política de agentes comunitários de saúde, estudada por Tandler (1998) e citada por Evans (1997) como exemplo da construção de *capital social* em países em desenvolvimento; e a fracassada política de instalação de cooperativas de produção industrial na segunda metade da mesma década. Nossa proposta é apresentar um exemplo de situação exitosa na construção da sinergia entre Estado e Sociedade e, outro em que, embora parte significativa das condições fosse similar, essa sinergia inexistiu. As duas situações permitem visualizar a aplicabilidade do conceito e seus limites na análise de políticas implementadas.

Nosso objetivo é introduzir o conceito de capital social ilustrando-o com experiências concretas de políticas públicas nas quais esse capital se constituiria em elemento sinérgico das relações Estado-Sociedade, sem contudo esgotar a discussão ou recuperar todo o debate acerca de sua utilização.

A origem do conceito: redes sociais informais, normas e confiança

Entre os autores considerados pioneiros na utilização do conceito na sociologia atual, quatro são considerados referências obrigatórias: Pierre Bourdieu (1986), Glenn Loury (1981), James Coleman (1988, 1990) e Robert Putnam (1993, 1993a, 1995, 1996)², que em linhas gerais, definem *capital social* por

² Nos baseamos em dois artigos de revisão do conceito: Woolcook (1998) e Portes (1998).

sua função, incorporando uma variedade de relações presentes na estrutura social que facilitam ações dos indivíduos participantes dessa estrutura. O conceito, portanto, refere-se a relações entre pessoas, não necessariamente percebidas imediatamente, que favorecem o acesso a recursos presentes na sociedade.

Tal como outras formas de *capital*, o *capital social* seria produtivo mas, diferente dos outros, seria inerente às relações entre as pessoas e não necessariamente positivo para todas elas. Em outras palavras, seria composto por *redes sociais informais* entre indivíduos, e por formas de sociabilidade representadas pela *vida associativa* na família, na igreja, na escola e no trabalho. Estas favorecem, por exemplo, a continuação de negócios em determinados ramos e mercados, legais ou não; a obtenção de empregos pela indicação de conhecidos para ocuparem postos de trabalho disponíveis; a resolução de questões individuais nos problemas do cotidiano. Mesmo com a crescente racionalização da vida moderna, as *relações pessoais* continuariam a ser determinantes na construção da sociabilidade, relações estas que podem ser utilizadas de forma positiva na implementação de programas sociais, daí serem consideradas um *capital* disponível na sociedade.

As redes sociais pressuporiam a observância de *normas de reciprocidade e confiança*, de um conjunto de *obrigações mútuas* entre as pessoas, que integra o próprio cerne dessas relações, facilitando, dessa forma, a atividade produtiva. Sua função estaria em seu valor para os atores na estrutura social como recurso que pode ser utilizado na realização de seus interesses. Sua positividade, entretanto, pressupõe que o indivíduo participe de redes relativamente amplas, o que depende de sua inserção na estrutura de classe que vai estabelecer a qualidade dos benefícios recebidos. O fato de estar fora das redes é um fator negativo desse capital, já que estas terminam por limitar o acesso de outras pessoas a seus recursos. Como exemplo, podemos citar ramos de negócios controlados por grupos étnicos que monopolizam o comércio de determinadas mercadorias em algumas cidades, restringindo o acesso de parceiros de fora das redes construídas na comunidade.

Segundo Portes (1998), a primeira análise sistemática do capital social foi realizada por Bourdieu (1986), que define o conceito como o agregado do atual ou potencial recurso ligado à posse de uma forte rede social, de relações mais ou menos institucionalizadas de compromisso e reconhecimento mútuo. Os benefícios que revertem pela participação em um determinado grupo são tornados possíveis pelas bases da solidariedade. O capital social pode ser decomposto entre dois elementos: o primeiro deles seria o conjunto das próprias relações que permitiriam aos indivíduos reivindicar os recursos comuns aos participantes; o segundo, a quantidade e qualidade dos recursos. Apesar de enfatizar a intercambialidade das diferentes formas de capital (econômico, cultural e social), o capital econômico (trabalho humano acumulado) seria a base dos outros capitais. Entretanto, existira uma circularidade em que, a partir do capital social, os atores podem ter acesso direto a recursos econômicos (através de acesso privilegiado a mercados, pelo acesso à informação) e aumentar seu capital cultural (*idem*). Todavia ele é pensado, primariamente, como capital econômico.

Outro autor, o economista Glenn Loury (1981), utiliza o conceito a partir de uma crítica às teorias das desigualdades raciais e às políticas delas decorrentes nos EUA. Para ele, as proibições legais contra a discriminação racial no emprego e a implementação de programas de oportunidades iguais não eliminariam as desigualdades. Primeiro, pelo *environment* em que vive a população negra, caracterizado pela pobreza, que tenderia a reproduzir para as crianças as limitadas oportunidades econômicas e culturais dos pais; segundo, pelas fracas conexões dos jovens negros com o mercado de trabalho e falta de informação sobre oportunidades. Em outros termos, o acesso diferenciado aos bens materiais e simbólicos decorre das limitadas redes sociais e, conseqüentemente, do baixo capital social dessa população.

Em Coleman (1988, 1990), o ponto de partida da teoria sobre o *capital social* é a teoria da escolha racional³, embora rejeitando o individualismo extremo presente nela. Como base de sua análise teve a pesquisa realizada com estudantes secundários, de diversas gerações, na Chicago nos anos 60, em que procurava identificar a influência dos estudantes mais velhos sobre os mais jovens em questões de participação social, liderança e participação em clubes recreativos. Para ele, existiriam duas grandes correntes intelectuais na descrição e explanação da ação social. Uma delas, que caracterizaria o trabalho da maioria dos sociólogos, considerava o ator socializado e a ação determinada por normas sociais, regras e obrigações. A principal virtude dessa corrente estaria na habilidade de descrever a ação em seu contexto social e explicar a ação como constrangida e direcionada pelo contexto social. A outra corrente, predominante entre os economistas, veria o ator com objetivos independentes e inteiramente voltados aos seus interesses privados. Sua principal virtude estaria no princípio da ação entendida como maximização utilitária, defendendo a inclusão, no desenvolvimento da teoria sociológica, de componentes das duas correntes: a aceitação do princípio da ação racional ou ação propositiva e a tentativa de apresentar como este princípio, em determinado contexto social, pode contar não somente com a ação de indivíduos em contextos particulares mas também no desenvolvimento da organização social. Em sua concepção, *capital social* é um recurso presente na ação, introduzindo a estrutura social no paradigma da ação racional (1988, 1990).

Coleman examinou algumas formas que o *capital social* assumiria: obrigações e expectativas; confiabilidade das estruturas; canais de informação e normas sociais. As obrigações e expectativas constituem o relacionamento entre os indivíduos e podem ter uma analogia com o capital financeiro. Nas palavras do autor:

“(...) se A faz alguma coisa para B, confia que B responderá reciprocamente no futuro; isto estabelece uma expectativa em A e uma obrigação por parte de B. Esta obrigação pode ser entendida com um crédito potencial mantido por A em relação ao desempenho de B. Se A mantém uma grande quantidade destes créditos potenciais,

³ Ação racional, baseada na idéia da existência de uma correlação racional entre meios e fins. Veja-se Coleman (1990).

para um número de pessoas que se relacionam com A, então, a analogia com o capital financeiro é direta. Estes créditos passam a constituir um passivo ao qual A pode recorrer se necessário - a menos, é claro, se a aposta na confiança tenha sido imprudente, e estes sejam débitos ruins que não poderão ser reembolsados." (1988: 102)

Nesta perspectiva, para que funcione, essa forma de *capital social* depende da confiabilidade no meio social circundante, significando que essas obrigações serão pagas, o que, de fato é a garantia que mantém essas relações. As estruturas sociais funcionam distintamente, fazendo com que um mesmo indivíduo aja diferentemente em estruturas sociais diversas, gerando graus de confiança desiguais e aumentando os riscos desse "capital". Em outros termos o *capital social* depende da estabilidade das instituições e sua ruptura implica na perda desse capital, com o fim das regras e normas aceitas socialmente.

A *informação* é considerada uma forma de *capital social* por ser concernente às relações sociais, através das trocas permanentes entre os indivíduos, provendo a base para a ação social. Como exemplo, Coleman cita a uma notícia de jornal que é passada a um amigo que não tinha prestado atenção a algo que lhe seria importante. Ou ainda, as informações que são trocadas entre familiares e conhecidos sobre empregos e oportunidades diversas. A aquisição dessa base, todavia é custosa, exigindo atenção permanente. O uso das informações e sua manutenção nas relações fazem com que estas possam ser utilizadas para diversos propósitos.

As *normas e sanções sociais*, quando efetivas, constituem-se em importante forma de *capital social* no interesse da coletividade. Por norma social entende-se desde a norma interiorizada no sentido durkheimiano, até a norma externa imposta pela efetiva repressão de atitudes individuais que vão contra os interesses da comunidade. Constitui-se em instrumento eficaz na manutenção do controle social agindo, por exemplo, na inibição do crime, pela sua repressão direta ou constrangimento de comportamentos⁴. Por outro lado, podem facilitar o desenvolvimento de movimentos sociais (pela aplicação das normas ou por sua abolição), de atividades mutualistas (na provisão de bens escassos), e na chamada *boa governança*, ou seja, políticas públicas voltadas ao interesse do conjunto da sociedade.

Ainda segundo Coleman, tal como o capital físico e humano, o *capital social* sofre depreciação caso não seja permanentemente renovado. A criação, manutenção e destruição do capital social dependem fortemente de elementos tais como "*closure*": relações de confiança e proximidade existentes, por exemplo, entre empresas que podem resultar em preços fixos em suas relações comerciais, ou entre clientes de empresas que podem se organizar para boicotar preços ou produtos. Um "capital" precioso seja na realização objetivos comuns, seja na defesa de grupos com menor poder econômico contra grupos mais poderosos.

Ambos os aspectos, objetivos comuns e defesa de grupos, integram a chamada "*Appropriable Social Organization*". Trata-se de um capital acumulado resultante da existência de organizações voluntárias que possibilitam o desenvolvimento de formas de negociação ou resistência a grupos mais

⁴ Possuindo, igualmente, um caráter conservador.

poderosos economicamente, ou organizações voltadas à resolução de um problema social específico. Com a resolução do problema, a comunidade passa a dispor de *capital social* para utilizar em outros propósitos. Um exemplo é a organização dos moradores de um conjunto habitacional visando enfrentar a empresa construtora do conjunto, que deixou de cumprir sua parte no contrato de compra ao utilizar material de má-qualidade que comprometia as casas construídas. Frente ao poder econômico, a organização pode obter uma série de sucessos parciais ou totais na luta contra a empresa. Encerrada a reclamação, os moradores teriam acumulado *capital social* decorrente da experiência organizacional anterior e das relações de confiança estabelecidas entre os moradores que participaram do movimento, capital que estaria disponível para ser utilizado em outras situações.

Por fim, existiriam as organizações intencionais que pressupõem regras aceitas *a priori* pelo conjunto dos participantes, visando a fins determinados, com permanência maior ou menor.

Podemos afirmar, a partir de análise de Coleman, que *confiança* resulta de *normas de reciprocidade*, presentes nos processos de socialização e das sanções implícitas ou explícitas nesses processos. As normas, por sua vez, transferem o direito de controle da ação de um ator para outros, porque a ação é marcada por externalidades, com conseqüências positivas ou negativas.

A *confiança* construída por meio de redes sociais e de relações pessoais resulta da interiorização de normas de reciprocidade ou, para utilizar o termo cunhado por Granovetter (1995), *embeddedness*. *Embeddedness* (numa tradução literal, alguma coisa encravada, fixada, firmemente estabelecida) permeia as relações econômicas, situação pouco alterada com a modernização ou racionalização das sociedades modernas. Ou seja, as relações sociais, antes (ou mais que) os arranjos institucionais ou a moralidade generalizada, seriam as principais responsáveis pela produção de *confiança* na vida econômica. Essa *confiança* explicaria a maioria das transações econômicas, as quais pressupõem o conhecimento prévio dos parceiros e a observância de regras morais entre eles. O mesmo ocorre no mercado de trabalho, no qual mais de 50% das colocações dependem de redes sociais e das *informações* privilegiadas que estas fornecem.

Portes (1998), revisando a bibliografia sobre o tema, afirma que existiriam três funções básicas do *capital social* que podem ser aplicadas em contextos diversos: a primeira, como fonte de controle social; a segunda, como fonte de apoio familiar e a terceira, como acesso a benefícios através de redes sociais extrafamiliares. Essas funções extrapolam pequenos grupos e podem ser analisadas em contextos mais amplos, como veremos a seguir.

Capital social e desenvolvimento

O *capital social* na sociedade estaria presente também nas redes que se estabelecem nos movimentos sociais e não apenas entre os indivíduos. Estas redes possibilitariam maior pressão por políticas públicas e por seus resultados, o que levaria ao estabelecimento de regras mais claras no funcionamento do aparelho do Estado e ao estabelecimento de relações de *confiança* entre os atores envolvidos. A participação resultante desse processo se constituiria num

elemento fortalecedor das instituições sociais presentes na sociedade civil. Woolcook (1998), agrupa as pesquisas sobre capital social em duas perspectivas dentro do que convencionou chamar-se de como "nova sociologia do desenvolvimento econômico": a primeira, micro-econômica, com estudos sobre *ethnic entrepreneurs* na qual são analisados os negócios étnicos encravados em cidades como Miami, Nova Iorque e Los Angeles, nos EUA. Estes enclaves criam um denso tecido social marcado pelo controle de atividades e o emprego significativo de membros da mesma etnia - ou nacionalidade - como força de trabalho nessas empresas, funcionando como forma de integração e controle social dos novos imigrantes. Essas redes forneceriam força de trabalho barata e disciplinada, além de acesso privilegiado a mercados, oportunidades de negócios, etc.⁵

A outra perspectiva, macro estrutural, é formada por estudos *comparative institutionalists* sobre as relações entre Estado e Sociedade. Estes estudos procuraram verificar em que medida o *capital social* favoreceria - ou não - o desenvolvimento econômico nas sociedades avançadas e em desenvolvimento. Dois autores destacam-se nessa corrente: Roberto Putnam e Peter Evans.

Putnam (1993, 1993 a, 1995, 1996) amplia o uso do conceito de capital social para explicar em que medida as associações voluntárias constituem o substrato de maior participação política. Para ele o conceito incorporaria a constatação toqueviliana da propensão americana ao associativismo em suas mais diversas formas. Idéias sobre associações horizontais estariam na base das relações entre democracia e sociedade civil, assim como o envolvimento pessoal em atividades - voluntárias e filantrópicas e esportivas - que teriam um efeito no comportamento dos cidadãos americanos nas esferas política, econômica e social. Destaca que normas de reciprocidade generalizadas são um componente altamente produtivo de *capital social*. Essas normas estariam relacionadas a densas redes sociais e reduziriam o oportunismo potencialmente presente na ação coletiva. Toda sociedade, moderna ou tradicional, autoritária ou democrática, feudal ou capitalista, seria caracterizada por redes sociais de comunicação e troca, formal ou informal. Algumas dessas redes são primariamente horizontais, com agentes de poder e *status* equivalentes. Outras são verticais, ligando agentes desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência. Entretanto, não existiriam tipos puros de redes, mas sim tipos em que essas relações estão mescladas. As redes de *engajamento cívico*, como associações de vizinhança, cooperativas, clubes esportivos e partidos apresentariam uma interação horizontal. Por outro lado, em algumas igrejas como a católica, com sua forte hierarquia, a interação seria mais vertical, não favorecendo uma participação maior dos fiéis em suas atividades.

Na estruturação do modelo de *engajamento cívico*, Putnam recupera historicamente a construção do *capital social* na Itália a partir do estabelecimento, nos anos 70, de maior autonomia das regiões. As mesmas regras tiveram resultados diferenciados no norte e no centro, caracterizados pela existência de uma sociedade civil organizada em numerosas instituições e associações, maior desenvolvimento econômico e participação política. No sul, ao contrário, o êxito

⁵ Veja-se também Portes (1998).

da descentralização foi limitado, devido à forte presença da patronagem, do personalismo, do catolicismo exacerbado e à alta desconfiança das instituições públicas, com restrita participação social e política de seus habitantes. Essa contraposição demonstraria a presença de maior capital social acumulado no norte-centro do país, o que tem resultado em maior dinamismo econômico, político e cultural em contraposição à estagnação do sul e às dificuldades de implementação de políticas públicas exitosas (Putnam, 1993, 1993 a, 1995, 1996). Citando Albert Hirschman, afirma que o *capital social* seria um *recurso moral* à disposição da sociedade que pode ser utilizado em seu próprio benefício.

Analisando a sociedade americana, Putnan (1993 a, 1995, 1995 a) apresenta dados de participação em atividades coletivas que indicariam a diminuição do engajamento cívico do cidadão americano médio. Comparando a geração anterior à Segunda Guerra Mundial com a posterior, afirma que estaria havendo uma queda na participação de atividades comunitárias, filantrópicas, e voluntárias. Essa queda é atribuída às mudanças na sociedade moderna, que levariam a um maior individualismo dos cidadãos e menor preocupação com atividades coletivas. Sua hipótese, entretanto tem sido contestada por não considerar a mudança na qualidade da participação como resultado das transformações sociais recentes (Portes, 1998).

O emprego do capital social na compreensão - ou utilização para o desenvolvimento - é analisada por Evans (1997), que afirma que a sinergia Estado-Sociedade pode ser catalisada para o desenvolvimento. É necessário, entretanto, que o Estado tenha a capacidade e habilidade para construir um aparato burocrático eficiente para gerir as demandas sociais. As normas de cooperação e redes sociais de *engajamento cívico* entre cidadãos comuns podem ser incentivadas por agências públicas e usadas para fins de desenvolvimento (Evans, 1997: 178), através da utilização de organizações existentes na sociedade na discussão e implementação de políticas.

A estrutura das relações sinérgicas entre Estado e Sociedade é explicada a partir dos conceitos, analiticamente distintos, de *complementaridade* e *embeddedness*. *Complementaridade* caracterizaria as relações de suporte mútuo entre atores privados e públicos. Governos são mais eficientes na distribuição de certos bens coletivos que podem ter *inputs* complementares distribuídos por atores privados. *Embeddedness* referiria-se aos laços que conectariam cidadãos e *agentes públicos* (funcionários, técnicos, políticos), ultrapassando a separação público e privado, sem necessariamente ser depositários de relações de corrupção ou *rent-seeking*. Assim, *complementaridade* e *embeddedness* são conceitos que se combinam na explicação da sinergia Estado-Sociedade, constituindo-se em dimensões do *capital social*. A complementaridade cria o potencial de sinergia mas não a base organizacional para a realização do potencial. *Embeddedness*, na forma de envolvimento direto com *agentes públicos*, seria a chave para os cidadãos garantirem esforços organizados que sustentariam o seu envolvimento.

O contexto de criação da sinergia está na questão *exigências versus constructability*. Citando Putnam, Evans afirma que os estoques de capital social acumulados por longos períodos de tempo são um ingrediente crucial na criação de um "círculo virtuoso" no qual o *engajamento cívico* prepararia o "bom governo" e este, por sua vez, favoreceria o *engajamento cívico*.

Dessa forma, a existência de associações comunitárias, igrejas, sindicatos e outras formas organizativas constituem-se em elementos básicos do capital social potencialmente existente numa comunidade e que pode ser utilizado de forma eficiente em políticas públicas. O emprego ou não desse capital pode explicar o sucesso ou o fracasso dessas políticas, e o grau de institucionalização do Estado, com a existência de regras claras e com o estabelecimento de relações de confiança entre Estado e Sociedade.

A aplicação do conceito na análise de políticas públicas

Analisando as políticas sociais do governo brasileiro constatamos que estas, além de limitadas, falham sistematicamente no atendimento às populações mais necessitadas de auxílio. Clientelismo, corrupção, desvio de verbas, todos estes elementos mantêm um fosso permanente entre Estado e Sociedade, impedindo a criação de relações de confiança entre os atores sociais envolvidos. A percepção do Estado - visto enquanto instrumento para atender interesses privados - e o entendimento do "público" como sinônimo de "sem dono" perpassa todas as classes sociais no Brasil, compondo nossa cultura política.

As mudanças do Estado brasileiro nos anos 90, caracterizadas pela descentralização administrativa - com o fim do planejamento econômico centralizado-, pela privatização de empresas estatais e serviços públicos e rígido controle fiscal, resultaram, entre outras coisas, na implementação de políticas estaduais de desenvolvimento econômico e de políticas sociais que, ou reproduziam localmente políticas federais descentralizadas, ou experimentaram programas próprios.

Em contraposição ao discurso dominante do "Estado mínimo" presente nos diversos níveis de governo, a forte atuação estatal está em algumas propostas reformistas implementadas com relativo sucesso, embora limitadas em seu alcance, mobilizando as comunidades alvo.

O Estado do Ceará, apontado como modelo da modernização "social-democrata" do governo brasileiro e de suas propostas de enxugamento do papel do Estado e descentralização de políticas, destacou-se pelo arrojo de alguns projetos implantados na área de saúde pública, chegando a receber prêmios de instituições internacionais pelos resultados satisfatórios e apontados como exemplos da possibilidade de *mobilização de capital social* de forma positiva em países em desenvolvimento. Outros projetos, do mesmo governo, na área de educação e geração de renda não obtiveram os resultados esperados. Um dos fatores na construção deste *capital social* está na estabilidade política, num governo que se mantém por quatro períodos sucessivos ⁶, garantindo a continuidade dos programas implementados ⁷. Entretanto, outros elementos ajudam a explicar a construção de relações de *confiança* entre Estado e instituições da sociedade civil: a mobilização da comunidade, a informação sobre direitos,

⁶ Três períodos com o governador Tasso Jereissati e um com o governador Ciro Gomes, do mesmo grupo.

⁷ Um exemplo dessa estabilidade e sucesso de políticas públicas, numa perspectiva política distinta pode ser vista em análises do caso da prefeitura petista de Porto Alegre.

o acesso regular a esses direitos a partir de regras claras. Apresentaremos, a seguir, dois programas desenvolvidos pelo governo cearense, nos quais a mobilização ou construção desse capital pode ser apontada como elemento básico para entender seus resultados.

O “bom governo” nas políticas de saúde: os agentes comunitários de saúde⁸

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) começou em 1987, sendo parte de um programa de criação de empregos para enfrentar a seca que atingia o Nordeste e o Estado do Ceará. Visava reduzir, em caráter de emergência, os assustadores índices de mortalidade infantil através do desenvolvimento de atividades preventivas junto a mães de recém-nascidos residentes nos municípios e comunidades com elevados índices de pobreza. Representava apenas 3% dos empregos criados e era financiado pelos governos Federal e Estadual. O custo *per capita* do programa equivalia a US\$1.50 contra os US\$80 dos demais programas existentes no país. Cerca de 80% dos custos eram despendidos com agentes de saúde, contratados temporariamente e por um salário mínimo mensal. Os agentes eram mulheres em sua maioria, sem nenhuma experiência anterior na área de saúde, e que eram selecionadas nos seus municípios de residência, uma vez que o programa pressupunha um conhecimento e atuação na própria comunidade de origem do agente. Estes agentes eram pagos pelo governo do Estado e supervisionados por uma enfermeira contratada pelo município com um salário médio de US\$300 por mês.

Uma das características básicas do programa foi a descentralização, organizada de forma a não se constituir presa fácil do clientelismo municipal e mesmo do estadual. Com 85% das verbas financiadas pelo governo do Estado e 15% pelas prefeituras, a contratação de trabalhadores se deu fora dos quadros do funcionalismo municipal e estadual, no que poderíamos chamar de processo “flexibilizado”: contratação temporária, sem vínculos empregatícios formais.

Cabia à Secretaria Estadual de Saúde a seleção, contratação, treinamento e pagamento dos agentes de saúde, além da determinação das diretrizes básicas da atuação dos envolvidos no programa. Essa seleção e esse treinamento chegavam a durar três meses, com a presença da equipe de técnicos da Secretaria de Saúde e das enfermeiras contratadas pelas prefeituras com a realização de numerosos seminários. Com isso, implementou-se, por um lado, uma relativa descentralização operacional representada pela coordenação dos trabalhos cotidianos dos agentes pelos municípios, e por outro, por uma política altamente centralizada na Secretaria Estadual, que estabelecia as diretrizes básicas do trabalho e gerenciava sua execução.

Inicialmente o programa contou com a oposição dos prefeitos descontentes com a perda do controle das verbas de saúde e do uso que disso poderiam fazer em função de seus interesses políticos: dependendo do município, a prefeitura perdia o controle sobre 150 empregos. Para se contrapor à resistência dos prefeitos, uma campanha publicitária do governo do Estado prometia aos cidadãos a melhora das condições de saúde das crianças do município,

⁸ Esse item é baseado em Tendler (1997).

informando-os sobre seus direitos e condicionando essa melhoria ao compromisso dos prefeitos com a contratação de uma enfermeira para o município e o fornecimento de espaço físico para sua atuação. Além disso, a presença dos agentes de saúde trabalhando uniformizados, permitia ampla visualização do programa, representando a efetiva presença do poder político em comunidades carentes, com conseqüências políticas nada desprezíveis

Com o sucesso progressivo do programa, capitalizado na divulgação da queda da mortalidade infantil, a resistência dos prefeitos foi cedendo e, a partir de 1989, com o fim do período de emergência, o programa passou a compor a política de saúde do Estado e, em seguida, passou a ser adotado por outros Estados ampliando sua abrangência.

Entre as características que Tendler (1998) apontou como fundamentais para o sucesso do programa estava o contrato temporário dos agentes de saúde, fora da pesada e pouco operante estrutura do funcionalismo público. Esse caráter temporário e, portanto, precário e pouco seguro para o trabalhador, teria sido compensado com elementos não mercantis básicos para construir um compromisso trabalhador-comunidade: a contratação por mérito e não a tradicional indicação clientelista; treinamento e atualização contínua e valorização da atividade através da propaganda governamental; utilização de trabalhadores da própria comunidade, favorecendo o estabelecimento de relações de confiança entre os agentes e os moradores; pagamento de salário mínimo regular aos agentes; a diversidade de tarefas realizadas pelos agentes e a sua obrigação de visitar um número definido de famílias, nas oito horas de trabalho diárias; o conhecimento dessas exigências por parte da população, resultou em controle comunitário sobre o trabalho, uma vez que a família não visitada poderia denunciar o agente.

O mesmo acontecia com a enfermeira coordenadora, que teve seu *status* profissional valorizado no município: vinculação direta com a Secretaria de Saúde em Fortaleza, maior responsabilidade com o controle da equipe de agentes e autonomia da implementação do programa com possibilidades de adição de outras atividades consideradas necessárias no município⁹.

As tentativas de reivindicações dos agentes pela formalização de um contrato permanente como funcionários públicos vêm sendo rejeitadas pelo governo do Estado, que atribui o fraco desempenho dos funcionários à estabilidade que possuem no emprego. Uma das razões do bom desempenho desses agentes estaria na instabilidade de sua condição funcional, que implicaria num maior compromisso com a qualidade do serviço como condição de continuar trabalhando.

Este Programa foi tido por Evans (1997) como modelo da sinergia Estado-Sociedade, e um exemplo bem sucedido da possibilidade da mobilização de um *capital social* pré-existente ou de sua construção. Os elementos chaves dessa mobilização/ construção estariam na continuidade de políticas públicas (no caso cearense a permanência do mesmo grupo político no controle do aparelho

⁹ Tendler exemplifica a adoção de programa de esclarecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis implementadas a partir da constatação de que as próprias agentes estavam contaminadas e não sabiam como tratar (1998).

do Estado desde 1987); estabilidade dessas políticas; regras claras de funcionamento numa área comumente sujeita à manipulação política e pouco eficaz em seus resultados; sua presença junto às populações normalmente desassistidas, através de visível contingente de agentes de saúde com a prestação de serviços básicos de informação sanitária; agentes da própria comunidade com relações sociais informais relativamente sedimentadas; ampla informação da população alvo; adoção de regime de trabalho que utiliza a confiança como elemento constituinte da relação de trabalho entre o agente e a comunidade, estabelecendo um controle social sobre o trabalho realizado.

A despeito do reconhecido bom resultado deste programa, uma questão permanece: esses ingredientes seriam suficientes para a mobilização do *capital social* das comunidades ou da sociedade? Ou ainda, se poderíamos nos referir a essa construção quando nos deparamos com as relações capital-trabalho? No próximo exemplo, veremos o fracasso de um outro programa, em que os elementos acima elencados começaram a ser construídos, mas foram insuficientes para estabelecer uma sinergia Estado-Sociedade, pela criação de relações assimétricas entre os atores envolvidos.

O "mau governo" nas políticas de geração de renda: as cooperativas de produção industrial¹⁰

O projeto de instalação de cooperativas de produção industrial teve início em 1994 e objetivava atrair empresas do setor do vestuário, que utilizam trabalho intensivo, pela possibilidade de redução de custos com a terceirização da produção em cooperativas de trabalhadores, organizadas pelo Estado em cidades do interior.

O projeto de parceria Estado/ Empresas pressupunha, da parte do primeiro: ampla divulgação do programa nos municípios que receberiam as cooperativas, detalhando as vantagens que os trabalhadores teriam no formato "cooperativa", com possibilidade de ganhos acima do salário mínimo num local em que os ganhos médios não chegavam a meio salário; infra-estrutura - o governo Estadual, juntamente com as prefeituras, garantiria local de trabalho através da construção de prédios ou permissão de utilização de prédios já existentes; pagamento, às vezes, de água e energia elétrica; treinamento oferecido pelo SENAI e empresas parceiras; bolsa-treinamento paga por dois meses aos trabalhadores; seleção de trabalhadores na própria comunidade; envolvimento de diversas instituições no Programa, como SENAI e SEBRAE, Organizações Estaduais de Cooperativas, Prefeituras, Governo do Estado e órgãos do governo federal.

As empresas privadas, parceiras do Estado, entrariam com equipamentos cedidos em comodato às cooperativas ou garantia para empréstimos junto a bancos públicos; pessoal qualificado na supervisão do trabalho e compra da produção das cooperativas.

O objetivo do programa seria benéfico para o Estado, para as empresas,

¹⁰ Sobre as cooperativas de produção no nordeste veja-se Moreira (1997), Lima (1997, 1998, 1999, 2000) nos quais este item está baseado.

para as comunidades e cidades envolvidas e para os trabalhadores. Para o Estado, pela atração de empresas de outras regiões do país que criariam empregos em cidades do interior, dinamizando a economia da região e minorando problemas sociais, apesar da renúncia fiscal explicitada no projeto; para as comunidades e cidades envolvidas, situadas no interior do semi-árido nordestino, estagnadas economicamente, a possibilidade de desenvolver atividades industriais e dinâmicas com maior circulação monetária, aumento do consumo e da arrecadação de impostos; para as empresas, a oportunidade de baratear o custo da produção, com baixo nível de investimento direto e com trabalhadores organizados em cooperativas, o que transferia a estas o ônus da gestão do trabalho mantendo, entretanto, o controle da produção; para os trabalhadores, a possibilidade de uma ocupação e ganhos regulares, de uma qualificação profissional, de não ter que migrar com as sucessivas secas da região.

Em tese, tal qual o programa de agentes comunitários de saúde, o programa de implantação de cooperativas estava cheio de boas intenções, com o objetivo de gerar renda para uma população carente com o incremento das atividades econômicas do Estado através da interiorização da industrialização.

Entretanto, o programa tinha alguns vícios de origem que comprometeram sua implementação. Primeiramente, a parceria com empresas privadas. As parcerias foram obtidas com renúncia fiscal e promessa de um tipo de organização da produção que reduziria os custos e os problemas com a força de trabalho: o trabalho associado em cooperativas de produção. A possibilidade de trabalhar com cooperativas pressupunha a eliminação dos gastos com obrigações sociais, assim como os da manutenção de uma estrutura administrativa para o gerenciamento da força de trabalho. Como a empresa mantinha o controle efetivo sobre o trabalho da cooperativa através de supervisores de qualidade, da imposição do *layout* da produção, da "sugestão" de normas disciplinares, além de manter seus funcionários nos mesmos prédios ou em prédios ao lado, na realidade administrava a cooperativa. Dessa forma, a cooperativa funcionava mais como um artifício à legislação trabalhista, escamoteando relações salariais. A autonomia dos trabalhadores das cooperativas revelou-se uma ficção. As cooperativas passaram a funcionar como departamento das empresas, embora, formalmente, fossem cooperativas.

A ausência de autonomia e, conseqüentemente, a semelhança entre a cooperativa e a empresa tradicional, a não ser pela ausência dos chamados direitos sociais implícitos na relação salarial formal, criou entre os trabalhadores a sensação de engodo, a perda de confiança na ação estatal e empresarial.

Por outro lado, como acontece em todo investimento privado, este se manteve enquanto o lucro compensou, retirando-se quando a conjuntura tornou-se desfavorável. Algumas empresas estabeleceram contratos de cinco anos com as cooperativas, mas nem todas observaram os contratos firmados, seja por incapacidade gerencial, por problemas de mercado, seja pela existência de opções mais lucrativas. Com isso as cooperativas funcionaram de forma instável, com as empresas reduzindo encomendas, ou simplesmente abandonando projetos, comprometendo não apenas ganhos dos trabalhadores, mas todo um projeto de geração de renda que envolvia milhares de trabalhadores em diversas cidades do Estado. Rompia-se, dessa forma, não apenas contratos, mas também a

possibilidade de viabilizar: um projeto que pressupunha a organização comunitária da produção vinculada a redes econômicas mais amplas; o estabelecimento de relações de confiança estáveis entre os parceiros envolvidos na produção.

Isto nos leva ao segundo ponto. Para as cidades e comunidades que se beneficiaram, inicialmente, com a maior circulação financeira proveniente da instalação das cooperativas, os problemas que se seguiram mostraram a fragilidade do projeto governamental. Os empregos criados rapidamente desapareceram. A atividade conjunta de diversas instituições na organização das cooperativas a nível local como Centros Sociais Urbanos, Lyons Club e prefeituras não implicou em nenhuma continuidade associativa. Os trabalhadores foram para a produção, e como a propriedade cooperativa era apenas formal os ganhos associativos limitaram-se, em alguns casos, a tentativas de greve para obter melhorias nas condições de trabalho e denúncias sobre essas condições.

As cooperativas foram, progressivamente, sendo fechadas, quer seja pela inviabilidade econômica de suas parceiras-tutoras, pelo desinteresse das empresas, ou por decisão judicial. A instabilidade das encomendas, dos ganhos, e os "não direitos" provocaram numerosas reclamações trabalhistas contra as "falsas cooperativas" e o trabalho assalariado disfarçado, que culminou com campanha de denúncias na imprensa da capital, desgastando o governo Estadual e obrigando-o a retirar formalmente o apoio às cooperativas que tinha organizado. Algumas se transformaram em empresas normais, por decisão judicial, outras, simplesmente desapareceram.

Comparativamente ao Programa de Agentes de Saúde, o programa de instalação de cooperativas mobilizou distintos agentes, informações, recursos da comunidade e do Estado, mas deixou de lado a confiança entre os atores envolvidos. Enquanto no primeiro essa confiança foi conquistada através dos benefícios percebidos pela ação estatal, representada pelos agentes de saúde, no segundo ela foi perdida pela ligação do Estado com as tentativas de burla de direitos sociais, na parceria com empresas. Se num primeiro caso a *mobilização do capital social* da comunidade foi efetiva, no segundo ela não se concretizou: as informações sobre cooperativas para os trabalhadores foram insuficientes. Os trabalhadores pouco entenderam o que as cooperativas significavam e em seu cotidiano elas não faziam sentido. Eram parceiros numa relação assimétrica, na qual os benefícios pediam pesadamente para um lado apenas.

Assim, a construção de relações sinérgicas Estado-Sociedade é um processo que não somente exige regras claras entre os parceiros, como também estabilidade e continuidade de políticas, assim como estas devem levar em conta os interesses de todos os envolvidos. Quando o Estado, deliberadamente, beneficia um dos lados apenas, por mais que invista na mobilização dos recursos existentes na comunidade, seu êxito é limitado, o que pode explicar o fracasso de políticas implementadas. O *capital social*, entendido como recurso presente na comunidade não é suficientemente construído ou mobilizado, ou ainda, mobilizado de forma negativa inviabilizando a continuidade de projetos.

Usos e abusos do conceito

O conceito de *capital social* soma-se aos conceitos de *capital físico e humano* (educação, treinamento e trabalhadores saudáveis como fator de produtividade), *capital econômico* e *capital cultural*, acrescentando a estes os elementos subjetivos presentes nas relações sociais e não imediatamente utilitários ou objetivos em sua constituição (normas, valores, redes sociais), mas que possibilitam o mútuo benefício dos envolvidos nessas relações, de informações úteis na vida cotidiana, e na organização de políticas públicas.

Uma das críticas recorrentes ao conceito está em seu uso indiscriminado e amplo, em que as relações sociais seriam transformadas em "capital". O conceito, que incorpora os processos de interação, normas, funcionalidade, redes sociais, comunidade, solidariedade, subjetividade, termina por misturar diversas tradições sociológicas, pretendendo explicar muita coisa, com resultados polêmicos.

Um exemplo de como o conceito pode ser utilizado para explicar situações opostas é dado por Fukuyama (1995) ao relatar a perda, pela revolução soviética, das redes pré-existentes construídas pela igreja ortodoxa, com o desmonte das relações sociais nela baseadas e as dificuldades enfrentadas, pelo então novo regime, para restaurar normas de confiança. Fukuyama utiliza o conceito para destacar a importância das organizações sociais e como o Estado pode destruir recursos da sociedade. Utilizando o mesmo conceito Buroway (1997), referindo-se ao desmonte, na era pós-soviética, das relações sociais construídas durante a vigência do regime socialista, aponta o desmonte do aparelho estatal como causa do atual caos da situação da Rússia. Buroway compara a situação russa com a atual transição chinesa para uma economia de mercado, apontando as vantagens da estabilidade do governo chinês e do funcionamento das instituições, o que explicaria o êxito chinês em contraposição à crise russa, destacando a importância das relações sociais construídas pelo Estado e sua estabilidade no sucesso ou fracasso de mudanças sociais.

O caso das políticas de Estado desenvolvidas pelo Ceará permite, igualmente, perceber as dificuldades da operacionalização do conceito e seu grau de generalização. O sucesso de determinadas políticas pode ser explicado pela adequada mobilização de *capital social*, assim como o fracasso de outras pela não mobilização do *capital social* existente na sociedade.

A continuidade do governo garantiu a estabilidade de algumas políticas: um elemento fundamental no estabelecimento de relações de confiança da sociedade com o Estado entre os atores sociais. No programa de Agentes Comunitários de Saúde a dinâmica centralização/ descentralização com o emprego de pessoas da comunidade na realização de tarefas voltadas ao bem comum - a prestação de serviços básicos, de informação na prevenção da mortalidade infantil entre pessoas carentes; o trabalho autônomo de enfermeiras; e o forte controle realizado pela Secretaria de Saúde do Estado - tornou-o mais visível para essas populações, que passaram a identificá-lo com políticas voltadas ao bem comum, obrigando a participação de vários setores políticos resistentes ao programa.

No segundo, ao contrário, o intuito de atrair empresas, oferecendo força de trabalho barata e dócil, criou uma situação inicial de desconfiança entre os

trabalhadores, o que jogou por terra possíveis benefícios que o programa chegasse a trazer por algum tempo, como maior circulação monetária e consumo nos municípios, aumento da renda dos trabalhadores e de qualificação. Isto com o envolvimento de vários atores institucionais e o alto grau de informação e propaganda que o projeto envolveu. Entretanto, desde o início, as pretensas cooperativas contaram com a desconfiança dos trabalhadores e suas associações, como a Ação Católica, e sindicatos que as combateram como engodo. Tivemos assim uma mobilização *negativa* do capital existente.

Entre os Agentes Comunitários de Saúde, houve tentativas de mobilização para contratação permanente pelo Estado, que vem recusando a reivindicação, sem que isto tenha comprometido o programa, dado seu caráter de utilidade pública reconhecido socialmente, o que não aconteceu com as cooperativas (e as empresas que a sub-contratavam), envolvidas na desconfiança da sociedade e em complicações jurídicas que determinaram seu fim.

Em outros termos, tivemos, por um lado, um *capital social mobilizado* e por outro um *capital social desperdiçado* numa política de geração de renda e de atração de investimentos industriais que desconsiderou os interesses de todos os atores envolvidos.

Podemos dizer que o *capital social* sozinho é insuficiente para explicar o sucesso ou fracasso da ação estatal, uma vez que outros elementos devem ser considerados. Entretanto, como instrumental de análise, possibilita um novo olhar para fenômenos sociais, econômicos e políticos que, na maioria das vezes, são desconsiderados: o das redes sociais informais estabelecidas entre os atores sociais e das normas construídas como resultado dessas relações, assim como a importância de elementos subjetivos como *confiança* na compreensão da ação social. As relações de *confiança* estabelecidas informalmente pelos indivíduos em suas redes sociais - e seu incremento na sociedade mais ampla - podem resultar em benefícios coletivos. Recupera-se assim o sentido de comunidade - fortemente presente, por exemplo na sociedade americana, com seu alto grau de associativismo voluntário - nas formas associativas informais existentes em grupos sociais distintos em sociedades as mais diversas. Nenhuma apologia ao trabalho voluntário ou associativismo em substituição ao Estado como prega a ideologia neoliberal mas, ao contrário, uma presença forte do Estado legitimada pela sociedade civil representada nas mais diversas instituições e associações voluntárias.

A teoria do capital social permite, assim, analisar fenômenos presentes no comportamento social e pode ser operacionalizada na implementação de políticas públicas. Embora controverso em sua aplicabilidade, o conceito possui um caráter explicativo, se constituindo num instrumental importante a ser utilizado ou mobilizado na busca de políticas sociais transparentes e na construção efetiva de relações de confiança entre Estado e Sociedade e, daí, nos aproximarmos do que seriam boas políticas ou bons governos.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU Pierre. "The forms of capital". In: RICHARDSON, J. G. (ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press, 1986.

- BURAWOY, M. "The state and economic involution: Russia through a China lens". In: EVANS, Peter (ed.). **State-Society synergy: government and social capital in development**. Berkeley: University of California, 1997.
- COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Cambridge, Mass./ London: The Belkness Press of Harvard University Press, 1990.
- _____. "Social capital in the creation of human Capital". **American Journal of Sociology**, vol. 94, supplement, 1988.
- EVANS, Peter (ed.). **State-Society synergy: government and social capital in development**. Berkeley: University of California, 1997.
- FEDDERKE, Johannes; DE KADT, Raphael & LUIZ, John. "Economic growth and social capital: a critical reflection". **Theory and Society**, n. 28, 1999.
- FUKUYAMA, Francis. "Social capital and the global economy". **Foreign Affairs**, v. 74, n. 5, sep. - oct./ 1995.
- GRANOVETTER, Mark. "Economic action and social structure: the problem of embeddedness". **American Journal of Sociology**, vol. 91, n. 3, nov. / 1985.
- LIMA, Jacob Carlos. "Negócios da China: a nova industrialização do Nordeste". **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 49, nov./ 1997.
- _____. "Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho". In: CASTRO, Nadya & DEDECCA, Cláudio (orgs.). **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo: SERT-SP, 1998.
- _____. "Possibilidades e limites das cooperativas no Nordeste: alternativa ou falta de opção?". In: FARIA, Nalu & NOBRE, Miriam (orgs.). **O trabalho das mulheres**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1999.
- _____. **Cooperativas de produção industrial no nordeste: políticas de geração de renda e trabalho**. João Pessoa: CNPq-FINEP, 1999-2000. Relatório de Pesquisa. Trabalho não publicado.
- LOURY, Glenn. "Intergenerational transfers and the distribution of earnings". **Econometrica**, n. 49, 1981.
- MOREIRA, Maria Vilma Coelho. "Cooperativismo e desenvolvimento: o caso das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité, Ceará". **Política e Trabalho**, João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, n. 13, set. / 1997.
- PORTES, Alexandre. "Social capital: its origins and applications in modern sociology". **Annual Review of Sociology**, 1998.
- PUTNAM, Robert D. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- _____. "The prosperous community: social capital and public life". **The American Prospect**, n. 13, 1993 a.
- _____. "Bowling alone: America's declining social capital". **Journal of Democracy**, 1995.
- _____. "The strange disappearance of civic America". **The American Prospect**, n. 24, 1996.
- TENDLER, Judith. **Good government in the tropics**. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1998.
- WOOLCOCK, Michael. "Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework". **Theory and Society**, n. 27, 1998.

RESUMO
A TEORIA DO CAPITAL SOCIAL
NA ANÁLISE DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

Neste artigo apresentamos uma discussão introdutória do conceito de "capital social" amplamente utilizado na sociologia norte-americana, principalmente pela chamada 'sociologia econômica do desenvolvimento'. O conceito refere-se a características presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, normas de reciprocidade, informação e confiança, que podem resultar em numerosos benefícios diretos ou indiretos, em termos pessoais e coletivos. Seu alcance propicia desde o estudo de família e grupos sociais restritos, até situações macro presentes em sociedades complexas, permitindo a compreensão do funcionamento de instituições e políticas implementadas. Como modelo de sua aplicação na análise de políticas sociais, apresentamos dois programas sociais desenvolvidos pelo governo do Estado do Ceará, que possuem as condições da chamada "mobilização do capital social", discutindo seus resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Capital Social; Redes sociais; Regras e Normas Sociais; Engajamento Cívico.

ABSTRACT
THE SOCIAL CAPITAL THEORY
IN THE ANALYSIS OF PUBLIC
POLITICS

This paper aims to present an introduction of "social capital" concept, with large use in the North American Sociology, mainly in the so-called 'Sociology of Economic Development'. It is composed of the norms of reciprocity, information and truth, within the informal social networks developed for individuals in their daily life. Social capital can have many direct and indirect benefits for individuals both personally and collectively. In this paper are analyzed two policies developed by the government of Ceará. The mobilization of Social Capital in these policies is assessed and their result.

KEYWORDS: Social Capital; Social Nets; Rules and Social Norms; Civic Engagement.

A TEORIA DO IMAGINÁRIO E A PROPOSTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE MICHEL MAFFESOLI

Lemuel Dourado Guerra¹

Introdução

A prática da ciência sempre implicou num conjunto de pressupostos auto-evidentes, uma série de pontos de partida inquestionáveis, devendo-se incluir nesse conjunto uma articulação de mitos que orientam a relação entre as finalidades e as condições necessárias à produção de conhecimento rigoroso.

Neste artigo temos como objetivo discutir algumas das imagens típicas dessa articulação, elementos básicos do imaginário associado à produção do saber em geral e, especificamente, em relação às ciências sociais, e a interpretação das mesmas, de caráter contrapontístico, elaborada por Michel Maffesoli, misto de filósofo/ antropólogo/ sociólogo francês contemporâneo.

Uma dessas imagens típicas da articulação acima mencionada é a idéia ou a noção de utilidade da prática científica, da qual é caudatário o modelo da sociologia "curativa", presente nos primeiros momentos da história da sociologia. A constituição dessa relativamente recente ciência somente é possível a partir de uma visão que integre seu caráter de atividade intelectual e, portanto, especulativo, com o fato de que ela é também o reflexo das condições sócio-econômicas e históricas de uma determinada sociedade, num determinado espaço de tempo. Um olhar sobre o surgimento da sociologia já demonstra de que maneira a disciplina é marcada tanto pelo ambiente pós-revolução francesa, quanto pelas condições estruturais de sua introdução no ensino médio, bem como na universidade francesa.

Já naquele momento, Augusto Comte, Saint-Simon, Condorcet, Quetelet e, mais tardiamente o próprio Durkheim, atuaram como intérpretes das revoluções de 1789 e 1848 e como autores de questionamentos e de propostas de equacionamento do que eles consideravam problemas advindos da nova organização social inaugurada pela revolução política de 1789. Esse estilo, que originou a denominação de sociologia "curativa", marcou indelevelmente a prática dos intelectuais da área e a maneira pela qual o campo se constituiu.

Em Marx - que embora não fosse originalmente sociólogo, nem tivesse como preocupação importante a constituição de uma ciência da sociedade - vamos encontrar aquele traço intelectual que vai caracterizar a sociologia enquanto uma disciplina específica, a saber, a idéia de que a força propulsora da produção sociológica vai ser justamente a demanda do tempo presente nos quais se encontram os estudiosos das relações sociais. A sintonia de Karl Marx com sua época possibilitou que ele enxergasse como o principal problema do seu tempo, considerado também em suas perspectivas de desdobramentos

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus II - Campina Grande).

futuros de extrema significância para a história universal, o sistema capitalista e todas as mudanças econômicas, políticas e sociais a ele ligadas.

Como um intérprete perspicaz do capitalismo e proponente de uma fórmula para o entendimento da possibilidade de sua superação, Marx inaugurou um modelo de sociologia que tinha como principal resultado a idéia de que o conhecimento e a produção intelectual referentes à explicação do mundo social e dos seus movimentos deveriam ser vistos não mais como meros produtos intelectuais destinados à discussão em círculos fechados e a se transformarem em objetos de teses acadêmicas para a mera titulação de professores. Tornou-se emblemática de sua posição a frase em que comentava a tarefa da nova forma de refletir sobre o mundo social, segundo a qual importava a partir dali em diante, junto com a função de explicar o mundo, a preocupação fundamental com sua transformação.

Em Weber, essa articulação do mundo das idéias com o mundo da *práxis* não adquiriu os contornos de uma proposta de organização popular para a superação do capitalismo como sistema de produção, nem como gerador de um imaginário poderoso, capaz de provocar novas maneiras de atribuição de sentido à ação dos indivíduos. Sua contribuição a esse debate se materializou nas reflexões muito famosas a respeito das relações entre os intelectuais e a política, com referência a sua caracterização da ética da convicção e da responsabilidade. De qualquer modo, podemos encontrar nesse que foi talvez o mais pessimista dos sociólogos clássicos, uma preocupação inegável com a interpretação da revolução científico-racionalizadora, e das possibilidades objetivas de seus desdobramentos, que se constituía provavelmente como um dos principais problemas de seu tempo, demandando dele uma interpretação ao mesmo tempo competente e capaz de apontar, em que pese seu pessimismo, pelo exercício crítico dele próprio ou de seus epígonos, para a construção de alternativas de seu enfrentamento.

A exigüidade de tempo não nos permite aqui fazer uma abordagem histórica da maneira pela qual a produção teórica pós-clássicos da sociologia se relaciona, por um lado, com essa necessidade de responder às condições concretas do tempo, e, por outro, como o reflexo da posição social e ideológica dos homens que teorizam sobre a sociedade, bem como dos determinantes ligados às condições institucionais em que a atividade intelectual é conduzida. De qualquer maneira, é nossa intenção fazer comentários a respeito de algumas das tendências principais do contexto da produção sociológica de nosso tempo. Esse contexto se diferencia substancialmente daquele em que ocorreu a produção dos clássicos, pelos menos em dois aspectos. Um deles, representado pela idéia de reflexividade; e um outro pelas modificações gerais em termos de institucionalização das profissões intelectuais em geral e da de sociólogo, em particular.

O primeiro dos aspectos citados foi discutido por Giddens (1990), argumentando que a modernidade inaugurou um tempo em que, pelas condições de circulação massiva de informações, a representação das coisas e do mundo, e as práticas nela referenciadas, são profundamente informadas pela contribuição das diversas ciências, inclusive a sociologia. A consequência básica disso, em nosso campo, é a idéia de que constituímos ativamente o objeto

de estudo sobre o qual nos debruçamos. É claro que o poder que os sociólogos têm de moldar a sociedade que estudam depende das relações de forças no campo dos meios de comunicação mais geral, no qual concorrem com outros "formadores" do mundo, bem como das relações de poder dentro do campo específico da produção intelectual sociológica, o que implica em pensar nas estruturas do tipo centro-periferia dos conjuntos nacionais de departamentos, universidade e de outras instituições de pesquisa, quer seja em termos nacionais ou internacionais. De qualquer maneira, o reconhecimento das condições gerais da reflexividade da modernidade, e mesmo da pós-modernidade, deve nos levar a admitir que aumenta de maneira diretamente proporcional a possibilidade de que esse conhecimento específico ganhe em termos de significado social e a necessidade de pensar na construção de uma participação responsável e ética nos processos sociais.

O segundo aspecto se refere ao grau de institucionalização das profissões intelectuais em geral e da de sociólogo em particular. Alguns pontos sobre os quais os estudos a respeito dos reflexos de uma crescente profissionalização do campo intelectual dos sociólogos sobre o caráter da recente produção na área têm se concentrado são: 1) a maneira pela qual a carreira de sociólogo-professor-pesquisador se constitui e suas conseqüências sobre a produção intelectual na área; 2) as pressões existentes no mercado, quer seja em termos editoriais, quer seja no campo dos financiamentos, sobre a escolha dos temas de pesquisas, das teses acadêmicas na área e da reflexão sociológica de modo geral; 3) o significado da concepção do papel do sociólogo/ professor/ pesquisador, em que a de intelectual vai aos poucos prevalecendo, se a atividade intelectual se constitui crescentemente desligada das demandas da sociedade, sendo exemplos emblemáticos da mesma os congressos da categoria, organizados mais em termos de legitimação profissional do que de oportunização de um debate substancial de idéias.

Como pudemos ver acima, em termos do caráter do qual se reveste a produção dos sociólogos contemporâneos, temos duas correntes. Uma, a corrente crítica e a outra aquela que chamaremos aqui de "profissionalizada". Como emblema da primeira linha, inspirada pelo modelo marxista, encontramos a sociologia de Pierre Bourdieu, um crítico implacável dos privilégios garantidos e transmitidos por instituições, inclusive aquelas ligadas ao "poder universitário"², que estabelece os critérios para a reprodução dos corpos docentes e mesmo do campo científico como um todo. Para Bourdieu, que tem se destacado ultimamente como um dos principais sociólogos críticos do neoliberalismo - o que tem lhe valido, inclusive, a pecha de "populista" - o papel que cabe ao sociólogo é o de destruir os mitos dos seus contemporâneos. Sem querer entrar no mérito da discussão feita por Bourdieu, limitamo-nos aqui a destacar, em, sua produção, aquela mesma pretensão, presente nos clássicos, de fornecer respostas aos desafios propostos pelo seu tempo, que

² No seu *Homo academicus* (1988), Bourdieu comenta que o pertencimento a algumas universidades de renome pode abrir as portas para autores que, sem isso, passariam completamente despercebidos, já que perderiam a autoridade e a receptividade junto a editores e jornalistas.

muitos poderão chamar de tendência a um certo presentismo, e outros, como Sombart, do exercício fundamental da tarefa que caberia às ciências sociais em geral e particularmente à sociologia: a de dar sentido à história.

Uma outra imagem fundante da prática científica é aquela do sábio guardião dos conceitos, que não dormita e não descuida da atividade incessante de resguardar a teoria dos ataques profanadores dos empiristas profissionais. A idéia da necessidade de assegurar a pureza dos conceitos também tem exercido um importante papel no exercício da ciência, produzindo uma casta de orientadores, de chefes de departamentos, enfim, de especialistas na manutenção e difusão da *sã doutrina*, que não hesitam em mandar para a fogueira - a do esquecimento acadêmico, a da reprovação nos concursos, a da localização em setores de menor importância na academia, a da não recomendação para a publicação - os rebeldes produtores de ecletismos teóricos, os *misturadores* de paradigmas.

Ainda fazendo parte do conjunto de elementos que determinam, a cada momento, em cada comunidade acadêmica, a legitimidade da prática científica, estão as regras de demarcação das fronteiras entre o teórico e o infra-teórico. No que se refere às ciências sociais, são muitos os exemplos históricos de momentos em que se estabelecem os critérios de dignidade teórica de ausência desta para os diversos temas e objetos de estudo.

Outras imagens, idéias, metáforas, que têm animado a prática científica poderiam ser apresentadas, mas nosso objetivo mais central é apresentar, criticamente, alguns temas associados à teoria maffesoliana do imaginário, bem como algumas de suas propostas metodológicas para as ciências sociais, a partir, basicamente, de dois de seus livros, a saber, *A contemplação do mundo* (1995) e *No fundo das aparências* (1996).

Alguns temas da teoria maffesoliana do imaginário

No que concerne à obra de Maffesoli, chamamos de Teoria do Imaginário sua tentativa de elaborar uma interpretação sistematizada das mudanças ocorridas no âmbito da socialidade pós-moderna, que resulta num corpo de sugestões metodológicas apresentadas pelo autor mencionado, que incluem, ao nosso ver, a adoção de idéias e o uso de imagens relativas à natureza da reflexão sociológica, e da prática dos cientistas sociais em geral, marcadamente diferentes daquelas predominantes na produção dos sociólogos da modernidade.

Para Maffesoli, essas modificações na definição do exercício intelectual dos sociólogos, particularmente, decorrem imediatamente das modificações no nível da própria organização dos sistemas sociais no ocidente. Tratar-se-ia, seguindo ao autor, de uma proposta de adequação de conceitos e das metodologias dos cientistas sociais, imprescindíveis à construção de uma mais clara compreensão do mundo atual.

Agruparemos nossa exposição da teoria do imaginário de Maffesoli em três partes: na primeira, apresentamos alguns pontos relativos à visão do autor a respeito da conjuntura atual; na segunda, tratamos de algumas de suas sugestões metodológicas que, segundo ao autor, são imprescindíveis para tornar possível uma interpretação adequada da sociedade contemporânea; na última

seção, fazemos algumas críticas à contribuição do autor em questão.

Maffesoli e a interpretação da conjuntura atual

Diferentemente das visões de alguns dos principais teóricos da pós-modernidade, tais como Baudrillard e Lyotard, que vêem a conjuntura atual como um momento de crise e de instalação de sintaxes desestabilizadoras, no que se refere às transformações dos arranjos das relações sociais, Maffesoli tem uma visão positiva do mundo contemporâneo. Destacamos a seguir alguns dos temas de sua produção teórica a respeito do presente, que sinalizam para seu olhar otimista e esperançoso.

Ideal democrático X Ideal comunitário

A modernidade caracterizou-se, entre outras coisas, pela emergência da idéia de projeto racional-coletivo-político a longo prazo, o que Maffesoli chama de manifestação do Ideal Democrático. Segundo ele, esse tipo de utopia estaria sendo substituído pela do Ideal Comunitário, baseada numa proposta de efetiva condensação do tempo - ênfase no agora, no presente, que teria como uma das marcas principais o fortalecimento do sentimento e do desejo de *estar junto*, manifestado com base no pertencimento ao mesmo território físico, ou simbólico. Esse presenteísmo absoluto ocorreria, para Maffesoli, portanto, junto com o *revival* da idéia de tribo, com o elemento novo da possibilidade de identificação não só pelo sangue, mas também pelas afinidades eletivas - preferências musicais, estilo de vestir, cultura religiosa, dentre muitas outras capazes de catalisar o agrupamento (Maffesoli, 1993).

Dentre os sinais da ascensão do tribalismo/comunitarismo, o autor destaca: 1) a emergência dos fanatismos religiosos; 2) a efervescência contemporânea dos nacionalismos étnicos; 3) o fenômeno das reivindicações particularistas relativas ao campo lingüístico; 4) a proliferação de grandes celebrações *profano-religiosas*, tais como concertos de *rock*, competições esportivas e eventos de massa em geral.

O correspondente declínio das utopias longínquas em favor de ações coletivas voltadas à organização e desfrute do presente é acompanhado, segundo Maffesoli, por um processo gradual de obsolescência de todo um conjunto de valores ligados à racionalidade moderna, tais como o utilitarismo e a atitude contratualista. Estaríamos assistindo, atualmente, a um intenso ressurgimento da cultura do sentimento, o que se manifestaria na predominância de relações sociais que se organizam sob a ordem da proximidade e são animadas pelas experiências do cotidiano, transformando o laço social em laço emocional (Maffesoli, 1996: 12).

O retorno do recalcado: a retomada das imagens

Para Maffesoli, outro dado fundamental para o correto entendimento da atual conjuntura seria o que ele chama de retorno do recalcado da imagem. Para o autor, é preciso que os cientistas sociais encarem com seriedade a inescapabilidade da tarefa de analisar o mundo imaginal, formado por um conjunto complexo de elementos, no qual as diversas manifestações da imagem, do imaginário, do simbólico, ocupam, em todos os domínios, um lugar de crescente primazia.

Esse dado da proliferação e do crescente poder da imagem nos atuais sistemas sociais se contraporá à situação histórica anterior, onde era possível observar uma redução (repressão) da importância do imaginário, graças ao domínio de um processo gradual, e, então, considerado inexorável, de racionalização de todas as esferas da vida em sociedade. A tendência apontada por Weber, traduzida em sua metáfora da jaula de ferro, estaria então sendo abalada por um movimento de *re-enchantment du monde*, sendo emblemáticos deste a presença obsedante dos objetos, totens aos quais nos agregamos, numa espécie de culto materialista ao consumo, e a centralidade crescente dos jogos da aparência, dos quais é exemplo notável a crescente teatralização dos corpos.

O ressurgimento do mundo imaginal, uma das manifestações do fenômeno acima apontado, deve, para Maffesoli, ser motivo para uma reelaboração teórica no âmbito das ciências sociais, na medida em que ele se fundamenta não no linearismo regular proposto pelo historicismo moderno, do qual é caudatária, inclusive, a maior parte da sociologia clássica, mas em dois fundamentos básicos: 1) a retomada dos elementos arcaicos - os arquétipos, os mitos -, que são, por sua vez, re-intepretados, distorcidos, relidos; 2) a aceitação das coisas como são, o que implica na ênfase na aparência, no caráter epifenômico da experiência cognoscente, resultando na proposta de adoção de perspectivas fundamentalmente relativizadoras (Maffesoli, 1995: 110). É a partir dessas bases que ocorre a construção do imaginário, que, ao ser partilhado pelos homens oferece um terreno para a constituição de uma rede de "comunhões".

Para o autor, a imagem teria como função básica, em nossos dias, a produção da comunhão, da coesão social. Graças ao seu forte poder de produzir intensos sentimentos coletivos, o cimento do bloco social seria fornecido pela partilha das imagens - que produziria um *religare* societal - possibilitada pelos diversos meios de comunicação em ação nas sociedades.

Assim, os indivíduos se manteriam juntos não mais graças à diferença, nem com base no estabelecimento de contratos com os outros, mas, principalmente, porque se "empatizam". Nesse processo de mútuo reconhecimento atuariam como mediadores privilegiados os processos de propagação de idéias coletivas e seus conseqüentes ativadores da partilha de emoções ligadas ao consumo voraz de imagens de todo os tipos. O mundo imaginal - as idéias coletivas, as emoções comuns, as imagens partilhadas - favoreceria, de acordo com Maffesoli, através da empatia produzida pelas imagens, a correspondência entre indivíduos, a constituições de redes de socialidade.

A partir dessa concepção funcional da imagem, a tela de TV, as salas de bate-papo na Internet, por exemplo, favoreceriam o surgimento de uma espécie de comunidade, ao mesmo tempo distanciada do mundo da política, da crítica social, e, portanto, passiva e resignada em referência a esse campo³ e, ao mesmo tempo, intensamente participativa e apaixonada, o que poderia indicar a

³ E aqui Maffesoli se aproxima da visão de Baudrillard a respeito da deterioração do político, conforme apresentada, por exemplo em *À Sombra das Maiorias Silenciosas* (Baudrillard, 1994).

transfiguração do "político" no "doméstico".

O novo estilo do social

Para Maffesoli, a pós-modernidade - indicada como o período em que estaríamos, sem que seja apresentada uma caracterização mais aprofundada do mesmo - seria um momento em que o estilo do social passa por transformações profundas, observando-se o que o autor chama de "*nova forma de sensibilidade*" (Maffesoli, 1995).

Seriam características desse novo estilo:

- 1) A valorização e a defesa de territórios, quer seja em termos físicos, quer seja no plano simbólico, o que é chamado pelo autor de *tribalismo*;
- 2) A ênfase na cultura dos sentimentos, observando-se uma forte centralidade das atividades que promovem encontros de pessoas, com o objetivo de se sentirem juntos, pela mediação do consumo de imagens comuns;
- 3) A estetização da vida, revelada numa preocupação acentuada dos indivíduos com a imagem em todos os setores da existência em sociedade;
- 4) A intensificação da busca do supérfluo, o aumento da preocupação com o inútil e a ênfase acentuada na busca do *qualitativo*;
- 5) A ênfase no estilo, que se institui enquanto linguagem, que por sua vez funciona como protocolo de agregação dos indivíduos a outros territórios e tribos diferentes dos de sua origem.

Como podemos ver, esse *novo estilo*, como apresentado por Maffesoli, aponta para uma vida social contemporânea desenvolvida bem ao largo dos imperativos político-econômicos, a partir dos segredos dos micro-grupos, da sociabilidade de vizinhanças, dos ambientes afetuosos das amizades, na viscosidade das aderências religiosas, sexuais, culturais, tudo isso ocorrendo pela mediação das imagens, que atuariam como catalisadores dos processos de constituição das redes de sociabilidade.

Esse novo desenho da vida em sociedade exigiria do cientista social algumas mudanças em termos de epistemologia, sem as quais, segundo Maffesoli, é impossível um entendimento claro da nova conjuntura. Dentre suas sugestões de transformação da metodologia dos cientistas da sociedade selecionamos algumas, que passamos a apresentar.

Algumas sugestões metodológicas para a explicação Sociológica da sociedade contemporânea

Para a elaboração de suas propostas metodológicas para a sociologia, Maffesoli parte da idéia de pregnância do não-racional e do não-lógico no seio da sociedade. Para ele isso não significa um ressurgimento de manifestações do obscurantismo, nem tampouco de uma apologia do irracionalismo. Trata-se, ao seu ver, da necessidade de reconhecer o vasto domínio do imaginário coletivo, que desempenha um papel decisivo enquanto determinante da vida social. Essa concepção da centralidade do imaginário, amplamente desenvolvida em alguns dos seus trabalhos, é expressa logo na epígrafe de um dos capítulos do *A contemplação do mundo*, em que Maffesoli cita Bakunin:

“Em toda a história, há um quarto de realidade, pelo menos três quartos de imaginação e (...) não é de maneira alguma sua parte imaginária que, em todos os tempos, agiu menos poderosamente sobre os homens.” (Bakunin, apud Maffesoli, 1995: 12)

Como vemos, há um reconhecimento enfático da importância de considerar, nas explicações do mundo da cultura, o imaginário das sociedades, como já anteriormente definido por Maffesoli, que teria um papel de profunda importância na moldagem dos arranjos sociais sob os quais os indivíduos interagiriam.

Para habilitar-se à análise do vasto campo do imaginário, na qual a razão instrumental triunfante da modernidade pouco ou quase nada pode ajudar, seria necessário, segundo Maffesoli, uma verdadeira iniciação dos cientistas sociais. No lugar de produzir ou desvelar verdades já dadas, ou, ainda, fornecer receitas prontas para resolver problemas que atingem as sociedades em constante mutação, a sociologia deve preocupar-se mais em aprender a colocar problemas do que lhe dar soluções (1995: 12).

Assim, Maffesoli apresenta suas idéias a respeito dos limites da explicação científica referentes ao campo do social contemporâneo, que por ter seus limites determinados pela época, por uma determinada história,

“(...) só pode ser objeto de um discurso contrapontístico, feito de variações perpétuas, em torno de um objeto que não é, jamais, explicável em sua totalidade, e cuja ambição é extrair-lhe as características essenciais, delimitar-lhe os contornos e mostrar suas conseqüências no aqui e agora.” (Maffesoli, 1995: 13)

É possível inferir, a partir da análise das obras de Maffesoli, os contornos de uma proposta de sociologia descritiva, que questiona radicalmente a idéia de ciência social comprometida, da qual é emblemática aquela de inspiração marxista, bem como as correntes caudatárias da influência comtiana e durkheimiana, que tomam para si a tarefa de fornecer remédios para as “patologias” da sociedade.

A defesa do infra-teórico

Para dar conta de uma socialidade forjada a partir da interação de todos os minúsculos elementos da vida social e produzida pelos efeitos do vasto domínio do imaginário coletivo que, apesar de não ser conscientemente pensado, é amplamente vivido e eficaz, Maffesoli propõe uma sociologia *barroca*, ou, em outras palavras, uma ciência social das pequenas coisas, que entram em interação, resultando na sociedade complexa que conhecemos. Nesse sentido, ele ressalta:

“É importante notar que essa sociedade complexa repousa sobre um conjunto de valores que, não tendo direito à cidade na vida social, quando muito são acantonados na ordem do privado. Além disso, não se lhes confere nenhuma dignidade acadêmica. Esse era o caso daquilo que se relaciona com o ‘comunitarismo’, com o cotidiano, com o localismo, com o presente, com o passado, e, evidentemente, certamente com o imaginário, sob suas diversas modulações.”

(Maffesoli, 1995: 14)

Assim, um amplo campo de questões e temas - considerados pela sociologia tradicional como indignos de teorização, como se estivessem fora do âmbito da reflexão científica -, passa a ser o lugar privilegiado para a análise sociológica, sendo o método maffesoliano uma proposta de exercício de especial atenção ao anódino, ao que não é (ou é pouco) analisado (Maffesoli, 1995: 112). O banal, o marginal, o infrateórico, são defendidos pelo autor como a parte nobre da realidade, que necessita ser olhada, sendo reabilitados temas ligados ao cotidiano, o elementos constitutivos do imaginário, as coisas presentes, as redes que compõem o local, as *dobras infinitas da comunidade* ⁴.

A sociologia da imagem

Para Maffesoli, a crescente importância da imagem na sociedade contemporânea exige dos cientistas sociais algumas posturas diferentes das assumidas tradicionalmente. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer a pregnância da imagem no social; em segundo lugar, é necessário abandonar os preconceitos quanto à imagem, ao imaginário, ao imaginal; em terceiro lugar, é imperativo abandonar qualquer análise baseada em categorias clássicas tais como *modo de produção, classe social, partido político* e outras dessa natureza.

Essa proposta de programa mínimo para o exercício competente da análise social em geral e sociológica, em particular requer um esforço adaptativo significativo. Os cientistas sociais, acostumados à rejeição do não-consciente, do não-racional, do domínio da comunicação não-verbal, são chamados, nesta proposta maffesoliana, a treinar um novo tipo de olhar sobre o social, fundamentado na consideração corajosa da aparência, do visual, do nível epifenômenico, todos esses dados do mundo real contemporâneo. Assim, a realidade a ser estudada pelos cientistas da sociedade é constituída pelo onírico, pelo lúdico, pelas fantasias, que, segundo Maffesoli, agem profundamente sobre o social.

A partir das idéias de que o fundamento principal da coletividade, do vínculo social, do estar-junto em sociedade e a imagem, Maffesoli crê que a

⁴ Em certa medida, como vemos acima, essa proposta retoma a prática de alguns autores que foram considerados marginais na sociologia, tais como o alemão Georg Simmel, que, comentando a respeito dos sociólogos tradicionais, que privilegiavam, em sua prática, somente aquilo que tinha o *status* de estável nos sistemas sociais, separando os fatos "estudáveis" dos não "estudáveis". Comentando a respeito desse estabelecimento do que é digno e do que é indigno da reflexão sociológica, Simmel diz:

"É conformar-se superficialmente com a linguagem usual, reservar o termos 'sociedade' para as ações recíprocas duráveis, particularmente para aquelas que são objetivadas em figuras uniformes, caracterizáveis, tais como a Igreja, o Estado, a Família, as Classes, os Grupos de Interesse e etc. Além desses exemplos, existe um número infinito de formas de relações e de modos de ações recíprocas entre os homens, de medíocre importância, e às vezes, até mesmo fúteis, se considerarmos os casos particulares, que, no entanto, contribuem para constitui a sociedade tal como a conhecemos, na medida em que elas penetram as formas sociais mais vastas e, por assim dizer, 'oficiais'" (Simmel, apud Moscovici, 1990: 253).

desconfiança diante do mundo imaginal (= imagem + simbólico + imaginário + imaginação), que foi um importante trunfo para a hegemonização da racionalidade moderna, seria totalmente inadequada para apreender o atual momento pós-moderno que vivemos. Em sua visão, a imagem, a aparência, o epifenômeno, todos são suficientemente eficazes na expressão da hiper-racionalidade pós-moderna, feita de sonhos, do lúdico, do onírico e de fantasias (Maffesoli, 1995: 94).

Como alternativa metodológica à ciência social moderna, Maffesoli sugere a união do rigor científico com a sensibilidade colhida na vivência do cotidiano, proposta nos trabalhos de Tacussel; o método da *Mitanálise*, de Gilbert Durand, elaborando uma proposta de análise sociológica que: 1) parta da tomada de consciência da pluralidade do real; 2) que substitua a análise das mudanças sociais atuais baseadas no econômico e no político, por análises que enfatizem o poder da imagem viva; 3) que defenda a ilustração e leve a sério o jogo das imagens, tudo como forma de restabelecer a antiga globalidade, onde não estavam separadas as palavras e as coisas, a natureza e a cultura, o corpo do espírito, a razão do sentimento (Maffesoli, 1995: 96).

A imagem e sua pregnância no social seriam então o objeto por excelência da sociologia: a imagem isolada; a imagem em decomposição; a imagem tradicional; a imagem "tecnologizada". Todos esses matizes funcionariam como índices de tendências sociais, não analisáveis através dos instrumentos da sociologia tradicional.

Por uma sociologia polissêmica

Para Maffesoli, o tempo dos grandes sistemas teóricos acabou. Assim, como a socialidade pós-moderna é ambígua, a reflexão científica a seu respeito também deve sê-lo, sendo freqüentemente mais "mostrativa" do que explicativa, mais digressiva do que objetiva, sendo construída de maneira polissêmica.

Três seriam os elementos básicos dessa nova proposta de sociologia: 1) é produzida a partir da consideração do jogo das imagens; 2) defende e utiliza o mecanismo da ilustração - em oposição ao de verificação; 3) produz descrições, nomeia, sem produzir sistemas de conceitos e teorias.

Maffesoli sugere também que, no lugar dos julgamentos de valor, a ciência social deve produzir "julgamentos de existência", que seriam matizados, temperados, relativos e frágeis, tais como os fenômenos por eles descritos (Maffesoli, 1996: 11). As análises clássicas dos objetos de estudo devem ser substituídas pela prática de elaborar cenários, descrevendo ambientes onde ocorre os fenômenos estudados, construídos sempre a partir da escuta da voz do objeto, que vai induzir as escolhas dos ângulos a serem focalizados pelo cientista.

Essa proposta de analítica sociológica de base fenomenológica e polissêmica parte do pressuposto da confiabilidade das evidências do objeto - o que se deixa ver e o fato de ver seriam suficientes - , da profundidade da aparência (Maffesoli, 1996).

Pontos críticos

O neopositivismo pós-moderno de Maffesoli e o apagamento das relações de poder

Fazendo um pouco da genealogia das propostas de Maffesoli é possível localizar, como matriz principal de sua abordagem do mundo contemporâneo, as idéias e pressupostos do positivismo. Sua preocupação com o equilíbrio, com a coesão social, com a explicação das formas pelas quais as sociedades contemporâneas construiriam a vinculação entre os indivíduos, o cimento do laço social, a consistência do vínculo social. Bebendo nessa fonte, Maffesoli trilha, obrigatoriamente, os passos da reflexão durkheimiana, ao mesmo tempo em que não pode evitar um saudosismo desbragado pelo velho comunitarismo. É claro que há nuances que podem sinalizar para tentativas de "modernização" - ou diríamos "pós-modernização" - da idéia: não é mais o baixo nível de diferenciação social que dá a base para a solidariedade mecânica entre os homens. A aproximação, o estar junto depende agora de mecanismo de identificação estilística, sendo a própria solidariedade considerada mais em termos regionais do que macro-sociais.

Esse neopositivismo pós-moderno, como poderíamos classificar a proposta de análise de Maffesoli, mantém da proposta original dos positivistas franceses a secundarização do político e do econômico, quando se trata de construir reflexões sobre o mundo das relações sociais. Na discussão a respeito dos processos de coesão e de separação social, Maffesoli, assim como Durkheim e Comte faziam, não leva em consideração a influência do capital e do mercado, mesmo que sua lógica inexorável prevaleça de maneira tão totalizante em todos os setores da vida social, fazendo uma sociologia que ignora as implicações das relações de poder estabelecidas entre os homens. Isso pode contribuir para a hegemonia de uma visão conservadora da sociedade, caudatária das correntes funcionalistas.

Essa ausência básica - a da questão do poder -, produz uma análise da sociedade da imagem que parece ignorar as questões relativas às condições históricas em que se inscrevem a produção e a circulação do/ no mundo imaginal que, e aqui concordamos com Maffesoli, determina a maior parte da vida social contemporânea. É, sim, tarefa da sociologia debruçar-se sobre o crescente poder das imagens na constituição do mundo atual, tanto em referência à multiplicação e à velocidade com que se aperfeiçoam, em termos de tecnologia, os meios de comunicação, questionando as relações de produção e de circulação das imagens, colocando em discussão categorias como as de *acessibilidade*, *conflito de interesses*, *ideologia*, e outras relacionadas aos jogos de poder nos sistemas sociais.

Essa miopia em relação à questão do poder e de suas implicações nas relações sociais, impede Maffesoli de enxergar as possibilidades "disfuncionais" da imagem, se quiser nos manter nos limites da argumentação funcionalista. Junto com a função "religiosa" das imagens, mencionada acima, poderíamos discutir, por exemplo, fenômenos tais como o da produção concomitante da separação social, da exclusão, da discriminação e da geração, inclusive, de diversos tipos de particularismos.

Na ânsia de celebrar a imagem e sua função integrativa, Maffesoli opera

como que uma “repressão”, um “recalque” dos possíveis aspectos duvidosos do funcionamento do mundo “imaginal”. De maneira, ao nosso ver, contraditória, por exemplo, afirma, no seu *A Contemplação do Mundo*, que não importando o conteúdo da imagem, ela sempre seria um vetor de produção da comunhão, já que funcionaria como meio para o compartilhar das emoções (Maffesoli, 1995: 93), ao mesmo tempo em que cita, falando a respeito do período de colonização espanhola no México: “*Os colonizadores se dão conta de que sua vitória não seria total, ou simplesmente real, a não ser no momento em que suas imagens substituíssem aquelas honradas localmente*” (1995: 93).

Outras visões do mesmo objeto estabelecem como ponto básico da contemporaneidade o fenômeno da explosão da visualidade, sem, no entanto, esquecer de incluir variáveis relativas ao exercício do poder na sociedade. Na visão de Jameson (1995; 1996), por exemplo, que também analisa a força da imagem na atualidade, a única maneira de entender adequadamente este momento pós-moderno, onde reina o visual, é considerando as condições históricas da emergência e prevalescimento desse novo regime. Em sua interpretação da pregnância da imagem nas sociedades contemporâneas, ele não hesita em focalizar categorias como as de alienação e dominação⁵.

Na visão de Baudrillard (1994), outro autor que analisa o atual regime das imagens, a questão do poder se coloca de maneira significativa, na medida em que está associada à capacidade que grupos sociais proprietários de cadeias mundiais de meios de comunicação têm de estabelecer o *hiper-real*, um real descolado de qualquer substrato objetivo, sempre em relação à disseminação de versões do mundo, e do desenrolar da dinâmica das relações entre o os indivíduos, favoráveis à manutenção de estruturas de poder e de interesses⁶.

A redução do escopo da sociologia

Um outro ponto bastante controverso da teoria e metodologia propostas por Maffesoli é sua concepção do escopo da sociologia. Segundo o autor, a atividade de reflexão sobre o social deveria reduzir-se ao fornecimento de descrições dos ambientes, dos cenários sociais, sempre em termos micro localizados. A concepção da sociologia como uma ciência capaz de formular interpretações mais gerais, com o intuito de dar conta das regularidades relativas à morfologia dos sistemas sociais, é substituída por uma proposta estética de

⁵ No seu trabalho *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, Jameson (1996), analisando o vídeo como uma forma privilegiada de comunicação, menciona o fenômeno do *fluxo total*, referente à velocidade com que as imagens são veiculadas, o que impediria qualquer operação racional por parte dos espectadores, o que impossibilitaria, segundo o autor citado, qualquer pretensão à constituição de uma rede de informações, a não ser que se pressuponham as categorias da ideologia e da alienação.

⁶ É exemplar a análise que Baudrillard faz da Guerra do Golfo, mostrando de que maneira o governo norte americano *encenou* o conflito através da televisão, de forma a apresentar o acontecimento como uma luta heróica contra um ditador monstruoso, apagando qualquer sinal de conflito de interesses pelo domínio do petróleo naquela região.

ciência do social, preocupada em registrar, mais do que em explicar, o estilo das vivências dos indivíduos e coletividades (Maffesoli, 1998).

A proposta de abandonar a prática moderna da representação do mundo, bem como a estratégia racionalista de conceitualização e de construção de esquemas explicativos dos fenômenos, tanto em termos dos equilíbrios momentâneos, quanto em seus desenvolvimentos diacrônicos, elaborada por Maffesoli desde o seu *O conhecimento ordinário*, é acompanhada por um vocabulário que mistura um estilo místico-esotérico, propondo uma epistemologia impregnada de programas somente aparentemente revolucionários e inovadores.

Para exemplificar, citamos aqui duas sugestões pseudo-radicais que aparecem no seu *Elogio da razão sensível* (1998), e que, se examinadas mais detidamente, representam jóias de falso brilho, elementos ultraconservadores. A primeira delas, a proposta de resgatar a *vivência* como sendo um lugar de extremo dinamismo do social, em que a apresentação das coisas se empenharia em fazer sobressair a riqueza e a vitalidade. Isso é apresentado como um programa oposto ao executado pela sociologia clássica/tradicional, preocupada com a produção de uma reflexão racionalista e conceitual a respeito das estruturas sociais, das unidades sociais históricas, eventualmente com um caráter programático ou preditivo.

Ao nosso ver, a própria sociologia clássica está repleta de exemplos de valorização da vivência dos indivíduos, do cotidiano dos grupos sociais, inclusive como um lugar de observação privilegiado para a construção de conjuntos de conceitos e teorias a respeito do sistema social. Marx, por exemplo, parte da observação das condições em que viviam os operários para refletir sobre os traços da então recém surgida ordem capitalista de produção. Em Weber (1981), também encontramos a preocupação de entender de que maneira a relação dos indivíduos com determinados sistemas de valores se refletiam na adoção de certas práticas e vivências cotidianas.

Uma diferença básica, esta realmente relevante, é que, ao invés de adotar uma postura reducionista, revelada numa abordagem que recorta as vivências e o cotidiano como instâncias estanques da vida social, presas em suas próprias particularidades, como circunscrições autodeterminantes, os sociólogos clássicos eram capazes de produzir painéis amplos e profundos, no âmbito dos quais se localizavam e eram compreendidas as vivências e socialidades cotidianas⁷. Longe de significar um desprezo pelo micro-espço, pelas subjetividades, pela riqueza das experiências do dia-a-dia, a prática dos clássicos era o resultado da necessidade de entender a lógica que fundava, de maneira inescapável, a organização desse nível do sistema social, sem desconsiderar a importância da

⁷ Martins, seguindo uma direção oposta à de Maffesoli, elabora uma proposta de sociologia do cotidiano que não ignora a determinação estrutural dessa instância. É exemplar seu estudo sobre os reflexos da ordenação social capitalista sobre o universo onírico dos trabalhadores, feito em São Paulo, partindo inclusive da reflexão a respeito da famosa frase de Marx, segundo a qual "os homens fazem a sua própria História, mas não a fazem como querem e sim sob as circunstâncias que encontram, legadas e transmitidas pelo passado" (Marx, apud Martins, 2000: 58).

força das ações nessa instância, inclusive, para a reprodução ou eventual transformação dos aspectos estruturais da organização das sociedades.

A segunda proposta apenas aparentemente radical feita por Maffesoli, aqui brevemente considerada é aquela de "*não transcender o que é manifesto, não aspirar a um além, mas, isto sim, de remeter-se às aparências, às formas que caem sob os sentidos*" (Maffesoli, 2000: 20). Essa defesa da *profundidade das aparências* se traduz na condenação à estratégia proposta por Marx, de transcendência da aparência, do real abstrato e também numa crítica à psicanálise freudiana e lacaniana, em suas estratégias de escavação do sentido, através da transcendência das motivações aparentes pela pesquisa do inconsciente (Freud), e do não-dito (Lacan).

O que Maffesoli propõe, embora seja aparentemente revolucionário, quando considerado em termos epistemológicos, revela uma fragilidade evidente, na medida em que coloca em questão toda a base da atividade científica, que se fundamenta, em qualquer corrente teórica da reflexão sobre a produção do conhecimento rigoroso, num esforço da razão em uma polêmica incessante contra o erro, na intenção do desvendamento da opacidade do real, inclusive enquanto aparência cintilante. Mesmo no âmbito da fenomenologia, que privilegia o caráter epifenomenal da realidade, o esforço é no sentido de submeter as primeiras impressões, surgidas da projeção mental de dados que se originariam do contato com as superfícies dos fenômenos, com suas formas de aparecer aos sentidos dos sujeitos interpretadores do mundo e das coisas.

O reconhecimento do prevaecimento crescente da imagem na sociedade contemporânea, que em Maffesoli dá origem a uma série de reflexões no sentido da construção de sua divinização e hipervalorização, deve se constituir, para os interessados na interpretação dos tempos presentes, num objeto de intensa pesquisa e análise, com o objetivo de fornecer explicações capazes de desvendar os mecanismos e estratégias de poder acionados nesse regime do visual pelos diversos grupos sociais. Nesse sentido, uma abordagem interessante, que não descarta as variáveis relativas ao exercício do poder nas sociedades contemporâneas, é a de Fredric Jameson (1996), em seus estudos sobre o *boom* da cultura, tanto no que concerne ao mundo real, com o crescente espaço ocupado pelos meios de comunicação de massa no cotidiano das pessoas, o que transformaria, inclusive, a relação entre a infra-estrutura e superestrutura, a primeira sendo engolida pela segunda e transformada num produto para consumo como outro qualquer, quanto em termos da produção científica sobre a sociedade. Para ele, uma primeira providência a ser tomada pelos que se interessam em fornecer explicações teóricas sobre o reino das imagens, do visual seria uma abordagem referente às condições históricas de sua emergência, com a força que lhe é atribuída. Ele defende a idéia de que "*a única maneira de pensar o visual, de inteirar-se de uma situação em que a visualidade é uma tendência cada vez mais abrangente, generalizada e difundida é compreender sua emergência histórica*" (Jameson, 1995: 01).

Para Jameson, a atuação dos sociólogos deveria estar ligada à necessidade de fornecer elementos para a construção de *mapas cognitivos* (Jameson, 1988), que seriam novas propostas de abordagem capazes de fornecer aos indivíduos e grupos sociais elementos que possibilitem a localização individual e dos

coletivos, nesse terreno fluido e pastoso do mundo das imagens, não devendo ser desprezadas categorias tais como a da ideologia e da alienação⁸.

Como é possível perceber, a direção proposta por Jameson opõe-se frontalmente com a tendência clara observada na proposta de sociologia do contemporâneo esboçada por Maffesoli, que implica, entre outros elementos, na negação da reflexão de caráter utópico, relacionada com qualquer preocupação com a crítica dos arranjos sociais sob os quais os indivíduos vivem. A proposta de que sociologia deixe de *odiar o presente* (Maffesoli, 1996: 09), significa, na prática, uma proposta de prática científica que, para analisar a sociedade, abandone a construção de utopias e se debruce, de maneira resignada, sobre o contemporâneo. Essa idéia está presente em sua proposta de *ética do instante*, caracterizada pela justificação moral da busca do prazer imediato, pela rejeição de qualquer ativismo referido a projetos sociais para um momento longínquo. É como se os sociólogos, ao invés de tomar como matéria para estudo e explicação as características do imaginário e do cotidiano das sociedades contemporâneas, produzidas, inclusive, a partir da capacidade que alguns grupos têm de fazer privilegiados os seus interesses, devessem absorvê-las, reconhecendo seu estabelecimento e legitimação social como um processo inexorável de moldagem dos novos contornos do contexto em que vivem os indivíduos em sociedade e em que deveriam produzir os cientistas do social.

Essa postura de passividade, de contaminação resignada pelo espontaneísmo e hedonismo em que as sociedades mergulham, se traduz numa postura intelectual que vai abandonando, gradualmente, o projeto radical de produção da significação do mundo, que representou um dos elementos capazes de tornar a sociologia uma atividade de importância essencial, envolvendo, eventualmente, a atividade de criticar os modos de organização social historicamente determinados, bem como a tarefa de propor projetos de rearranjos estruturais, capazes de produzir sociedades menos desiguais e injustas. A proposta de Maffesoli envolve, portanto, o risco de tornar a sociologia uma atividade descartável, já que ao abandonar a tarefa de formular interpretações mais gerais, capazes de dar conta de regularidades e de produzir esquemas conceituais explicativos da morfologia e dinâmica dos sistemas sociais, a prática científica dos cientistas da sociedade se reduziria ao papel de produzir descrições das transformações dos ambientes, sempre particulares e específicas - uma atividade desempenhada pelos jornalistas com crescente competência.

Mesmo advogando que a perspectiva imaginal permitira, por um lado, estar-se atento aos objetos e/ou eventos por si mesmos, em toda a sua concretude, sua presença e dinâmica própria (Maffesoli, 1996), poderíamos pensar também na possibilidade de que essa metodologia pode ter, como resultado implícito, a produção de uma sociologia que mascara seu caráter

⁸ Jameson, em sua interpretação da pregnância da imagem na sociedade, numa análise do vídeo como forma artística e de comunicação privilegiada na atual conjuntura, menciona o fenômeno do *fluxo total*, referente à velocidade com que as imagens são veiculadas, o que impediria qualquer operação racional por parte dos espectadores e impossibilitaria a comunicação em *strictu senso*, favorecendo a produção de processos crescentes de alienação dos indivíduos em relação à realidade em que estão imersos.

ideológico com uma reluzente discursividade imagética. Mas, como dizem alguns mais desconfiados, *nem tudo que reluz é ouro!*

Referências Bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Cambridge, U.K.: Polity Press, 1988.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- JAMESON, Fredric. "Cognitive mapping". In: NELSON, Cary & GROSSBERG, Lawrence (eds). *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1988.
- _____. *As marcas do visível*. Trad. Roneide Venâncio Majer *et al.* Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- _____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1996.
- MAFFESOLI, Michel. *La connessance ordinaire: précis de sociologie compréhensive*. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1985.
- _____. *Au creux des apparences*. Paris: Le Livre de Poche, 1993.
- _____. *Le temps du tribus*. Paris: Le Livre de Poche, 1993.
- _____. *A contemplação do mundo*. Trad. Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- _____. *O elogio da razão sensível*. Trad. Albert Christophe Migueis Stuckenbruck. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MOSCOVICI, S. *A máquina de fazer deuses*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

RESUMO

A TEORIA DO IMAGINÁRIO E A PROPOSTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE MICHEL MAFFESOLI

Neste artigo, apresentamos algumas das principais contribuições de Michel Maffesoli no campo da metodologia das ciências sociais em geral e, particularmente, da sociologia, e alguns aspectos de sua Teoria do Imaginário, fazendo, na parte final, algumas críticas a sua concepção do papel da imagem na determinação da dinâmica da vida social, bem como a sua proposta de análise sociológica das sociedades contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Sociológica; Maffesoli; Teoria do Imaginário.

ABSTRACT

THE THEORY OF THE IMAGINARY AND THE MICHEL MAFFESOLI'S PROPOSAL OF SOCIAL SCIENCES

In this paper we present some of the main theoretical contributions of Michel Maffesoli in the field of Social Sciences Methodology and some elements of his Theory of Imaginary. In the final section we do a critique on some points of his conception on the role images play in determining the social life dynamic, and about his purpose of sociological analysis of contemporary societies.

KEYWORDS: Sociological Theory; Maffesoli; Theory of the Imaginary.

RECOMPOSIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E COORDENAÇÃO DOS PRODUTORES PARA A GESTÃO DE BENS COMUNS NO NORDESTE BRASILEIRO¹

Eric Sabourin²
Gabrio Marinozzi³

Introdução

A ação coletiva foi definida por Olson (1966) como “a ação de um grupo motivado por um objetivo comum na produção de um bem coletivo”. Nos referimos à noção de “bens comuns” proposta por Ostrom e Ostrom (1978), ou seja, “de bens coletivos que, por natureza ou por convenção são associados a uma restrição de uso”. No Nordeste brasileiro esse é o caso dos pontos de água, dos pastos comunitários, dos perímetros de irrigação, das organizações de produtores. Este artigo analisa os processos de coordenação dos produtores através das dinâmicas de ação coletiva, de modo a identificar medidas de apoio à decisão coletiva.

Dois exemplos de coordenação dos agricultores familiares para a gestão de um bem comum no semi-árido brasileiro são apresentados. O primeiro trata da evolução do manejo de pastos comunitários entre os produtores das comunidades camponesas de Massaroca (município de Juazeiro, Bahia). O segundo exemplo concerne à coordenação dos produtores dos perímetros irrigados de Juazeiro e Petrolina (Pernambuco), para a gestão da comercialização dos produtos. Finalmente concluímos com alguns ensinamentos trazidos pela análise das formas de coordenação dos produtores em matéria de apoio à tomada de decisão coletiva.

Manejo de um bem comum: os fundos de pasto

No norte do Estado da Bahia, chama-se “Fundo de Pasto”⁴ ou “Fecho de Pasto” às terras utilizadas para o pastoreio comunitário. Essas “terras comuns” fazem parte do patrimônio coletivo de comunidades rurais, como aquelas da pequena região de Massaroca (Juazeiro - BA). Esse modo de exploração dos recursos naturais funcionou durante vários séculos, mas hoje tornou-se mais raro, sendo o espaço apropriado e cercado individualmente (Caron, 1998).

¹ Comunicação apresentada no Congresso Europeu de Latino-Americanistas - CEISAL 98: “América latina: cruce de culturas y sociedades. La dimensión histórica y la globalización futura”, 5-8 de setembro de 1998, Halle-Wittemberg, Alemanha.

² Engenheiro Agrônomo; doutor em antropologia; pesquisador do CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento); consultor do Programa Agricultura Familiar da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). E-mail: <eric.sabourin@cirad.fr>.

³ Engenheiro Agrônomo, doutorando em economia pela Université de Toulouse (França); pesquisador do CIRAD junto à EMBRAPA Semi-árido, Petrolina - PE. E-mail: <gabrio.marinozzi@cirad.fr>.

⁴ A expressão vem da oposição com os campos cultivados e quintais que ficam perto das moradias. A reserva de pasto fica nos “fundos” da fazenda ou da comunidade.

Permanência dos fundos de pasto no Nordeste da Bahia

Ao contrário da maioria das zonas do Nordeste semi-árido, no Sertão norte da Bahia não se observava a delimitação de áreas por cercas de forma generalizada, até a década de 70 do século XX. O uso coletivo para pastoreio das áreas de caatinga permaneceu devido ao aumento relativamente lento da densidade demográfica e ao clima seco. O pastoreio comunitário da vegetação natural assegurou a criação extensiva de caprinos e ovinos (e em menor parte de bovinos). As raras parcelas de caatinga cercadas eram reservadas para a manipulação dos animais e para os cultivos alimentares anuais (milho, feijão, mandioca), praticados essencialmente para o auto-consumo, com rendimentos aleatórios.

O *Fundo de Pasto* é, portanto, um espaço aberto acessível a todos os membros da comunidade para um uso coletivo de seus recursos naturais: pasto, corte de madeira, extrativismo de frutos e mel e caça. Mais que uma propriedade coletiva, ele corresponde a uma ausência de propriedade e a um direito de uso generalizado entre os membros de uma mesma comunidade sobre os solos e sobre seus recursos naturais (Weber, 1995). Remanescente de práticas tradicionais de exploração coletiva do meio pelas comunidades familiares do Sertão do São Francisco, o *Fundo de Pasto* tem uma realidade jurídica variada: exploração coletiva de terras devolutas por um grande proprietário, acordo entre proprietários vizinhos ou mesmo a exploração pelos membros de uma comunidade descendentes do primeiro proprietário (Garcez, 1987).

A partir dos anos 70, a intensificação econômica devido à integração ao mercado, a inflação crescente com a transferência de investimentos para imóveis e a implantação dos primeiros projetos de irrigação no vale do São Francisco acentuaram a pressão legal - ou não - sobre o território. Surgiu uma dinâmica de apropriação individual com o cercamento de áreas até então utilizadas como *Fundo de Pasto* (Garcez, 1987). A reação das comunidades de produtores a essas dinâmicas territoriais evidenciam-se com estratégias institucionais dando lugar a formas originais de gestão das áreas comuns e a uma adaptação regional da política de reforma agrária.

Organização dos produtores e legalização dos fundos de pasto

O projeto de regularização do fundo de pasto

A partir de 1982, no quadro da política de reforma agrária, o Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) tornou-se responsável pela execução de um projeto de regularização dos títulos fundiários financiado pelo Banco Mundial e pelo Estado da Bahia. As especulações em torno dos *Fundos de Pasto* levaram estas instituições a propor a regularização fundiária e de cadastramento das terras públicas, das terras de uso comum e das áreas privadas das comunidades rurais. (Garcez, 1987).

Tratou-se, por parte do Estado, de uma legalização das práticas camponesas e das formas de uso comunitário dos recursos através da propriedade associativa. Juridicamente, os agricultores de uma mesma comunidade ou usuários de uma área determinada de *Fundo de Pasto* constituem uma associação de direito civil sem fins lucrativos, que garante o título de

propriedade coletiva, equiparado à legislação de reforma agrária, almejando as vantagens dos beneficiários dos projetos de reforma agrária: crédito individual e coletivo subsidiado, subvenções para infra-estruturas sociais comunitárias e assistência técnica pública.

Impacto em Massaroca

Foi no contexto dessa intervenção que ocorreu a evolução da gestão das terras de *Fundo de Pasto*. Houve uma convergência de interesses entre os programas do Estado, os projetos das comunidades de pequenos agricultores e os outros atores que intervinham localmente, tais como a Igreja, os sindicatos agrícolas e os técnicos dos serviços de apoio.

As comunidades de agricultores buscavam preservar seus sistemas de produção baseados no acesso às áreas de pastoreio, em um contexto de insegurança exacerbada⁵. O Estado procurava fixar os pequenos produtores na zona rural, integrando-os à economia nacional. A Igreja Católica, os sindicatos agrícolas e as ONG's afirmaram-se como novos intermediários entre o Estado e os agricultores, promovendo a autonomia das comunidades ou exercendo novas formas de tutela sobre os pequenos produtores que se tornaram eleitores (Sabourin *et al*, 1996 a).

Como resultado destas dinâmicas, entre 1982 e 1987 foram criadas várias associações nas comunidades da região. Nove destas associações foram confederadas em 1989 em uma organização supracomunitária, o Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca (CAAM). Constituído como instrumento de defesa dos interesses coletivos, o Comitê elaborou um projeto de desenvolvimento local do distrito rural de Massaroca (Tonneau, 1994). Sete das nove comunidades do CAAM dispunham de áreas de *Fundo de Pasto*, reunindo o equivalente à 100 ha por família. Três comunidades conseguiram o título de propriedade; duas possuem o Fundo de Pasto já delimitado, mas ainda sem registro por razão de litígios com proprietários vizinhos. No entanto, os trabalhos de cadastro não puderam ser realizados em duas comunidades dotadas de associações por falta de recursos, segundo o INTERBA.

Estabelecimento de novas regras de manejo

Se, originariamente, uma dinâmica associativa e um consenso social permitiram a legalização dos direitos de propriedade das áreas comuns, o mesmo não é válido no que concerne aos investimentos e aos arranjos que poderiam ser realizados. Várias estratégias de ação se destacaram nestas comunidades (Caron, 1998).

A maioria das comunidades preferiu optar pelo "resguardo" relativo das áreas comuns para fins de reserva forrageira para os anos de seca e de reserva fundiária para a instalação dos jovens. Não há nenhum investimento, o fundo de pasto fica aberto à todos.

As comunidades que dispõem de vastas áreas comuns não delimitadas

⁵ Na região de Massaroca, isto se deve às especulações fundiárias geradas pela concepção de um projeto de irrigação, o "Salitrão", cujo primeiro traçado compreende as áreas de *Fundo de Pasto* de várias comunidades.

oficialmente e sem título de propriedade continuam gerenciando-as segundo a tradição que prevê acolher rebanhos de agricultores atingidos pela seca. Fazendeiros dos municípios vizinhos abusaram dessa hospitalidade. Esta prática se monetarizou recentemente. Teoricamente os criadores remuneraram uma família para ter acesso às suas pastagens individuais. Mas na ausência de cercas, os animais se espalham pelo Fundo de Pasto da comunidade.

Em decorrência disto, a comunidade de Cipó, mais ameaçada pela proximidade de projetos de irrigação, optou por uma estratégia de defesa ativa, através do cercamento das áreas comuns.

Mesmo se historicamente o Nordeste do Brasil assistiu a uma apropriação privada dos recursos coletivos, em Massaroca ainda não houve uma redistribuição individual destes Fundos de Pasto; ao contrário, evidenciam-se novas formas de gestão coletiva destes bens comuns.

Assim, a escolha inelutável entre propriedade privada e controle do Estado dos recursos coletivos proposta por Hardin (1968) não parece justificada. De acordo com as críticas de Weber e Reveret (1993) a esta análise pode-se batizar de "*tragédia do livre acesso*" os fenômenos estudados por Hardin.

Independentemente do regime de propriedade, os percursos de caatinga não cercados são caracterizados pelo acesso livre e pela ausência de rivalidade. Portanto, enquanto a densidade demográfica e as condições climáticas não transformem o pasto num recurso raro, ele pode ser considerado como bem público (Ostrom & Ostrom, 1978). Ao contrário da profecia trágica de Hardin, a pressão leva a emergência de estratégias de ação coletiva para a sua preservação. Isto corresponde às observações indicadas por Ostrom (1992) para mostrar como os usuários podem produzir regras próprias e novas soluções institucionais para a gestão de recursos comuns.

Podemos dizer que a raridade do bem muda seu "estatuto": de público vira comum, no sentido dado por Ostrom e Ostrom (1978) através a redefinição das regras de acesso e de exclusão⁶. Neste processo de construção coletiva de referências comuns aparecem novos problemas: a atribuição de um valor monetário ao uso do bem, a sua gestão e manutenção (investimentos, impostos), as sanções para os *free riders* ou infratores. São tanto motivos de conflito como objetos de aprendizagem coletiva (Caron, 1998).

O controle do acesso ao *Fundo de Pasto*, ou em outras palavras a exclusão, é a primeira reivindicação no quadro das comunidades, mesmo se existem limites técnicos e econômicos. A exclusão passa pela capacidade de identificar os beneficiários, medir o uso efetivo do bem e o valor que poderia lhe ser atribuído. Esta dificuldade existe também no seio das comunidades, por exemplo: para a repartição do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), que em alguns casos pode ultrapassar o valor dos créditos subsidiados, uma das soluções adotadas é repartir de maneira igual o imposto entre as famílias ou mesmo dividir proporcionalmente em função do tamanho dos rebanhos (Sabourin *et al.*, 1997).

⁶ O reconhecimento de títulos de propriedade coletiva é a oportunidade de uma mobilização coletiva entre os atores para a definição de novas regras comuns de uso.

No caso de fortes conflitos - ou de pressão sobre o recurso - o bem pode passar de comum a privado, uma vez que é atribuído valor de mercado para o seu uso ou que se manifestam especulações fundiárias, como no caso da possível instalação de projetos de irrigação em Massaroca. O risco de tal evolução é a exclusão do acesso à terra de um número sempre maior de produtores, ou a fragmentação dos percursos, reduzindo os recursos e ameaçando os rebanhos locais já afetados pelas severas condições climáticas (Caron, 1998).

Experiências como a de Massaroca trazem lições técnicas e jurídicas, num momento em que o Brasil - sociedade e Estado confundidos - se vê obrigado a repensar ou a atualizar a política de reforma agrária. Os projetos de legalização dos *Fundos de Pasto* oferecem referências práticas e institucionais para a região Nordeste e para outras zonas agro-silvo-pastoris do país, como os campos gerais do norte do Estado de Minas Gerais ou os faixonais do Paraná.

Coordenação para a comercialização nos perímetros irrigados

O pólo Petrolina - PE / Juazeiro - BA, no Sub-Médio São Francisco, desenvolveu-se rapidamente em conseqüência dos investimentos na irrigação e passa, hoje, por uma especialização na fruticultura irrigada. Nos últimos 30 anos foram implantados seis perímetros públicos de irrigação, perfazendo um total de 45.000 ha irrigados, entre os quais distinguem-se pequenos irrigantes (chamados de "colonos" e instalados em lotes de 5 a 10 ha) e empresas com mais de 10 ha. Nos perímetros públicos da região foram distribuídos 2.500 lotes irrigados aos colonos, num total de 18.000 ha irrigados e 310 lotes para as empresas num total de 27.000 ha (Codevasf, 1998).

Dinâmicas de recomposição e coordenação nos perímetros irrigados

Num perímetro irrigado, o manejo da água, o acesso às informações e ao mercado são funções que precisam de uma coordenação e de uma ação coletiva, dada sua indivisibilidade e seu caráter estratégico (Ostrom, 1992). Esta coordenação, assegurada originalmente pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) através de uma organização centralizada e assistencialista, foi transferida, durante a última década, a organizações de usuários, cooperativas ou distritos de irrigação.

A organização para a comercialização dos produtos é também objeto de uma ação coletiva. Tal organização assemelha-se a um bem comum, definido como um bem coletivo associado a restrições de uso e a regras de repartição dos direitos deste uso (Linck, 1998). Tais regras são determinantes na introdução de inovações técnicas ou organizacionais e sua apropriação pelos produtores familiares. Durante os anos 70 e 80, os "colonos" reproduziam seu sistema de produção via cultivos anuais (tomate, fumo, etc.) em sistema de integração vertical com as indústrias ou grandes empresas (melão). Nos últimos anos esses "colonos" responderam às novas dinâmicas econômicas nacionais e internacionais, modificando radicalmente seus sistemas de produção através da plantação de espécies perenes (bananeira, mangueira, coqueiro anão, goiabeira, acerola, uva, etc.) e manifestando um dinamismo e uma diversificação não encontrados nos setores empresariais.

Porém, as organizações criadas pela Codevasf não acompanharam com a

mesma rapidez essa evolução e as novas exigências do mercado. Na maioria dos casos, elas respondem mais a funções de controle e de assistência paternalista que a uma verdadeira coordenação dos pequenos produtores. Podemos observar, nestas organizações, a reeleição dos mesmos dirigentes "históricos" como a maior expressão de uma delegação de poder essencialmente passiva e rotineira. Este papel mediador dos produtores mais ligados a autoridades e tutelas é característico da lógica camponesa em situação de dependência.

*Coordenação e aprendizagem coletiva
para o acesso a um bem comum: o mercado*

No caso do acesso ao mercado sempre houve diferenciação entre as formas de coordenação dos pequenos irrigantes e das empresas. Por exemplo, para produtos como a banana e o coco verde, introduzidos pelos colonos, a coordenação se caracteriza pela falta de regras comuns explicitadas entre os produtores e pela diversidade de regras específicas existentes entre produtores e intermediários. Esta diversidade e a compartimentação das informações permitem aos comerciantes reduzir o poder de negociação dos pequenos produtores.

Os empresários das áreas irrigadas, ao contrário, adaptaram-se rapidamente à nova organização em distrito de irrigação, criando paralelamente novas instituições de cooperação, como a Valexport (e suas câmaras setoriais Brazilian Grapes Marketing Board, Grupo da Manga do Vale, etc.) para as funções não coordenadas pelos distritos: comercialização, marketing, pesquisa, produção e circulação das informações, em particular sobre mercado. Encontram-se nesse caso dinâmicas de construção de territórios inovadores (Beccatini, 1991), mas esta coordenação construiu-se também para excluir os produtores que não têm acesso às inovações produtivas e organizacionais (Pecqueur, 1995; Linck, 1998). Prevalecem riscos de exclusão se a norma empresarial do "padrão exportação" torna-se a única referência, dando lugar a casos de reputação mal construída se uma grande parte dos produtores não consegue produzir com os padrões fixados pelas grandes empresas.

No caso das cadeias de uva e manga, são as empresas que determinam as regras e estruturam a comercialização (padronização da qualidade, integração vertical, fixação dos preços, etc.), com o objetivo de excluir os concorrentes potenciais. Para tal, os empresários locais associados à Valexport, administram uma rede de informações para reagir rapidamente às novas exigências de qualidade e às rápidas mutações do mercado internacional. Este tipo de estrutura permite uma coordenação entre os empresários através de convenções de cooperação, mais do que através convenções de controle ou de concorrência (Marinozzi, 1997).

Nos perímetros sem cooperativas, dotados de um distrito de irrigação único, como o Projeto Nilo Coelho, houve uma fase de criação de associações por setor hidráulico pelos colonos, a fim de assegurar investimentos coletivos e comercialização em comum através do acesso ao crédito associativo. A maioria das tentativas fracassou devido à diversidade das estratégias individuais e à falta de competência profissional em matéria de comercialização. Os pequenos produtores procuram, então, novas formas de negociação de preços e mercados,

através de grupos reduzidos que permitem uma melhor administração e circulação das informações de mercado.

Aparecem, assim, novos espaços de coordenação e de aprendizagem coletiva dos "colonos", na forma de estruturas de proximidade informais, reunindo grupos de vizinhos ou de colegas que juntam a produção para a comercialização. Alguns pequenos produtores, organizados em associações estão conseguindo financiamentos para unidades de processamento das frutas (fabricação de sucos e polpas). Estes grupos, via seus líderes, inserem-se nas redes de comercialização, geralmente através dos intermediários, das empresas ou de suas associações. Este tipo de coordenação permite o acesso à informação, reduz os custos de transação e os riscos de não pagamento pelos intermediários, facilitando a aprendizagem coletiva em termos de construção da qualidade.

Ensinamentos em termos de análise e de apoio à decisão

Transformação da agricultura e dinâmicas de coordenação

Os dois casos oferecem exemplos da capacidade de recomposição da agricultura familiar nordestina frente às mudanças do contexto ou a novas oportunidades de desenvolvimento. Os processos de coordenação da ação coletiva permitem articular as escolhas técnicas às mudanças institucionais, assim como as estratégias individuais à ação pública.

Nos perímetros irrigados do São Francisco, apesar das tentativas de impor um modelo único (cooperativa ou distrito), a diversidade de origens e de situações iniciais dos produtores levou a trajetórias individuais e coletivas múltiplas e à evolução paralela de vários modos de coordenação: integração industrial, associações de produtores, grupos informais de pequenos produtores.

No caso de Massaroca, a criação de associações corresponde a uma modernização das formas de reciprocidade camponesa, num contexto novo, destinado a permitir e a tornar legítimas face à administração e à sociedade global práticas de redistribuição comunitária dos recursos naturais. Mas a coordenação não se realiza exclusivamente via estruturas jurídicas formais, constrói-se também através de relações informais de proximidade. Em Massaroca é o caso da comunidade, do mutirão (ajuda mútua) e das trocas de trabalho; nos perímetros ela realiza-se através da comercialização em comum, através de redes informais dos pequenos irrigantes familiares (Sabourin *et al*, 1996 b).

Pode-se ainda observar uma complementaridade entre instituições camponesas e organizações "modernas" profissionais em Massaroca e, em menor grau, nos perímetros irrigados, atribuída à reinstalação recente de produtores de diversas origens: camponesa, rural (artesãos) ou urbana (comerciantes, técnicos, profissionais liberais).

Conseqüências em termos de análise e apoio à decisão

Considerar as dinâmicas e formas de coordenação permite considerar os pontos de estrangulamento no processo de organização dos produtores, formulando propostas em termos de apoio à decisão coletiva.

As dificuldades climáticas levaram os produtores de Massaroca a reduzir

o tamanho de seus rebanhos e a procurar uma melhor valorização econômica dos animais. Isto repercutiu em duas linhas de ação do Comitê de Associações de Massaroca. De um lado, o Comitê abriu uma linha de crédito e subsídios para financiar investimentos coletivos nas comunidades. Várias comunidades optaram pela valorização do fundo de pasto: recursos hídricos ou cercamento da área comunitária. Por outro lado, o CAAM promoveu estudos de mercado e projetos de processamento artesanal ou semi-industrial da carne caprina e ovina. Essas duas ações tiveram desdobramentos sobre a estratégia de cooperação do CAAM e das associações. Motivados pelos créditos do PROCERA⁷ e do Banco do Nordeste, passaram a articular-se com outras organizações ao nível regional e estadual, no intuito de viabilizar projetos de maior porte, como matadouros, frigoríficos ou unidades de processamento.

Aparece assim, com a intensificação da integração ao mercado, uma tendência para a especialização das funções das organizações de produtores familiares. Uma das novas comissões permanentes do Comitê de Massaroca, por exemplo, trata da "gestão dos equipamentos coletivos" e procura estabelecer um sistema de gestão e contabilidade para regulamentar a administração do caminhão e do trator adquiridos com crédito coletivo. Estas formas de "burocratização" e especialização concentram-se em torno de funções chave: acesso ao crédito, políticas de comercialização, informação sobre preços e mercado (no caso dos ovinos e caprinos em Massaroca).

Podemos observar um processo semelhante nos perímetros com relação à fruticultura irrigada. Neste caso, a tomada de decisão e ação coletiva resultam da formulação e implementação de regras comuns. Estas "ações em comum" vão se implementando a partir de representações comuns, que por sua vez são construídas pela socialização de informações já disponíveis e elementares. O apoio à tomada de decisão coletiva passa pelo acesso, pela criação e pelo controle destas informações, tais como custos de gestão dos perímetros e rede hidráulica, cálculo do custo da água, variação dos preços dos produtos no mercado, etc.

Face à complexidade de um perímetro irrigado⁸, a proposta da pesquisa para os usuários e gestores foi a construção de um sistema de monitoramento e avaliação interativo⁹. Tal instrumento deve facilitar a representação do funcionamento global do perímetro, a definição de estratégias, a hierarquização dos problemas e a identificação das soluções mais adequadas. O sistema de informação é construído a partir da identificação e do levantamento de

⁷ Programa de crédito específico para as áreas de reforma agrária.

⁸ Os trabalhos tradicionais de ajuda à decisão situam-se no nível da empresa ou da unidade de produção, apoiando as decisões individuais (Sebillotte, 1990; Sebillotte & Soler, 1990). Num perímetro irrigado, a interdependência entre decisão individual e coletiva define ferramentas complexas de ajuda à tomada de decisão, integrando vários níveis de análise. Este é o objetivo de ferramentas de simulação e de "modelização multi-agente" (Vriend, 1994), mas estas ferramentas exigem uma análise fina do funcionamento dos vários componentes e atores do perímetro e suas representações de forma sistêmica (Attonaty & Pasquier, 1995).

⁹ Um Sistema de Informação Geográfico (SIG) permite a elaboração de um sistema participativo de gestão, facilitando a atualização e a utilização das informações.

indicadores comuns, mesuráveis e entendidos pelo conjunto dos atores. Permite a "descrição do funcionamento do perímetro, mas também avaliar as suas tendências de evolução e os seus limites de exploração" (Lidon, 1998). Um trabalho qualitativo prévio de identificação das redes de proximidade ou organizacionais, das práticas de coordenação e dos sistemas informativos preexistentes está na base da implantação de qualquer dispositivo novo.

O apoio à tomada de decisão baseada na negociação e na discussão de regras comuns, a partir das representações de cada grupo de atores, tem sentido e eficiência na medida em que existem as condições de diálogo. Assim, a geração e a socialização de informações aparece como base da coordenação das ações individuais com os objetivos comuns e da articulação entre escolhas técnicas e mudanças institucionais.

Conclusão

Os dois casos confirmam a relativa flexibilidade e capacidade de adaptação das agriculturas familiares, assim como a fragilidade de sistemas de produção submetidos a altos riscos: climáticos em Massaroca, mercadológicos para os perímetros irrigados. Novas formas de coordenação são construídas sem que as anteriores desapareçam. Existe, ao mesmo tempo, uma institucionalização dos modelos de organização dos produtores e uma complementaridade entre as instituições tradicionais baseadas em relações interpessoais e as organizações recentes, mais formalizadas e burocráticas.

Os dois exemplos mostram o interesse da análise das evoluções das formas de coordenação da ação coletiva entre agricultores familiares. Essa abordagem considera os imperativos sociais e as limitações específicas das lógicas técnicas e econômicas da agricultura familiar, permitindo abordar a relação entre a diversidade dos sistemas de produção e a diversidade das formas de articulação aos vários segmentos de mercados.

Uma avaliação das formas de coordenação e das relações entre práticas de redistribuição e de reciprocidade ou formas de intercâmbio e de concorrência permite esclarecer as estratégias coletivas. Essa análise qualifica os canais e os vetores dessas relações: parentesco, redes de proximidade ou organizacionais, especialização produtiva ou setorial, organizações profissionais locais ou por cadeia produtiva. Estas formas de organização, formalizadas ou não, constituem a base para a implementação ou estímulo de ferramentas de apoio à tomada de decisão coletiva, seja como sistemas de informação, sobre preços e mercados, por exemplo, ou através de estruturas ou formas de organização adaptadas ao manejo e à gestão dos bens comuns. Enfim, considerar as dinâmicas de tomada de decisão coletiva permite associar trajetórias de inovação técnica e organizacional, trajetórias de acumulação e evolução das formas de integração ao mercado, fundamentais para a caracterização dos processos de recomposição das sociedades rurais.

Referências bibliográficas

- ATTONATY, J.M. & PASQUIER, G. "Les modèles multi-acteurs: une voie à explorer pour améliorer l'aide à la décision individuelle". In: 43rd EAAE Seminar - Farmers in a New Perspective. Woudschoten - Netherlands, 1995, 11 p. Trabalho não publicado.

- BECATTINI, G. "Il distretto industriale marshalliano come concetto socioeconomico". In: BECCATINI, G.; SEGENBERGER, W. & PYKE, F. (ed.). *Distretti industriali e cooperazione tra imprese in Italia*. Firenze: Banca di Toscana, 1991, pp.51-65.
- CARON, P. *Espaces, élevage et dynamique du changement: Analyse, niveaux d'organisation et action. Le cas du Nordeste semi-aride du Brésil*. Nanterre: Université de Paris X, 1998 (Thèse du doctorat).
- CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. *Produção Agrícola de 1997*. Brasília: Codevasf, 1988.
- GARCEZ, A. N. *Fundo de pasto: um projeto de vida sertanejo*. Salvador: INTERBA, CAR, SEPLAN, 1987.
- HARDIN, G. "The tragedy of the commons". *Science*, n. 162, 1968, pp. 1243-1248.
- LIDON, B. "Identification d'un projet d'appui à la gestion des périmètres irrigués collectifs de la moyenne vallée du São Francisco - description de la mission". Montpellier: Cirad-CA, 1998. Trabalho não publicado.
- LINCK, T. "Du territoire produit au développement construit". Toulouse: Université Toulouse le Mirail, 1998. Trabalho não publicado.
- MARINOZZI, G. "La coordinación de los productores agrícolas peri-urbanos para la comercialización de los productos: el caso de Petrolina - PE (Brasil)". In: LUZÓN, J. L. & LINK, T. (ed.). *Regadío y desarrollo en las regiones semiáridas latinoamericanas*. Tarragona: s.r., 1997, pp. 59-66.
- OSTROM, E. *Crafting institutions for self-governing irrigation systems*. San Francisco: Institute for Contemporary Studies Press, 1992.
- OSTROM, V. & OSTROM, E. "Public goods and public choices". In: SAVAS, E. S. (ed.). *Alternatives for delivering public service: toward improved performance*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1978, pp. 07-49.
- OSTROM, E. "Une analyse institutionnelle des modes de gestion des ressources communes. La gestion par les usagers est-elle possible?". In: GRIFFON, M. (ed.). *Economie institutionnelle et agriculture - Actes du XIIIème séminaire d'économie rurale*. Montpellier: CIRAD, 1992.
- PECQUEUR, B. "Territorialisation et qualification territoriale: le produit et les producteur". *Actes du séminaire 'Qualification des Produits et des Territoire'*. Toulouse: INRA, 1995.
- SABOURIN, E.; TONNEAU, J. P. & CARON P. "Seu Néné, leader paysan à Massaroca (Bahia): une trajectoire nordestine". *Cahiers APAD*, n. 11, 1996, pp. 102-107.
- _____. "Farmer's organizations and access to innovations: pathways of socio-economic change in Massaroca (Bahia State, Brazil)". In: *XIVth International Symposium on Sustainable Farming Systems*. Colombo, Sri Lanka: AFSR/E, 1996.
- SABOURIN, E.; CARON, P. & SILVA, P. C. G. da. "Enjeux fonciers et gestion des communs dans le Nordeste du Brésil: le cas des vâines pâtures dans la région de Massaroca - Bahia". *Cahiers de la Recherche-Développement*, n. 42, 1997, pp. 05-27.
- SEBILLOTTE, M. "Deuxième partie: conséquences pour les démarches d'aide à la décision". In: BROSSIER, J.; VISSAC, B. & LE MOIGNE, J. L. (eds.). *Modélisation systémique et système agraire*. Paris: INRA, 1990, pp. 103-117.
- SEBILLOTTE, M. & SOLER, L. G. "Les processus de décision des agriculteurs - Première partie: acquis et questions vives". In: BROSSIER, J.; VISSAC, B. & LE MOIGNE, J. L. (eds.). *Modélisation systémique et système agraire*. Paris: INRA, 1990, pp. 93-101.
- WEBER, J. "Gestion des ressources renouvelables: fondements théoriques d'un programme de recherche". Paris: CIRAD/GREEN, 1995. Trabalho não publicado.

- WEBER, J. & REVERET, J. P. "Biens communs: les leurres de la privatisation". *Le Monde Diplomatique - Savoirs*, n. 2, 1993, pp. 71-73.
- VRIEND, N. "Artificial Intelligence and economic theory". In: HILLEBRAND & STEINER (eds.). *Many-Agent simulation and artificial life*. San Francisco: IOS Press, 1994.

RESUMO**RECOMPOSIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E COORDENAÇÃO DOS PRODUTORES PARA A GESTÃO DE BENS COMUNS NO NORDESTE BRASILEIRO**

O artigo apresenta algumas reflexões sobre a coordenação da ação coletiva para a produção e a gestão de bens comuns no marco das atividades agropecuárias do semi-árido nordestino. O trabalho trata da evolução do manejo das pastagens comunitárias nas áreas de sequeiro do nordeste do Estado da Bahia (onde são chamadas de Fundo de Pasto) e da coordenação entre os produtores para a comercialização dos produtos dos perímetros de irrigação de Juazeiro - BA e Petrolina - PE. O estudo das dinâmicas de adaptação dos sistemas de agricultura familiar permite entender como a coordenação dos produtores pode contribuir para a reprodução das unidades agropecuárias familiares num contexto de fortes recomposições técnicas, econômicas e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; Bem Comum; Ação Coletiva; Coordenação; Brasil, Nordeste.

RÉSUMÉ**RECOMPOSITION DE L'AGRICULTURE FAMILIALE ET COORDINATION DES PRODUCTEURS POUR L'ADMINISTRATION DE MARCHANDISES COMMUNES DANS LE NORD-EST BRÉSILIEN**

L'article présente une réflexion sur la coordination de l'action collective pour la production et gestion de biens communs dans le cadre de l'agriculture du nord-est brésilien semi-aride. Le travail traite de l'évolution de la gestion des vaines pâtures dans les zones d'élevage du Sertão du nord-est de l'Etat de Bahia (les *Fundo de Pasto*) et de la coordination entre producteurs pour la commercialisation des produits dans les périmètres irrigués de Juazeiro (Bahia) et Petrolina (Pernambuco). L'analyse des dynamiques d'adaptation de ces divers systèmes d'agriculture familiale permet de comprendre comment la coordination entre agriculteurs peut contribuer à la reproduction des exploitations familiales dans un contexte de fortes recompositions techniques, économiques et sociales.

MOTS-CLÉS: Agriculture Familiale; Bien Commun; Action Collective; Coordination; Brésil; Nord-est Brésilien.

DRAMAS CLIMÁTICOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL: A RELAÇÃO ENTRE O RITMO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS - DIAS DE TRABALHO E DESCANSO - E O CLIMA URBANO

Tarik Rezende de Azevedo¹

Introdução

Qualquer observador medianamente atento aos noticiários veiculados por diversos tipos de mídia terá notado o imenso lugar que neles ocupam os fenômenos climáticos, especialmente inundações e secas, e seu imenso cortejo de dramáticas conseqüências sociais, econômicas e políticas, especialmente nas grandes concentrações urbanas. Menos evidente, mas não menos freqüente, é o debate entre as vítimas das conseqüências desses eventos - seja do desmoronamento de barracos precariamente construídos em encostas ou à margem de cursos d'água, seja de uma crise energética de dimensões nacionais - os Movimentos Sociais populares e outros atores que representam a cidadania, os técnicos e os políticos a respeito das causas de tais catástrofes e das possibilidades e responsabilidades quanto a seu controle.

Cabe sempre recolocar a pergunta: fenômenos climáticos são apenas da alçada da Geografia e da Meteorologia ou interessam também à Sociologia, à Economia, à Política; dependem apenas da Natureza, de Deus, ou são passíveis de algum grau de controle humano? É o que tratamos de fazer neste artigo, subsidiado por nossa pesquisa no campo específico das variações climáticas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)².

Muitas vezes trata-se da atmosfera e de seus processos e eventos significativos para as atividades humanas como submetidos a vicissitudes que estão além do controle humano, pois estariam além das possibilidades de compreensão e/ ou intervenção humana. A decorrência dessa maneira de ver é que a falta ou excesso de chuva, por exemplo, tenda a ser, sinceramente, encarada pelo povo e, talvez maliciosamente, tratada por aqueles que detêm poder e responsabilidade política e econômica como simples fatalidade. No entanto, a perspectiva da intervenção nos processos atmosféricos lentamente tem se desenvolvido ao longo das últimas décadas. Sobretudo porque crescem as evidências, em diversas escalas, de que a atividade humana altera os processos atmosféricos e o clima, mesmo que de forma acidental. As áreas de grande concentração urbana, são, provavelmente, o objeto mais susceptível à intervenção deliberada sobre o clima de forma "racionalizada" e/ ou, ao menos, à apropriação ativa para além da escala microscópica de cada uma das edificações

¹ Doutor em Geografia, pesquisador do Laboratório de Climatologia e Biogeografia e professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

² Agradecemos ao Prof. Dr. José Roberto Tarifa, Coordenador do Laboratório de Climatologia e Biogeografia do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, por sugestões e críticas oportunas.

em si.

A questão cresce em importância se a olhamos do ponto de vista das iniquidades sociais. O universo conhecido de relações desiguais de acesso aos frutos do trabalho humano é vasto e, entre eles, já se reconhecem vários exemplos relacionados à atmosfera e ao clima urbano (Tarifa & Armani, 2001). Este trabalho introduz um exemplo dos mais perversos: no caso da RMSP, a população que habita os fundos de vale, sobretudo as margens dos cursos de água, é constituída majoritariamente por famílias de baixa renda. São, quase sempre, áreas públicas ocupadas por favelas em resposta ao fato de que, sendo a terra reserva de valor no Brasil, o acesso à propriedade é extremamente restrito. Assim, a metrópole com fração considerável da área urbana dedicada à especulação imobiliária e sem uso efetivo, não disponibiliza senão as margens dos córregos a uma fração considerável de sua população. Córregos que recebem direta e indiretamente a quase totalidade do esgoto produzido pela cidade.

Pois bem, este trabalho sugere que a intensificação das chuvas da tarde e início da noite seja derivada diretamente da introdução de montantes expressivos de energia e poluentes na atmosfera, de maneira socialmente desigual, pela própria população. Apresenta resultados de nossa pesquisa que indica fortemente que no caso da RMSP, hoje, a fração majoritária da poluição atmosférica e do calor dissipado provém dos veículos automotores. Assim, de forma simplista, a principal "causa" da intensificação da chuva é o incremento e adensamento de automóveis em circulação. Esta mercadoria é usufruída justamente pela fração da população que não habita as favelas de fundo de vale. Assim, milhares de crianças de famílias que consomem fração proporcionalmente ínfima de energia e geram fração ainda mais desprezível dos poluentes atmosféricos, adoecem todos os anos quando a água invade suas casas. Outras crianças, porém, justamente aquelas que pertencem às das famílias que geram uma maior quantidade de poluição, embora às vezes estejam presas nos congestionamentos, freqüentemente estão protegidas pelo vidros do carro equipado com ar condicionado, e certamente estão protegidas do contato com os esgotos; ao chegar em casa não percebem que o fato da mesma ainda estar lá é quase um privilégio.

A cidade produz - em parte - seu clima

Os grandes aglomerados urbanos destacam-se enquanto objeto privilegiado no estudo geográfico do clima. O caráter intensivo da intervenção humana proporciona contrastes espaciais mais discerníveis e maior possibilidade de identificação segura do papel da atividade humana no clima. Por outro lado, o tamanho da população é a própria medida da importância de eventual impacto advindo das alterações impostas ao sistema climático local. A poluição atmosférica, por exemplo, tende a ser tão maior quanto a população de cada área urbana, ao menos no Brasil. Sendo esta mesma população a mais atingida pela poluição que produz, justifica-se a investigação sistemática dos processos que geram e redistribuem os poluentes.

Em nossa pesquisa, estabelecemos uma estimativa do montante de energia dissipada direta e indiretamente pela biomassa e atividades humanas na RMSP em cada um dos anos das últimas décadas e a comparamos com a estimativa

da média anual do montante de radiação solar global ao nível do solo na mancha urbana, concluindo que os montantes são comparáveis numa mesma escala decimal de magnitude, e que esse montante de energia adicional deve ser significativo nos processos que caracterizam o clima urbano da RMSPP (Azevedo, 2001 a).

Passamos, então a trabalhar com o conceito de ritmo semanal das atividades humanas como instrumento para investigação do papel da energia dissipada direta e indiretamente pela biomassa e atividades humanas e adicionada ao sistema climático, distinguindo-a dos fluxos de energia que seriam derivados das propriedades dos materiais dos elementos construtivos da área urbana sob os ritmos diário e anual da radiação solar e o ritmo dos tipos de tempo associado à circulação secundária. Agregando registros meteorológicos horários de São Paulo, desde 1990, constatou-se que os valores médios e extremos tendem a apresentar variação significativa em função do dia da semana. A temperatura do ar, por exemplo, tendeu a ser significativamente maior em direção à quarta-feira, o mesmo ocorrendo com a chuva no período da tarde e início da noite (Azevedo, 2001 b; Azevedo & Tarifa, 2001).

A partir desses dados, podemos argumentar que:

“As atividades humanas apresentam múltiplos e variados ritmos, no entanto, o ritmo da semana de trabalho ocidental é, sem dúvida, o mais marcante de todos nas áreas urbanas. Este ritmo é completamente arbitrário em relação aos ritmos astronômicos e em relação à circulação secundária, o que faz do mesmo conveniente para a investigação do papel das atividades humanas no sistema climático. A semana regular de trabalho é marcada pelo dia de menor atividade urbana, ou seja, o domingo. No entanto, os outros dias da semana nem sempre são dias ‘úteis’. Ao longo de vários anos, a probabilidade dos feriados ocorrerem em qualquer dia da semana é praticamente constante, exceção as datas móveis (Páscoa e Carnaval). Mas, como existe o hábito das ‘pontes’, a quarta-feira é o dia da semana em que se acumula mais dias ‘úteis’.” (Azevedo & Tarifa, 2001)

No entanto, a justificativa apontada por estes autores é hipotética. O fato de uma hipótese parecer lógica não faz da mesma automaticamente verdadeira. No mesmo trabalho (Azevedo & Tarifa, 2001) pergunta-se: *“Qual foi a real distribuição dos dias ‘úteis’ e feriados nas últimas décadas? Proceda a hipótese de que haja mais dias úteis às quartas-feiras ao longo de alguns anos?”*

Neste trabalho, então, procuramos: (1) verificar se realmente ocorreram mais dias úteis às quartas-feiras e progressivamente menos em direção às segundas e sextas, no século XX e nos períodos estudados nos trabalhos anteriores (Op. cit.); (2) testar se agregados os mesmos registros meteorológicos, contrapondo dias de trabalho e descanso, há variação significativa e coerente com a hipótese de que nos dias de trabalho os fluxos de poluentes e calor antropogênicos são significativamente mais intensos.

Optamos por expor aqui, detalhadamente, os conceitos, convenções e critérios lógicos usados para classificar os dias para, por um lado, evidenciar o caráter histórico dos calendários e ritmos de atividade humana e sua

controlabilidade, e, por outro lado, facilitar a avaliação crítica do procedimento por nós empregado e sua eventual aplicação por outros.

A Humanidade cria seus ritmos - Conceitos, critérios e procedimentos

O calendário convencional como representação simplificada dos ritmos astronômicos

Na maior parte do mundo, inclusive no Brasil, se adota oficialmente o Calendário Gregoriano, instituído em 1582 em parte da Europa. Progressivamente foi adotado e/ ou imposto no resto da Europa e colônias, e, nos dois últimos séculos no resto do mundo. Com a disseminação dos microcomputadores pessoais e a conexão progressiva de todos os lugares em uma rede unificada de telecomunicação em tempo real, sobretudo como condição para as operações comerciais, nos parece ser razoável imaginar que, durante este século, tornar-se-á o padrão de referência de todos os seres humanos. De forma genérica e simplista dir-se-ia que constitui um aspecto sutil dos processos de homogeneização cultural embutidos na globalização de e para os mercados. Este processo de unificação dos calendários iniciou-se muito tempo antes, durante a consolidação do Império Romano e é fruto de invenção humana, e não apenas de submissão a determinações naturais e astronômicas.

Porque o ano solar, ou ano sideral, não é múltiplo exato da duração dos dias solares, e menos ainda o ciclo lunar, os calendários desenvolvidos por diferentes culturas em diferentes épocas, adotaram expedientes convencionais para ajustar o resíduo entre o número exato de ciclos diários ou lunares e um número inteiro, variando a duração do ano convencional (ano calendário). No entanto, o resíduo de tempo para adoção do ciclo lunar como unidade de contagem do tempo implica necessariamente em uma variação muito maior na duração dos anos calendários que a adoção do ciclo diário.

O Calendário Gregoriano baseia-se no ciclo diário e implica em apenas dois tipos muito simples de correção. Os anos cuja divisão por quatro é exata são chamados anos bissextos e têm 366 dias enquanto os outros anos têm 365 dias. Compensa-se, desta forma, o fato do ano de 365 dias atrasar aproximadamente $\frac{1}{4}$ de dia em relação ao ano solar. Foi, por exemplo, o caso de 1996, um ano bissexto. Os anos cuja divisão por 100 é exata, ao invés de terem 366 dias, como indica a primeira regra de correção, devem ter 365 dias, a não ser aqueles que sejam múltiplos exatos de 400. Isto compensa, em parte, o fato do quadriênio do Calendário Gregoriano avançar aproximadamente $\frac{1}{32}$ dia em relação ao quadriênio solar. O ano 2000, por exemplo, foi bissexto. Finalmente, há um terceiro ajuste determinado posteriormente com o aumento da precisão das medidas astronômicas, que ainda não foi aplicado. Consiste na supressão de um ano bissexto da segunda regra a cada 4000 anos, para compensar o fato de que, mesmo com as correções anteriores, o Calendário Gregoriano avança pouco mais que um dia em 4 milênios solares. No caso deste trabalho, apenas a primeira convenção é significativa pois quase todos os registros meteorológicos do Brasil se referem a uma seqüência de anos bissextos

sem a ocorrência do previsto na segunda convenção ³.

A divisão do ano calendário em doze meses é uma reminiscência do calendário lunar. Neste, é adotado o mês sinódico que corresponde ao período aparente de revolução da lua em torno da Terra em relação ao sol, aproximadamente 29 dias e meio, caso do calendário judaico e do calendário muçulmano. No entanto, os anos calendário compostos por números inteiros de meses sinódicos resultam em progressiva e significativa defasagem em relação ao ano sinódico, e conseqüentemente ao ritmo climático anual. Isto cria dificuldade ao homem comum em relacionar o calendário lunar ao calendário da atividade agrícola.

No Calendário Gregoriano, o resíduo dos doze meses sinódicos em relação ao ano solar foi distribuído dentre os meses, desvinculando a duração do mês convencional do mês sinódico, tradição herdada do calendário Juliano. Donde se pode concluir que os meses do ano calendário, de fato, são períodos de duração arbitrária em relação aos ritmos astronômicos e também dos ritmos climáticos destes derivados. Para os objetivos deste trabalho, importa mesmo o fato do dia a mais dos anos bissextos consistir num vigésimo nono dia no segundo mês, que nos outros anos tem 28 dias.

A semana ocidental de trabalho tem sete dias e, por convenção, inicia-se no domingo. Foi adotada oficialmente pelo império Romano no século I, mas tem origem remota na região da Mesopotâmia. Provavelmente originou-se da representação simplificada do mês sinódico, que, grosseiramente, pode ser arredondado de 29 dias e meio para 28 dias, já que o que marcava a passagem do mês eram as "fases" da Lua. Mesmo arredondando para 29, ainda é difícil a referência a partes do mês em números inteiros pois é um número primo. Considere-se que este padrão surgiu em diversas culturas em momentos diferentes, mas quase sempre antes do surgimento da representação matemática formal. Não existiam os números fracionários na Mesopotâmia há cinco mil anos. As semanas eram, na origem, uma forma simples de referir-se em que quarto do mês sinódico, ou em que "fase" estava a Lua, por pessoas comuns que usavam apenas os números inteiros. E, de fato, o "atraso" da posição da Lua, tal como observada a olho nu, em relação ao período de vinte oito dias só é evidenciado quando esta defasagem é acumulada ao longo de vários meses sinódicos.

Os Gregos, antes da ocupação romana, alternavam meses de 29 e 30 dias o que leva a crer que não se referiam ao ciclo lunar em "quartos". Os romanos por sua vez, adotavam um calendário de 10 meses de 29 e 31 dias, posteriormente modificado pelo acréscimo de mais dois meses, Janeiro e Fevereiro com 29 e 28 dias e do décimo terceiro mês com 22 ou 23 dias a cada dois anos. Júlio César instituiu o fim do décimo terceiro mês redistribuindo-o ao longo dos outros

³ Deve-se lembrar apenas que, nos raros casos em que houve registro meteorológico no ano 1900 no Brasil, este não foi bissexto. Além disto, neste mesmo ano ocorreram pequenas correções no sistema de horário universal, ou seja, todos os relógios foram ajustados para compensar pequenas diferenças que haviam sido acumuladas entre a contagem de horas convencional e a duração média do dia solar, determinado com precisão progressiva.

doze.

No Calendário Revolucionário Francês, o arredondamento do mês lunar foi feito para 30 dias, o que resultava em 12 meses iguais mais cinco ou seis dias especiais no final de cada ano. Os nomes dos meses eram relacionados a fatos recorrentes ou marcantes do ritmo climático e do calendário agrícola anual. Assim, o Brumário era o mês das brumas (neblina, fim do outono), Germinal era o mês em que germinavam as sementes e brotavam as árvores (início da primavera), etc. Não havia semanas mas, sim, três décadas por mês. Poucos anos depois, Napoleão I restabeleceu o Calendário Gregoriano.

Fica, portanto, esclarecido que, de fato, a semana de trabalho ocidental tem duração arbitrária em relação aos ritmos astronômicos e em relação aos ritmos climáticos a eles relacionados e que sua permanência é de caráter histórico e cultural o que significa, evidentemente, a possibilidade de modificá-la a partir de acordos sociais.

As datas comemorativas, os dias feriados e as "pontes"

O hábito de contar a passagem do tempo e de marcar e comemorar periodicamente eventos significativos remonta à pré-história. Provavelmente, a sucessão das estações do ano e dos ciclos lunares devem ter sido os padrões de contagem do tempo com maior duração desde a pré-história. Estes padrões podem ser encontrados em culturas remanescentes ainda hoje. Consiste, por exemplo, em indicar a idade de uma pessoa em tantas luas ou tantas primaveras. A agricultura implica, na maior parte dos casos, na necessidade de algum tipo de planejamento do preparo do solo e da sementeira; num calendário agrícola. Todos os povos antigos que desenvolveram calendário baseado no ano solar, eram sedentários e tinham economia baseada na produção de excedente agrícola.

A repetição de datas, ou a alusão a eventos passados, é sempre uma comparação com um período de referência convencional e, portanto, tem um caráter arbitrário, inclusive no Calendário Gregoriano. Por exemplo, os solstícios e equinócios não ocorrem em dias fixos já que o ajuste de algumas horas a cada quatro e cem anos faz com que o momento exato de cada um destes eventos oscile normalmente dentre três dias, o mesmo ocorrendo com o momento da passagem de uma constelação à outra do zodíaco. Some-se a isto a precessão dos equinócios, os quais adiantam em relação à esfera celeste num ciclo que se repete em milhares de anos. Um outro exemplo mais familiar; considere-se a data e hora de nascimento de uma pessoa num ano seguinte a um ano bissexto, sua idade, registrada de forma convencional nunca coincidiria com a idade contada de forma astronômica. Por isto é que normalmente diz-se que *se comemora* em 25 de dezembro o nascimento de Jesus de Nazaré e não que ele tenha *nascido*, de fato, nesta data. Se considerássemos o ano solar do ponto de vista astronômico, a data teria variado centenas de vezes entre 22 e 28 de dezembro desde a adoção do Calendário Gregoriano.

O mesmo se aplica, portanto, às outras datas comemorativas fixas e ao momento de mudança de um ano convencional ao próximo. Não é fortuita esta discussão, pois esclarece que não há relação direta, e portanto não há determinação natural, entre a ocorrência de eventuais fatos astronômicos periódicos, e certas datas comemorativas em dias fixos que implicam em redução

significativa das atividades humanas, sobretudo no caso da RMSP.

Há também que considerar que as datas comemorativas oficiais são criadas a partir de um determinado ano, por exemplo: o dia 12 de outubro só foi instituído, como feriado nacional no Brasil, depois de 1980, embora por tradição se comemorasse muito antes a data da "aparição" de Nossa Senhora, sobretudo no Centro-Sul; o feriado de primeiro de janeiro, recente, já existia nos séculos passados como dia santo católico. Por outro lado, certas datas religiosas foram importantes no século XIX e progressivamente entraram em desuso no século XX, sobretudo nas áreas urbanas, como as "festas juninas": "São Pedro", "Santo Antônio" e "São João" ⁴.

Existem, no entanto, datas comemorativas móveis. Na época da instituição do Calendário Gregoriano, o "calendário pagão" europeu era um calendário em parte lunar e em parte solar. Certas festas "pagãs" dependiam das luas e outras dos solstícios e equinócios. A Igreja Católica impunha um período mínimo de dias de autocomiseração física e purificação espiritual antes da Páscoa, em que não poderiam ocorrer estas festividades "pagãs". No entanto, havia um conflito causado pelo atraso progressivo do calendário Juliano em relação aos solstícios e equinócios o que, no final da Idade Média tornava difícil a ocorrência da "Festa da Carne" (carnaval) antes da Páscoa num mesmo ano. Em parte, este foi o motivo da adoção do novo calendário e da segunda regra de correção secular. Por tradição, pelo conflito com as festas pagãs e pela herança do calendário judaico no surgimento do cristianismo, a Páscoa, no final da idade média, foi, como ainda é, definida como o primeiro domingo depois da lua cheia que se segue ao equinócio de março. No entanto, o período entre duas luas cheias adotado na contagem eclesiástica não corresponde ao mês sinódico para evitar que a data da Páscoa católica coincida com a data da Páscoa Judia. O que é um método bizarro de determinação de data comemorativa pois não encontra similares em qualquer outra cultura ou civilização. Só pode ser compreendido enquanto produto histórico. A "Sexta-Feira Santa", o dia de "Corpus Christi" e o dia do Carnaval são determinados a partir do dia da Páscoa⁵.

Estas quatro datas são importantes na investigação proposta neste trabalho pois implicam num tratamento distinto daquele das datas comemorativas fixas. Além disto, sendo o Brasil país majoritariamente católico, estas datas implicam hoje, mais por tradição do que por devoção, em dias de descanso generalizado na RMSP. Não é possível calcular estas datas através de algoritmo com poucas regras. No entanto, pelo fato de sempre caírem em dias fixos da semana, é possível deduzi-los com simplicidade do número de dias úteis por dia da semana em cada ano. No entanto, para determinar com exatidão em que dia de cada um dos anos passados ocorreram é mais simples recorrer a uma coleção de calendários daqueles anos do que calcular (Tabela 02).

⁴ Neste trabalho, desconsideraram-se estas datas neste trabalho, pois não foi possível, por ora, determinar a partir de quando deixou de implicar em redução significativa das atividades urbanas da RMSP. O prejuízo concorre no sentido contrário ao da hipótese.

⁵ Agradecemos ao historiador Jair Mongelli Jr., chefe do Arquivo da Cúria de São Paulo, pelas datas das Páscoas do Século XX e outras informações.

Dependendo da tradição cultural de cada país - ou região - existe, com maior ou menor intensidade, o hábito de emendar o período de "não trabalho" desde algumas datas comemorativas ao domingo e/ou sábado, principalmente quando há apenas um dia intercalado. São, no Brasil, chamados "pontes" e, na RMSP, ocorrem apenas em feriados nacionais. As pontes passaram a ser mais freqüentes e mais significativas, sobretudo nas áreas urbanas, durante a última metade do século XX. Provavelmente devido à redução da influência do catolicismo, ao aumento da mobilidade relacionada à disseminação crescente do uso do automóvel e do hábito de abandonar a mancha urbana por alguns dias, procurando descanso em outras localidades. As "pontes" são fundamentais neste trabalho pois, a princípio, ocorrem nas segundas e sextas feiras. Além da redução dos montantes de energia e poluentes dissipados pela população pela conjunção de um período de "ócio" generalizado, muitas vezes parcela significativa da mesma abandona a mancha urbana da RMSP, sobretudo em condições de "bom tempo" meteorológico ⁶.

A maior parte dos municípios da RMSP tem um dia comemorativo próprio, relacionado à data de sua criação ou emancipação, à fundação do núcleo urbano original ou a um "Santo Padroeiro". Considerou-se que, neste caso, é significativo apenas o dia 25 de Janeiro, data em que se comemora a Fundação de São Paulo. Este município abriga a maior parte da população e dos estabelecimentos geradores de emprego e renda da RMSP. Presumimos que os outros feriados municipais não sejam capazes de gerar redução expressiva na atividade da metrópole. Normalmente o dia 25 de janeiro não é acompanhado de "pontes" ⁷.

Evidentemente, para cada localidade há que considerar fatores distintos que implicam em ritmos distintos da atividade urbana. No caso da RMSP, porém,

⁶ Durante o Governo José Sarney houve a tentativa de mobilizar os dias feriados que caíssem nas terças e quintas-feiras para segundas e sextas evitando a prática das "pontes". O expediente foi aplicado apenas num ano e depois abandonado, sobretudo porque são feriados religiosos e/ou são feriados também na maior parte dos países do mundo. Desconsiderou-se este detalhe neste trabalho, o prejuízo é no sentido contrário ao da hipótese.

⁷ Há ainda dias específicos em que foi decretado feriado por motivos diversos, mas sempre uma única vez. Por exemplo, no dia seguinte ao Golpe Militar de 1964 ou dias de luto oficial. Desconsiderou-se estes dias que implicariam em pesquisa exaustiva sobre documentação histórica e/ou jornais de época, já que, sua falta concorre no sentido contrário ao da hipótese. Haveria ainda, numa análise mais detalhada, dias em que há redução significativa das atividades urbanas por motivos culturais absolutamente desvinculados do calendário oficial ou religioso. Por exemplo nos dias de jogos da seleção brasileira de futebol, sobretudo nas décadas de setenta e oitenta. Evidentemente, a reconstituição destas datas só é possível mediante pesquisa detalhada da documentação histórica. Possivelmente tenham sido dezenas de dias ao longo do século XX. A falta, novamente, concorre contra a hipótese. Por outro lado, em outras áreas urbanas, que não a da RMSP, deve haver o caso inverso, ou seja, dias ou períodos em que há um aumento expressivo da atividade urbana e da energia dissipada em determinados feriados ou no período de férias escolares, como nos Carnaval, ou nos "Carnavais fora de época".

e certamente de outras áreas urbanas, o ritmo de trabalho e descanso generalizado é o que marca o ritmo do fluxo de poluentes atmosféricos e do fluxo global de energia dissipada pelas atividades humanas.

Classificação dos dias em "úteis" e "não úteis"

Considerou-se que os dias "úteis" sejam dias de trabalho para a maior parte da população urbana e que os "não úteis" sejam dias de descanso ou "não trabalho" para a maior parte da população urbana. Certamente é uma simplificação grosseira da realidade, sobretudo quando consideramos o trabalho doméstico. No entanto, suficiente para a investigação preliminar da possível relação entre os processos da atmosfera urbana e o ritmo do trabalho de milhões de pessoas, termo constitutivo das grandes cidades. Sobretudo porque, em nossa pesquisa, o montante estimado de energia dissipada a partir dos veículos automotores, da atividade industrial, comércio e serviços corresponde a quase três quartos do total dissipado na RMSP por sua população (Azevedo, 2001 a).

Considerou-se que todos os sábados e domingos não são dias úteis. Mas, a rigor, não significa que os sábados sejam realmente dias de descanso generalizado. Esta é a primeira aproximação do problema. De fato, ao longo do século XX, este dia da semana foi progressivamente deixando de ser dia "útil" e/ou dia de trabalho. O sistema financeiro, bancos, e a maior parte dos estabelecimentos públicos atualmente não funcionam neste dia na RMSP. Até a década de cinquenta, a maior parte das escolas funcionava. No comércio varejista, predomina o meio-dia de trabalho. A adoção de indicadores de intensidade da atividade urbana, no futuro, permitirá distinguir melhor os sábados dos domingos.

Considerou-se que as datas comemorativas nas quais há redução significativa da atividade urbana na RMSP, vista sob o prisma energético, ou dias de descanso generalizado, sejam os da tabela 01. Considerou-se que em todos os anos tenha ocorrido "ponte" na sexta-feira, se esta é o dia subsequente a um feriado, e na segunda-feira, se esta é o dia que antecede um feriado, embora, a rigor, só seja possível ter certeza disto recorrendo à documentação histórica, o que, por ora, não foi feito. O dia 25 de janeiro, fundação de São Paulo, foi considerado feriado dissociado de pontes.

Em síntese, os critérios adotados para separar os dias de um determinado período em dias de "trabalho" e "descanso" na RMSP, em ordem crescente de precedência, foram: (1) todos os dias são dias "úteis"; (2) todos os sábados e domingos são dias "não úteis"; (3) todas as datas da Tabela 01 e da Tabela 02 são dias "não úteis"; (4) todas as segundas-feiras que antecedem imediatamente as datas do critério três e todas sextas-feiras que sucedem imediatamente as datas do critério três são "pontes" de feriados, e portanto, são dias "não úteis"; (5) não se aplica o critério quatro no caso do dia 25 de Janeiro do critério três; (6) não se aplica o critério três no dia 1 de maio dos anos anteriores a 1937.

Em anexo, são apresentados dois programas em linguagem *Visual Basic* para o ambiente de "macros" da planilha *Microsoft Excel*. O primeiro programa gera uma planilha com o calendário desde 1º/ jan./ 1900 até 31/ dez./ 2010, com a referência do dia da semana. O segundo programa aplica o algoritmo do parágrafo anterior ao calendário gerado pelo primeiro programa. Ambos podem

ser facilmente alterados em função das peculiaridades de outros lugares ou dos dados meteorológicos eventualmente disponíveis.

Tabela 01
Dias feriados na Região Metropolitana de São Paulo

Data	Admite "ponte"?	Descrição
1º janeiro	sim	Dia da Confraternização Universal
21 de abril	sim	Dia de Tiradentes
1º de maio	sim	Dia Internacional do Trabalho
7 de setembro	sim	Proclamação da Independência
12 de outubro	sim	Dia da Padroeira do Brasil
2 de novembro	sim	Dia de Finados
15 de novembro	sim	Proclamação da República
25 de dezembro	sim	Natal
25 de janeiro	não	Fundação de São Paulo (feriado municipal)
45 dias antes da Páscoa	sim	Terça-Feira de Carnaval
2 dias antes da Páscoa	sim	Sexta-Feira Santa
Data Móvel (Tabela 02)	sim	Domingo de Páscoa
60 dias depois da Páscoa	sim	Dia de Corpus Christi (Quinta-Feira)

Registros meteorológicos

Para este trabalho, utilizamos os registros horários ininterruptos de temperatura do ar, velocidade do vento e precipitação atmosférica do período pioneiro de outubro de 1998 a novembro de 2000, da estação meteorológica experimental⁸ do Laboratório de Climatologia e Biogeografia do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo; e os registros horários de temperatura do ar, pressão e precipitação atmosférica da década de 90, da Estação Meteorológica da Água Funda⁹, no Parque do Estado, Zona Sul do Município de São Paulo, do Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo.

Todos os registros por horário foram agrupados em dias "úteis" e "não úteis" segundo os critérios expostos acima. Em seguida, obteve-se a média

⁸ Mantida desde meados de 1998: uma para fins didáticos, em curto prazo, e gerar séries de registro meteorológico para estudos climáticos em médio e longo prazo. Consiste numa estação meteorológica automática Campbell.

⁹ Em funcionamento ininterrupto desde 1933. Consiste em estação convencional que atende os critérios da Organização Meteorológica Mundial para ser considerada estação meteorológica padrão. Sua série de registros é reconhecida na literatura como detentora de qualidade e confiabilidade excepcionais (Santos, 1964).

aritmética simples por horário em cada grupo.

Embora o ritmo do trabalho fosse marcado pelo ritmo diário da insolação em sua origem, como de fato ainda o é para parcela expressiva da humanidade, no caso da RMSP a correspondência entre os dois não é mais imediata. O período

Tabela 02
Data das Páscoas de 1900 a 2002

Ano	Dia	Ano	Dia	Ano	Dia	Ano	Dia	Ano	Dia
1900	15/04	1921	27/03	1942	05/04	1963	14/04	1984	22/04
1901	07/04	1922	16/04	1943	25/04	1964	29/03	1985	07/04
1902	30/03	1923	01/04	1944	09/04	1965	18/04	1986	30/03
1903	12/04	1924	20/04	1945	01/04	1966	10/04	1987	19/04
1904	03/04	1925	12/04	1946	21/04	1967	26/03	1988	03/04
1905	23/04	1926	04/04	1947	06/04	1968	14/04	1989	26/03
1906	15/04	1927	17/04	1948	28/03	1969	06/04	1990	15/04
1907	31/03	1928	08/04	1949	17/04	1970	29/03	1991	31/03
1908	19/04	1929	31/03	1950	09/04	1971	11/04	1992	19/04
1909	11/04	1930	20/04	1951	25/03	1972	02/04	1993	11/04
1910	27/03	1931	05/04	1952	13/04	1973	22/04	1994	03/04
1911	16/04	1932	27/03	1953	05/04	1974	14/04	1995	16/04
1912	07/04	1933	16/04	1954	18/04	1975	30/03	1996	07/04
1913	23/03	1934	01/04	1955	10/04	1976	18/04	1997	30/03
1914	12/04	1935	21/04	1956	01/04	1977	10/04	1998	12/04
1915	04/04	1936	12/04	1957	21/04	1978	26/03	1999	04/04
1916	23/04	1937	28/03	1958	06/04	1979	15/04	2000	23/04
1917	08/04	1938	17/04	1959	29/03	1980	06/04	2001	15/04
1918	31/03	1939	09/04	1960	17/04	1981	19/04	2002	31/03
1919	20/04	1940	24/03	1961	02/04	1982	11/04		
1920	04/04	1941	13/04	1962	22/04	1983	03/04		

Fonte: ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA (1924).

de maior atividade urbana inicia-se, normalmente pouco antes do nascer do sol. Sobretudo nas áreas periféricas, em que o transporte até as áreas mais centrais normalmente consome mais de hora e meia. A partir das sete horas da manhã formam-se os primeiros congestionamentos, sobretudo nas principais vias de ligação. Este tráfego intenso de veículos mantém-se o dia todo e se estende quase até meia-noite. Há uma expressiva população de estudantes noturnos, parte do comércio mantém suas atividades até às 22:00h e muitos dos estabelecimentos de serviços estendem sua atividade madrugada adentro. A influência da atividade urbana sobre a sua atmosfera se prolonga, portanto, além da meia-noite. Além disto, como as edificações, os pavimentos e o próprio solo apresentam certa inércia térmica, continuam irradiando calor que foi

Tabela 03
Dias úteis e não úteis no século XX

Século XX						
Dia da Semana	Total (Dias)	Úteis		Não Úteis		
		Dias	%	Dias	%	% Sobre Total
Sábado	5.218	0	0	5.218	100	-
Domingo	5.218	0	0	5.218	100	-
Segunda	5.217	4.885	93,6	332	6,4	25
Terça	5.218	4.998	95,8	220	4,2	16,6
Quarta	5.218	5.094	97,6	124	2,4	9,3
Quinta	5.218	4.995	95,7	223	4,3	16,8
Sexta	5.218	4.790	91,8	428	8,2	32,3
Total (Seg. a Sex.)	26.089	24.762	94,9	1.327	5,1	100
Total	36.525	24.762	67,8	11.763	32,2	-
Década de 90						
Dia da Semana	Total (Dias)	Úteis		Não Úteis		
		Dias	%	Dias	%	% Sobre Total
Sábado	521	0	0	521	100	-
Domingo	521	0	0	521	100	-
Segunda	522	485	92,9	37	7,1	27,6
Terça	522	499	95,6	23	4,4	17,2
Quarta	522	509	97,5	13	2,5	9,7
Quinta	522	502	96,2	20	3,8	14,9
Sexta	522	481	92,1	41	7,9	30,6
Total (Seg. a Sex.)	2.610	2.476	94,9	134	5,1	100
Total	3.652	2.476	67,8	1.176	32,2	-
1º nov. 1998 a 31 out. 2000						
Dia da Semana	Total (Dias)	Úteis		Não Úteis		
		Dias	%	Dias	%	% Sobre Total
Sábado	104	0	0	104	100	-
Domingo	105	0	0	105	100	-
Segunda	105	96	91,4	9	8,6	32,1
Terça	105	99	94,3	6	5,7	21,4
Quarta	104	103	99	1	1	3,6
Quinta	104	100	96,2	4	3,8	14,3
Sexta	104	96	92,3	8	7,7	28,6
Total (Seg. a Sex.)	522	494	94,6	28	5,4	100
Total	731	494	67,6	237	32,4	-

Autor: Tarik Rezende de Azevedo.

armazenado durante o dia e início da noite durante a madrugada. Ao menos no caso da RMSP, é conveniente estender o conceito de dia até a madrugada seguinte. Significa, que, no caso da temperatura do ar, por exemplo, é admissível que a mesma tenda a ser maior nas madrugadas que sucedem dias "úteis" e menor nas que sucedem dias de descanso. O horário mais propício para separar os dias considerando simultaneamente o ritmo da insolação e o do trabalho é o do final da madrugada, quando os efeitos da insolação e da atividade humana do dia anterior são mínimos mas os do dia em questão ainda estão começando. Isto ocorreria por volta das seis ou sete horas da manhã¹⁰.

Resultados e conclusão

O exame da tabela 03 permite verificar que, de fato, acumulou-se mais dias úteis em direção à quarta-feira nos três períodos considerados. Embora os critérios adotados para separação dos dias entre "úteis" e "não úteis" tenham sido baseados em suposições sem o exame de documentação histórica, a variação na distribuição dos dias "não úteis" dentre os dias de segunda a sexta-feira é suficientemente grande para que não haja a negação da hipótese a partir de uma investigação mais meticulosa. Isto decorre do fato de faltarem, na tabela 03, feriados e dias de baixa atividade urbana que efetivamente ocorreram. Nenhum destes feriados e dias de baixa atividade urbana foram datas móveis com dia da semana fixo. Portanto, distribuíram-se mais ou menos equitativamente por dia da semana ao longo de vários anos¹¹.

Os dias "não úteis" constituem pouco mais de cinco por cento, dos dias de segunda a sexta-feira, o que representa parcela significativa dos mesmos. Ao longo do século XX, por exemplo, ocorreram pouco mais de 1300 dias "não úteis" de segunda a sexta-feira. Considerando-se estes dias feriados somados aos sábados e domingos, constata-se que representam quase um terço do total de dias nos três períodos abordados na tabela 03. Esta proporção aproximada de dois dias "úteis" para cada um "não útil" implica numa questão de estatística. A probabilidade pura de um determinado evento específico, mesmo que desvinculado do dia da semana ou do fato de ser ou não feriado, já seria de dois terços para os dias "úteis" e de apenas um terço para os dias "não úteis". Isto significa que o procedimento empregado em Azevedo e Tarifa (2001) no qual selecionam-se os eventos extremos de cada série de observações meteorológicas

¹⁰ Os registros meteorológicos são tradicionalmente gerados e referenciados em função do calendário gregoriano e do horário civil. No entanto, os relógios das estações meteorológicas não são ajustados para o "horário de verão", ou similar, dependendo do país ou região, evitando equívocos na comparação de registros de datas diferentes. Se os montantes de energia e poluentes dissipados pela população implicam em alterações significativas nos processos atmosféricos, é de se esperar que seja também significativa a diferença dos períodos em "horário de verão" em relação àqueles em que não. Este fato importante não foi considerado neste trabalho preliminar, o prejuízo é, mais uma vez, no sentido contrário ao da hipótese.

¹¹ Isto decorre das datas fixas avançarem um dia da semana de um ano para o próximo ou dois no caso em que se passa por um bissexto, já que o número 364 é múltiplo de 7. Por exemplo, se o Natal de um ano foi numa segunda-feira, o próximo será na terça, a não ser que o próximo seja um ano bissexto, incidindo a data na quarta.

por dia da semana não se aplica no caso da classificação dos dias em "úteis" ou "não úteis". Naquele caso, a distribuição da probabilidade pura de determinado evento por dia da semana é quase perfeitamente equitativa, tornando válida a comparação da maior temperatura registrada por dia da semana, por exemplo.

A média da temperatura horária do ar dos dias "úteis" foi maior que a dos dias "não úteis" nos dois casos investigados (gráfico 01). Resultado coerente com a hipótese de que os fluxos de poluentes e energia dissipada pelas atividades urbanas sejam mais intensos nos dias "úteis" que nos outros ¹².

O desvio da temperatura dos dias "úteis" por volta das sete horas da manhã é nulo, aumentando continua e consistentemente até 0,5°C por volta das 11:00h na Estação do Laboratório de Climatologia e Biogeografia. Até às 17:00h se mantém uma diferença entre 0,5 e 0,6°C. Daí em diante a diferença diminui continuamente mas ainda apresenta-se entre 0,2 e 0,3°C maior por volta das sete horas do próximo dia.

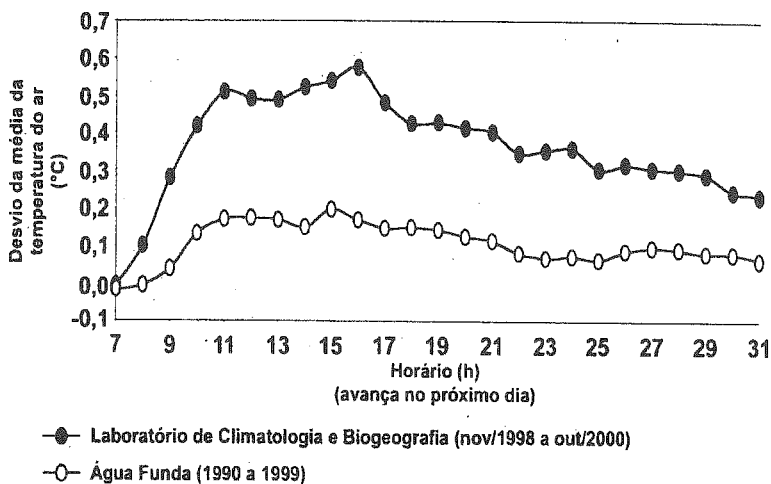
O primeiro momento de aquecimento diferenciado mais intenso pode ser relacionado ao período do dia em que, gradativamente vai-se iniciando o funcionamento das diversas atividades com horários diferenciados. Por exemplo, as escolas começam suas atividades por volta das sete, os estabelecimentos comerciais com portas na rua entre oito e nove, os escritórios e diversos serviços públicos entre nove e dez, as lojas em centros de compras às dez e, finalmente, os bancos às dez e trinta. Às 16:00h os bancos são fechados, por volta das 17:00h parte dos serviços públicos já encerraram suas atividades, entre 17:00h e 19:00h os escritórios de negócios e parte das lojas com portas na rua fecham. Parte significativa da população urbana ainda transita pela cidade durante algumas horas. Não são apenas pessoas voltando para casa. Muitos constituem as dezenas de milhares de estudantes noturnos, dezenas de milhares de pessoas que recorrem a diversos serviços ou vão às compras. No final da tarde e início da noite milhares de restaurantes, bares e estabelecimentos semelhantes entram em atividade ao longo do dia e vão fechar por volta da meia noite de domingo a sexta ou durante a madrugada nas sextas e sábados. Mesmo a parcela que no início da noite vai chegando em casa, ainda toma seu banho, prepara a refeição e assiste à televisão pelo menos até cerca de dez da noite, o que implica em montante expressivo de energia consumida e dissipada. Assim, o gráfico 03, com certa "liberdade poética", pode ser interpretado como singelo retrato de uma metrópole que acorda nervosa e apressada em seus múltiplos ritmos de trabalho que se somam num ritmo maior, mas que reluta em parar e ir para a cama descansar.

Sem dúvida, meio grau Celsius, em si, não representa muita coisa. Em termos de conforto não faria a menor diferença, sobretudo no caso de São Paulo. No entanto, esta diferença de temperatura deve se configurar apenas sobre a mancha urbana e uma periferia imediata indiscernível até o presente momento. Esta diferença entre o interior e o exterior da atmosfera urbana deve implicar

¹² O fato da Estação Meteorológica da Água Funda apresentar um desvio menor pode ser explicado pelo fato desta estar inserida no interior da maior área densamente arborizada da RMSP, o Parque do Estado, relativamente isolada, portanto, da influência direta do calor emanado das atividades humanas.

Gráfico 01

Desvio da média da temperatura do ar por horário nos dias "úteis" em relação aos dias "não úteis" - São Paulo



numa tendência de redução da pressão atmosférica em direção às áreas mais adensadas e/ou centrais. O campo de vento deve sofrer uma deformação em direção à área urbana, fazendo convergir os poluentes que são adicionados ao ar, dificultando portanto, sua dispersão.

Durante a década de noventa a pressão atmosférica realmente tendeu a ser menor nos dias "úteis" em relação aos dias "não úteis" (gráfico 02). No entanto, para caracterizar perfeitamente esta redução de pressão, a Estação Meteorológica da Água Funda está localizada numa posição desfavorável, na porção sul de uma mancha urbana de mais de dois mil quilômetros quadrados. Próxima a Serra do Mar e numa altitude maior que a da área central da cidade, recebe antes a brisa marítima quando esta ultrapassa a Serra e se derrama sobre o Planalto. Por outro lado, na estação do Laboratório de Climatologia e Biogeografia não há, por hora, o registro horário contínuo da pressão atmosférica mas a velocidade média do vento dos dias "úteis" foi 16% maior que nos dias "não úteis".

Se há esta convergência do vento sobre a área urbana, acentuada nos dias "úteis", deve haver maior circulação vertical. Deve haver uma intensificação nos processos convectivos e portanto, intensificação na formação de nuvens. Possivelmente também ocorra um aumento na intensidade e freqüência da chuva nos dias "úteis", sobretudo no período da tarde e início da noite.

De fato, a média diária do total de chuva entre as 6:00h do dia e 6:00h do próximo, foi 9% e 29% maior nos dias "úteis" que nos "não úteis" respectivamente, na Estação da Água Funda e na Estação do Laboratório de Climatologia e Biogeografia. A diferença se exacerba no período da tarde e início da noite. Na segunda Estação, entre 14:00h e 24:00h a precipitação média diária foi 59% maior nos dias "úteis". Ou seja, de fato, choveu proporcionalmente mais nos dias úteis, no entanto, resta distinguir se é a intensidade ou a freqüência, ou ambas que aumentaram nos dias "úteis".

A proporção de referência para a freqüência, no caso da Estação do

Laboratório de Climatologia e Biogeografia, é a proporção de 2,09 dias "úteis" para cada dia "não útil". Se a frequência de horas com chuva fosse regida apenas pela probabilidade pura, seria esta a proporção de horas com chuva entre os dias "úteis" e "não úteis". Quando considerado o período de seis horas de um dia às seis horas do próximo, a proporção foi de 2,21. Ou seja, globalmente, ocorreram 6% a mais de horas com chuva nos dias "úteis". No entanto, a proporção foi de 2,41 no período de 14:00h de um dia às 2:00h do próximo. Ou seja, ocorreram 15% a mais de horas de chuva no período da tarde e início da noite nos dias "úteis". O mesmo procedimento aplicado à Estação da Água Funda, resultou em 7% a mais de horas com chuva das no período de 6:00h às 6:00h.

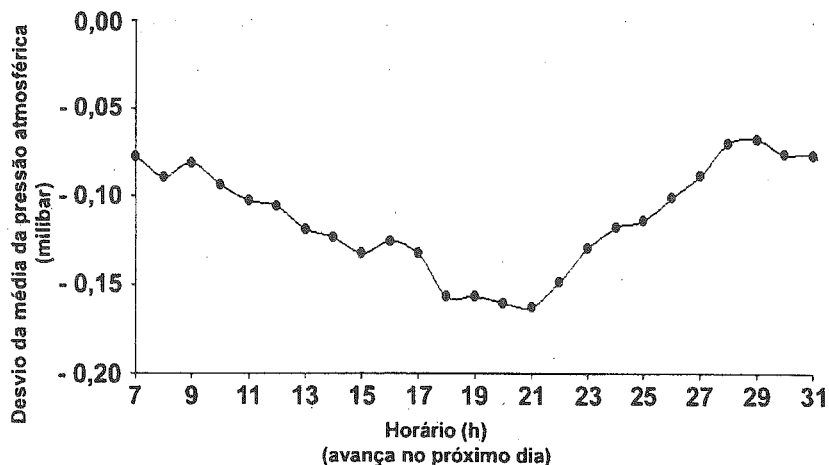
A intensidade¹³ média da chuva na Estação do Laboratório de Climatologia e Biogeografia entre 6:00h do dia e 6:00h do próximo foi 20% maior nos dias "úteis". No período de 14:00h do dia às 2:00h do próximo, a intensidade foi 37% maior. Na Estação da Água Funda, a intensidade entre 6:00h e 6:00h foi 8% maior nos dias "úteis", enquanto no período de 14:00h às 2:00h, foi 12% maior. Se fosse possível determinar o tempo exato de chuva, e não apenas o número de horas com chuva, como temos, provavelmente as diferenças fossem ainda maiores.

No entanto, ainda seria importante tentar distinguir se as chuvas mais intensas, são mais frequentes nos dias úteis e se nestes dias sua intensidade tende a ser maior. Normalmente considera-se que 10 mm em uma hora seja um bom limite inicial para isolar as chuvas mais intensas. No caso da Água Funda, a frequência de chuvas de mais de 10 mm no período de 6 às 6:00h foi 21% maior nos dias úteis. No período de 14:00h às 2:00h foi 28% maior. A proporção entre o total de chuva recolhida entre 6:00h e 6:00h nas horas com mais 10 mm em dias "úteis" em relação aos "não úteis" foi de 2,75. Ou seja, 30% maior que a proporção de 2,11, dada pela probabilidade pura. No período de 14:00h às 2:00h foi 37% maior.

Em síntese, além de chover mais, a frequência da chuva e sua intensidade foram significativa e consistentemente maiores nos dias "úteis" no período de dois anos dos registros meteorológicos da Estação do Laboratório de Climatologia e Biogeografia e na década de 90 na Estação da Água Funda. As evidências apresentadas sugerem que isto seja decorrente da deformação diferenciada do campo térmico e barométrico da atmosfera urbana causada pela variação dos fluxos de calor e poluentes emanados pela própria população.

¹³ A forma mais simples de avaliação da intensidade da chuva é a proporção entre o total de chuva e o tempo de chuva. Neste caso, dispõe-se apenas do número de horas com chuva, que, de fato, é maior que o tempo de chuva real. Esta discrepância faz com que a intensidade resultante da substituição do tempo de chuva pelas horas com ocorrência de chuva seja sensivelmente menor que a intensidade real. Mas, como este é um trabalho preliminar e pretende-se apenas comparar os dias "úteis" e "não úteis", este problema pode ser relegado.

Gráfico 02
*Desvio da média da pressão atmosférica por horário
 dos dias "úteis" em relação aos dias "não úteis"*
 Água Funda - São Paulo - 1990 a 1999



Considerações finais

Embora os resultados apresentados sejam extremamente sugestivos, devem ser tomados com ressalvas. A mancha urbana da RMSP tem mais de dois mil quilômetros quadrados, apresenta-se implantada em diversos compartimentos do relevo e tem uma complexa distribuição da densidade populacional e das atividades econômicas. De fato, não há um "centro", mas muitos. Há milhões de pessoas e veículos automotores circulando ao longo do dia. Há poucas estações meteorológicas. Certamente não é seguro estender conclusões tomadas a partir de dois pontos para a metrópole inteira. Há que investigar os processos atmosféricos e a atividade urbana em "tempo real", já que, até o presente, as cadeias de causalidade estabelecidas são hipotéticas (Tarifa, 1976). Os raciocínios apresentados parecerem coerentes e os valores médios confirmam as tendências sugeridas, mas, por ora, constituem evidências parciais.

Por outro lado, no caso da RMSP, há claramente uma incidência aparentemente crescente de eventos pluviais intensos que culminam em enchentes e toda uma série de decorrências que, em alguns casos, chegam a constituir "pequenas" calamidades. Aparentemente não podem ser atribuídos apenas à mudanças climática em escala regional ou global, ou ao aumento da impermeabilização do solo e assoreamento dos cursos de água. Estes eventos estão sendo estudados, no entanto, não se sabe até que ponto esta é uma especificidade da RMSP. Em outras áreas urbanas, sobretudo nas áreas metropolitanas, também é plausível que a atividade urbana modifique os processos atmosféricos a ponto de modificar a estrutura pluvial. Em parte, este trabalho convida outros pesquisadores a realizar investigações semelhantes em outras localidades.

Não há, aparentemente, pesquisa sistemática sobre os dias de trabalho e descanso na perspectiva apontada neste texto. De fato, sequer há bibliografia

que esgote a questão dos feriados no Brasil, muito menos suas variações regionais e sua evolução ao longo do tempo, que seria da alçada dos historiadores. Por outro lado, a definição de dia "útil" e "não útil", aqui apresentados como sinônimos de dias de trabalho e descanso, é reconhecidamente precária e certamente discutível sob os pontos de vista sociológico, antropológico e econômico. Assim, queremos crer que as questões das quais partimos e os resultados iniciais a que chegamos certamente podem ser também um convite para que pesquisadores de outras áreas se debrucem sobre o problema cujo esclarecimento mais amplo provavelmente poderá subsidiar a cidadania em busca de melhores e mais justas condições de vida.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, T. R. de. "O fluxo de calor gerado pelas atividades humanas no estudo climático da Região Metropolitana de São Paulo". In: TARIFA, J. R. (org.). *Os climas da cidade de São Paulo: teoria e prática*, n.4. São Paulo: Contexto, 2001 a (Col. "GEOUSP", vol. 4).

AZEVEDO, T. R. de. *Derivação antrópica do clima na Região Metropolitana de São Paulo abordada como função do ritmo semanal das atividades humanas*. São Paulo: FFLCH-USP, 2001 b (Tese de Doutorado).

AZEVEDO, T. R. de & TARIFA, J. R. "O ritmo semanal das atividades humanas e o clima na Região Metropolitana de São Paulo". *Revista GEOUSP*. São Paulo, n. 10, 2001.

ENCICLOPEDIA UNIVERSAL ILUSTRADA. Tomo X. Barcelona: Hijos de J. Espasa, 1924, pp.706-742.

OLIVEIRA, C. de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

TARIFA, J. R.. "Sobre um programa de 'climatologia experimental' na Região Metropolitana de São Paulo". *Boletim Paulista de Geografia*, n. 52, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976.

TARIFA, J. R. & ARMANI, G.. "Unidades Climáticas da Cidade de São Paulo (primeira aproximação)". In: Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Secretaria do Planejamento. *Atlas Ambiental do Município de São Paulo - FASE I*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2001.

Anexos

Programa calendário dias "úteis"

Planilha "pascoas"

A1="Ano"

B1="Dia"

A3 a A104 preencher com anos de 1900 a 2002, formato número

B3 a B104 preencher com as datas da páscoa da Tabela 02, formato data

Planilha "calendario"

A1="Dia solar"

A3 a A37622 preencher com números inteiros de 1 a 37620

B1="Data"

B3 a B61 preencher com os números inteiros de 1 a 59, formato data

B62 a B37622 preencher com os números inteiros de 61 a 37621, formato data

C1="Ano civil"

C3=INT(A3/365,25)+1900

C4 a C37622 copiar e colar fórmula de C3, formato número sem decimais

D1="Dia do ano civil"

D3=INT(((A3/365,2491432)-INT(A3/365,25))*365,2491432)

D4 a D37622 copiar e colar fórmula de D3, formato número sem decimais
 E1="Dia da semana"
 E3=ARRED((A3/7-INT(A3/7))*7+1;0)
 E4 a E37622 copiar e colar fórmula de E3, formato número sem decimais
 F1="Dia útil?"
 F3=SE(E3=1;0;SE(E3=7;0;1))*SE(G3=1;0;1)
 F4 a F37622 copiar e colar fórmula de F3, formato número sem decimais
 G1="Feriado ou ponte?"
 G3 a G37622 preencher com zeros, formato número sem decimais
 H1="Observações"

Macro "pascoa"

```
Sub pascoa()
' Macro gravada em 20/04/01 por Tarik Rezende de Azevedo
Dim d(105) As Double 'cria variável para datas da pascoa
Worksheets("Pascoas").Activate 'ativa planilha Pascoas
For l = 2 To 104 'conta linhas
d(l) = Cells(l, 2) \ 1 'registra data da páscoa
Nextl 'próxima linha
Worksheets("Calendario").Activate 'ativa planilha Calendario
For l = 2 To 104 'conta datas de páscoa
If d(l) > 0 Then 'pula data nula
If Cells(d(l) + 1, 2) = d(l) Then 'confere data
Cells(d(l) + 1, 7) = 1
Cells(d(l) + 1, 8) = "Páscoa"
Cells(d(l) + 1 - 2, 7) = 1
Cells(d(l) + 1 - 2, 8) = "Sexta-feira Santa"
Cells(d(l) + 1 + 60, 7) = 1
Cells(d(l) + 1 + 60, 8) = "Corpus Christi"
Cells(d(l) + 1 + 61, 7) = 1
Cells(d(l) + 1 + 61, 8) = "Ponte"
Cells(d(l) + 1 - 47, 7) = 1
Cells(d(l) + 1 - 47, 8) = "Carnaval"
Cells(d(l) + 1 - 48, 7) = 1
Cells(d(l) + 1 - 48, 8) = "Ponte"
End If
End If
Nextl 'próxima data
End Sub
```

Macro "datafixa"

```
Sub datafixa()
' Macro gravada em 20/04/01 por Tarik Rezende de Azevedo
For l = 3 To 37623 'conta linhas da planilha
If l / 376 = 1 \ 376 Then Cells(2, 9) = l / 376 'controle visual
'01 de Janeiro
If Cells(l, 4) = 1 Then 'identifica 01/01
Cells(l, 7) = 1
Cells(l, 8) = "Dia da Fraternidade Universal"
If Cells(l + 1, 5) = 6 Then 'identifica sexta-feira
Cells(l + 1, 7) = 1
Cells(l + 1, 8) = "Ponte"
End If
If Cells(l - 1, 5) = 2 Then 'identifica segunda-feira
Cells(l - 1, 7) = 1
Cells(l - 1, 8) = "Ponte"
End If
End If
'25 de Janeiro
If Cells(l, 4) = 25 Then
Cells(l, 7) = 1
Cells(l, 8) = "Fundação de São Paulo"
End If
'Identifica bissextos
If Cells(l, 3) / 4 = Cells(l, 3) \ 4 Then b = 1 Else b = 0
If Cells(l, 3) = 1900 Then b = 0
'21 de abril
If Cells(l, 4) = 111 + b Then 'identifica 21/04
Cells(l, 7) = 1
Cells(l, 8) = "Dia de Tiradentes"
If Cells(l + 1, 5) = 6 Then 'identifica sexta-feira
Cells(l + 1, 7) = 1
```

```

Cells(l + 1, 8) = "Ponte"
End If
If Cells(l - 1, 5) = 2 Then 'identifica segunda-feira
Cells(l - 1, 7) = 1
Cells(l - 1, 8) = "Ponte"
End If
End If
'01 de maio
If Cells(l, 3) > 1936 Then 'seleciona anos a partir de 1937
If Cells(l, 4) = 121 + b Then 'identifica 01/05
Cells(l, 7) = 1
Cells(l, 8) = "Dia Internacional do Trabalho"
If Cells(l + 1, 5) = 6 Then 'identifica sexta-feira
Cells(l + 1, 7) = 1
Cells(l + 1, 8) = "Ponte"
End If
If Cells(l - 1, 5) = 2 Then 'identifica segunda-feira
Cells(l - 1, 7) = 1
Cells(l - 1, 8) = "Ponte"
End If
End If
End If
'07 de setembro
If Cells(l, 4) = 250 + b Then 'identifica 07/09
Cells(l, 7) = 1
Cells(l, 8) = "Proclamação da Independência"
If Cells(l + 1, 5) = 6 Then 'identifica sexta-feira
Cells(l + 1, 7) = 1
Cells(l + 1, 8) = "Ponte"
End If
If Cells(l - 1, 5) = 2 Then 'identifica segunda-feira
Cells(l - 1, 7) = 1
Cells(l - 1, 8) = "Ponte"
End If
End If
'12 de outubro
If Cells(l, 4) = 285 + b Then 'identifica 12/10
Cells(l, 7) = 1
Cells(l, 8) = "Dia da Padroeira do Brasil"
If Cells(l + 1, 5) = 6 Then 'identifica sexta-feira
Cells(l + 1, 7) = 1
Cells(l + 1, 8) = "Ponte"
End If
If Cells(l - 1, 5) = 2 Then 'identifica segunda-feira
Cells(l - 1, 7) = 1
Cells(l - 1, 8) = "Ponte"
End If
End If
'02 de novembro
If Cells(l, 4) = 306 + b Then 'identifica 02/11
Cells(l, 7) = 1
Cells(l, 8) = "Dia de Finados"
If Cells(l + 1, 5) = 6 Then 'identifica sexta-feira
Cells(l + 1, 7) = 1
Cells(l + 1, 8) = "Ponte"
End If
If Cells(l - 1, 5) = 2 Then 'identifica segunda-feira
Cells(l - 1, 7) = 1
Cells(l - 1, 8) = "Ponte"
End If
End If
'15 de novembro
If Cells(l, 4) = 319 + b Then 'identifica 15/11
Cells(l, 7) = 1
Cells(l, 8) = "Proclamação da República"
If Cells(l + 1, 5) = 6 Then 'identifica sexta-feira
Cells(l + 1, 7) = 1
Cells(l + 1, 8) = "Ponte"
End If
If Cells(l - 1, 5) = 2 Then 'identifica segunda-feira
Cells(l - 1, 7) = 1
Cells(l - 1, 8) = "Ponte"
End If
End If

```



```

'25 de dezembro
If Cells(l, 4) = 359 + b Then 'identifica 25/12
  Cells(l, 7) = 1
  Cells(l, 8) = "Natal"
If Cells(l + 1, 5) = 6 Then 'identifica sexta-feira
  Cells(l + 1, 7) = 1
  Cells(l + 1, 8) = "Ponte"
End If
If Cells(l - 1, 5) = 2 Then 'identifica segunda-feira
  Cells(l - 1, 7) = 1
  Cells(l - 1, 8) = "Ponte"
End If
End If
Next l
Cells(2, 9) = "Pronto"
End Sub

```

RESUMO
DRAMAS CLIMÁTICOS E
RESPONSABILIDADE SOCIAL:
A RELAÇÃO ENTRE O RITMO DAS
ATIVIDADES ECONÔMICAS - DIAS
DE TRABALHO E DESCANSO - E O
CLIMA URBANO

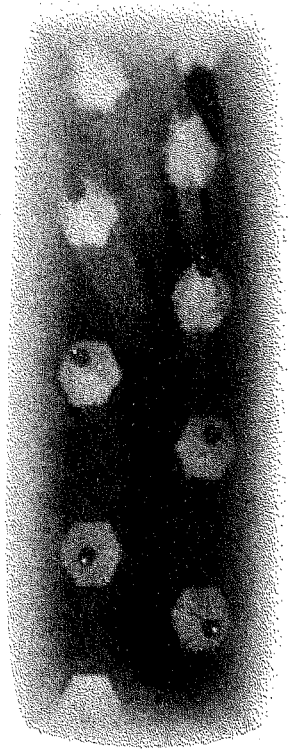
Este trabalho busca contribuir, através de pesquisa geográfica, para a resposta à questão, social e politicamente relevante: até que ponto os fenômenos climáticos, especialmente em grandes áreas urbanas, são passíveis de controle humano. Investiga a hipótese de que o ritmo de trabalho e descanso da população da Região Metropolitana de São Paulo influencia os processos próprios da atmosfera urbana. Os resultados preliminares, ora apresentados, sugerem que sim. Classificaram-se os registros recentes de duas estações meteorológicas na área urbana em dias "úteis" e "não úteis". Os valores médios da temperatura do ar, da velocidade do vento e da precipitação atmosférica foram significativamente maiores enquanto da pressão atmosférica menor nos dias "úteis". Secundariamente confirmou-se a hipótese de que ocorrem mais dias "úteis" às quartas-feiras e progressivamente menos em direção ao domingo ao longo de alguns anos.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades Econômicas; Trabalho; Descanso; Clima; Cidade de São Paulo.

ABSTRACT
CLIMATIC DRAMAS AND SOCIAL
RESPONSIBILITY: THE
RELATIONSHIP AMONG THE
RHYTHM OF THE ECONOMIC
ACTIVITIES - DAYS OF WORK AND
DAYS OF REST - AND THE URBAN
CLIMATE

This paper tries to contribute, through geographical investigation, to answer a socially and politically relevant question: how much of climatic phenomena can be put under human control, specially in large urban areas? It investigates the hypothesis that the rhythm of work and rest of the population of São Paulo's Metropolitan Region affects urban atmospheric processes. Preliminary results suggest that this is true. Meteorological data registered in two different points of the urban area were classified according to "working" days or "not working" days. On "working" days the median values of air temperature, wind velocity and rain were higher and the median value of atmospheric pressure was lower. Also the hypothesis that more "working" days occur on Wednesdays - if periods longer than one year are considered - was confirmed.

KEYWORDS: Economic Activities; Work; Rest; Climate; City of São Paulo.



Tradução



TRÊS PIONEIROS NA SOCIOLOGIA DAS EMOÇÕES¹Thomas J. Scheff²

Este ensaio trata dos trabalhos sobre vergonha coletiva realizados por Norbert Elias (*The civilizing process*, 1994) e Richard Sennett (*The hidden injuries of class*, 1973), e o desenvolvimento do conceito de vergonha por Helen Lynd (*Shame and the search for identity*, 1958). Início com Elias porque seu trabalho sobre vergonha surgiu primeiro, originalmente publicado em alemão, no ano de 1939.

Os estudos sobre emoções tornaram-se importantes na sociologia quando estes três sociólogos se detiveram na análise sociológica de uma emoção específica. Antes do trabalho de Elias, de Lynd, e Sennett sobre o conceito de vergonha, os estudos sobre emoção pairavam apenas como uma sombra no pensamento sociológico. Durkheim, seguramente, deu proeminência ao que ele chamou de "emoção social". G. H. Mead, por seu turno, incluiu o conceito de emoção como um ingrediente importante da psicologia social. Parsons, por sua vez, promoveu a emoção para um dos quatro componentes básicos da ação social no seu esquema teórico (Parsons & Shils, 1955).

A inclusão da emoção, porém, foi realizada de modo abstrato e virtualmente sem sentido. Nosso conhecimento sobre as emoções, até o presente momento, não é generalizado, mas específico para emoções particulares. Por exemplo, todos nós sabemos alguma coisa sobre a raiva.

Não temos nenhuma dúvida de que o que nós pensamos que nós sabemos pode não ser a verdade. Mas muito do que nós sabemos é provavelmente preciso, ou pelo menos preciso o bastante para que, freqüentemente, possamos nos fazer entender e entender o que o outro pretende expressar. Sobre a raiva sabemos, ou acreditamos saber, sobre as fontes das quais ela surge, das diferentes formas e graduações que ela pode levar, e alguns dos resultados para os quais pode nos conduzir. Nós também temos tipos semelhantes de conhecimento e convicções sobre outras emoções primárias, como o medo, o pesar, a vergonha, o desprezo, a repugnância, o amor e a alegria.

Nosso conhecimento comum sobre as emoções permite nossa comunicação sobre este assunto, e contém, nele incluso, vôos de fantasia. As diferentes emoções podem ter várias semelhanças subjacentes, mas muito mais óbvias são as grandes diferenças em suas origens, formas de aparecimento, e trajetórias.

É por esta razão que as declarações gerais sobre as emoções, em alguns teóricos das Ciências Sociais, no abstrato, tenham tão pouco significado. Algo do que Durkheim, Mead, e Parsons disseram sobre as emoções poderia parecer plausível quando aplicada a uma emoção particular como, por exemplo, sobre

¹ Traduzido pelo Prof. Mauro Guilherme Pinheiro Koury (PPGS-UFPb, Campus I, João Pessoa), com permissão do autor, do original em inglês, "Three pioneers in the sociology of emotion", datado de 14/ ago./ 1997. Disponível em: <<http://sscf.ucsb.edu/~scaff/2.html>>. Acesso em: 24/ abr./ 1998.

² Professor emérito do Departamento de Sociologia da University of California at Santa Barbara, EUA.

a raiva ou o desprezo, mas não para a maioria das outras emoções. As fontes, as formas de aparecimento e as conseqüências da raiva e do medo, por exemplo, são diferentes o suficiente para que se as proíba de aparecerem juntas. Em todo caso, Durkheim, Mead e Parsons não desenvolveram conceitos sobre as emoções, nem investigaram a ocorrência atual delas na vida real, nem coletaram dados que poderiam afetar algumas proposições sobre o papel das emoções na conduta humana.

Os três sociólogos, cujos trabalhos agora passo em revista, deram os primeiros passos para a investigação de uma emoção específica. Nos seus vários estudos aqui descritos, eles nem sempre nomearam a emoção de vergonha. Sennett, por exemplo, no seu *Hidden Injuries*, não fez nenhum esforço para desenvolver um conceito sobre a vergonha, e a nomeou poucas vezes apenas. Como se pode verificar aqui, então, o ato de nomear é parte importante de uma investigação.

Todos os estudos sobre emoções, desenvolvidos por estes pioneiros, envolveram a emoção que chamo de vergonha. Por vergonha, eu compreendo uma grande família de emoções que incluem diversos cognatos e variantes, como o embaraço, a humilhação e relaciona-se a sentimentos que envolvem reações de rejeição ou sentimentos de fracasso e inadequação.

Estes três pioneiros agiram de forma independente um do outro, e de outros pesquisadores, nos seus estudos sobre emoção. No caso de Elias e Sennett, suas descobertas sobre a vergonha parecem, quase, que foram feitas ao acaso, como que forçadas pelos dados por eles observados ou levantados. Certamente, o trabalho de Elias sobre o limiar da vergonha, na história de quatro culturas européias, parece fazê-la surgir de todo e qualquer lugar. O livro de Lynd sobre a vergonha é contemporâneo com os primeiros escritos de Goffman sobre o embaraço. No seu livro houve uma citação do artigo de Goffman sobre os trabalhos da face, e nele percebeu que o ponto principal do trabalho facial era o da procura de uma significação para o rosto que evitasse o embaraço ou a vergonha. Embora Lynd fosse uma socióloga, ela também estava interessada na teoria psicanalítica; o livro dela, também, faz um balanço da literatura psicanalítica sobre a vergonha.

Eu não incluí, neste ensaio, Goffman como um dos pioneiros na sociologia da emoção, embora ele tivesse um íntimo contato com ela. Goffman nunca foi tão longe como Sennett ou Elias na compreensão da emoção vergonha, e certamente não tão longe como Lynd, embora ele tenha tido muitas oportunidades para assim o fazer. Em seus primeiros trabalhos sobre os tipos de apresentação e a idéia do EÚ e sobre o trabalho facial, os sentimentos de embaraço e ausência de embaraço estiveram na linha central do seu pensamento, porém sem nomeá-las. Nos seus estudos sobre estigma e asilos, a vergonha, mais uma vez, é o elemento chave, mas ele a menciona só de passagem.

Há apenas um ensaio no qual a nomeia. É um breve capítulo sobre embaraço e controle social, contido no seu livro *Interaction ritual* (1967). Mas, aqui, ele está baseado no princípio da habilidade de manobra, o lado psicológico do embaraço que pode ser evitado. Desde que reivindico (Scheff, 1997) que o conceito de emoção não pode ser entendido sem se evocar os seus componentes internos e externos, isto é, o envolvimento psicológico e social, me parece que

este ensaio não avançou no sentido de uma sociologia da emoção, só sedimentou a idéia de que o comportamento humano pode ser entendido, em termos estritamente estruturais.

O trabalho de Sennett também sofreu um pouco de influência externa. Ele cita o livro de Lynd sobre vergonha em *The Hidden Injuries of Class* (1972), e possui um capítulo sobre vergonha no seu livro *Authority* (1980), no qual cita a tradução inglesa de Elias *The Civilizing Process: A History of Customs* (1978). A comparação e as conexões possíveis entre o trabalho de Elias e Sennett figurarão mais adiante em minhas anotações sobre Sennett, desde que podem nos ensinar algo sobre o nomear e sobre o anonimato de emoções específicas. Como sugerirei, a vergonha é o ponto central do *The Hidden Injuries*, a primeira aproximação de Sennett para a noção de vergonha, embora não exista nenhum conceito de vergonha neste livro. No caso de Elias, o contrário é a verdade; o conceito de vergonha é o fio condutor do *The Civilizing Process* (1939), mas quase desaparece em *The Germans* (1996), embora a vergonha seja ainda um assunto central e importante, também, neste último livro.

A vergonha no 'The civilizing process'

No primeiro livro, com o sub-título *A History of Customs*, Elias empreendeu uma análise histórica do que ele chamou de o "processo civilizador". Ele localizou mudanças no desenvolvimento da personalidade e das normas sociais no processo formador da civilização moderna para o presente.

Semelhante a Weber, ele deu um grande destaque para o desenvolvimento da racionalidade. Distinto de Weber, contudo, ele também deu igual importância à mudança emocional, particularmente, para as mudanças presentes no constructo do limiar da vergonha:

"Uma característica do processo civilizador, com força equivalente a do conceito de racionalização, é a da forma peculiar assumida na direção da economia do que nós chamamos de vergonha e repugnância ou de embaraço." (Elias, 1982: 292)

Elias esboçou uma teoria da modernidade, usando trechos de manuais de aconselhamento em um plano histórico muito longo, os últimos cinco séculos. Ao examinar os conselhos relativos a etiquetas, especialmente sobre os modos de mesa, sobre o funcionamento do corpo, sobre a sexualidade, e sobre a raiva, ele sugere que o aspecto central da modernidade envolve uma verdadeira explosão da vergonha.

Embora ele use uma terminologia um pouco diferente, a tese central de Elias relativa a modernidade está próxima da minha própria questão (Scheff, 1990). Em minha análise da modernidade, eu aponto o que considero ser as conseqüências alienantes da modernidade: a diminuição do limiar da vergonha no momento da ruptura das comunidades rurais, e a diminuição do reconhecimento da vergonha, que também pode ter tido conseqüências poderosas nos níveis da consciência e do autocontrole.

Eu citarei apenas um único dos muitos trechos dos manuais de aconselhamento usados por Elias. Ele primeiro apresenta um longo trecho de um manual do século XIX, intitulado *A Educação das Meninas* (Von Raumer,

1857), que aconselha para as mães como devem responder a perguntas sexuais. Como resposta para a questão "*De onde vêm os bebês?*", Von Raumer sugere "*que as Crianças deversem permanecer o maior tempo possível com a convicção de que um anjo trazia os pequenos seres para a mãe...*".

Se o assunto surgisse novamente, a criança deveria ser duramente advertida: "*Não é bom para você saber tal coisa, e você deve tomar cuidado para não escutar mais nada sobre isto*". Von Raumer conclui esta passagem com um conselho que chama a atenção para a vergonha da mãe e lhe aconselha que envergonhe a filha: "*Uma menina verdadeiramente educada sentirá vergonha dali em diante de ouvir coisas deste tipo*".

Este conselho sugere três quebra-cabeças diferentes:

1. Por que o autor, Von Raumer, oferece para a mãe um conselho tão absurdo?
2. Por que a mãe segue o seu conselho (como a maioria o fez)?
3. Por que as filhas o seguem (como a maioria o fez)?

A Teoria feminista moderna poderia responder à primeira pergunta afirmando que o conselho de Von Raumer surge a partir de sua posição de poder: ele buscou dar continuidade a supremacia masculina, aconselhando a mãe que agisse segundo o modelo consoante com o papel das mulheres como subordinado ao dos homens: o papel da mulher é *kirche, kueche, kinder* (igreja, cozinha, crianças). Mantendo as mulheres ignorantes da sexualidade e da reprodução poderia, talvez, assim, ajudar a dar continuidade a este sistema.

Esta formulação provavelmente é parte de uma resposta completa, mas não atende às outras duas perguntas. Por que as mães e as filhas submetem-se a ignorância? A formulação de Elias provê uma resposta para todas as três perguntas, sem contradizer a resposta feminista. Cada uma destas pessoas, o homem e as duas leitoras hipotéticas, a mãe e a filha, são detentores da mesma vergonha, em relação a questão da sexualidade, para pensarem claramente sobre ela. Poderia ser verdade que o conselho de Von Raumer fizesse parte de uma posição chauvinista masculina dele, mas é também verdadeiro que ele se encontrava bastante envergonhado para pensar no significado do seu conselho também. Pensamentos e emoções são partes de uma mesma cadeia causal.

O estudo de Elias sugere, assim, um modo de compreensão sobre a transmissão social do tabu sobre a vergonha. O adulto, o autor Von Raumer neste caso, se encontra não só envergonhado sobre a questão sexual, mas se encontra, principalmente, envergonhado de se encontrar envergonhado e, provavelmente, envergonhado da vergonha que ele despertará no leitor dele.

A mãe, respondendo ao texto de Von Raumer, por sua vez, reagirá, provavelmente, de um modo semelhante, e se envergonhará, e ficará envergonhada de estar envergonhada, e ficará envergonhada de causar mais adiante vergonha na filha. O conselho de Von Raumer é, deste modo, parte de um sistema social no qual o esforço para um tipo de delicadeza civilizada resulta em uma reação em cadeia infinita de vergonha não nomeada, anônima. A reação em cadeia se dá, ao mesmo tempo, no interior das pessoas e entre elas, uma espécie de "*tríplice espiral*": uma espiral dentro de cada outra, e entre elas mesmas (Scheff, 1990). Elias mostrou que havia muito menos vergonha no que diz respeito aos costumes e as emoções, na primeira parte do período por ele

estudado, do que havia no século XIX, e então, deduzo, muito menos vergonhas entrelaçadas.

No final do século XVII e começo do XVIII, uma mudança começou a acontecer nas formas de aconselhamentos sobre costumes e maneiras. O que era dito abertamente e diretamente no passado começa a ser apenas indicado, ou não completamente dito. Além disso, justificações abertas são cada vez menos dadas. Uma pessoa é cortês porque é a coisa certa a fazer. Qualquer pessoa decente será cortês; a intimação deixa de ser direta. As más maneiras não estão apenas erradas pela ação e demonstração pessoal, mas tornam-se indizíveis, de agora em diante. Este é o início da repressão.

As mudanças que Elias documenta são graduais mas de caráter inexorável. Em uma contínua sucessão de pequenos desenvolvimentos, os manuais vão se tornando silenciosos sobre a confiança de costumes, de estilos e de identidade sobre o respeito, a honra e o orgulho, e sobre a ausência da vergonha e do embaraço. No final do século XVIII, a base social do decoro e da decência tinha ficado virtualmente indizível. Distinto de Freud ou de qualquer um outro, Elias documenta, passo a passo, a sucessão de eventos que conduziram à repressão das emoções na civilização moderna.

No século XIX, segundo Elias, novos modos são inculcados, de adulto para adulto, através de um discurso verbal no qual justificações são oferecidas. A socialização modifica-se pouco a pouco, passa das mudanças lentas e conscientes realizadas por adultos durante séculos, para uma doutrinação rápida e silenciosa das crianças, desde a mais tenra idade. Nenhuma justificação é oferecida à maioria das crianças; a cortesia tornou-se absoluta. Além disso, qualquer a pessoa decente não teria que ser contida, como foi sugerido no texto interpretado acima. Nas sociedades modernas, a socialização da maioria das crianças, automaticamente, inculca e reprime a vergonha.

Embora a análise de Elias da mudança do limiar da vergonha na história europeia agora pareça extraordinariamente importante, foi a última vez que ele explicitamente se referiu a este processo. Nenhum dos seus muitos trabalhos subseqüentes retornou a uma análise explícita da vergonha. Na próxima seção, comparando a sua experiência com a de Sennett, sugerirei uma explicação.

Richard Sennett

Embora, *The Hidden Injuries of Class* (1973) traga uma mensagem poderosa, não é um livro fácil para resumir. A sua narrativa é desenvolvida através de citações e trechos de entrevistas, e as interpretações do autor sobre os significados destas citações. Ele não constrói um esquema conceitual e um método sistemático para análise das entrevistas e observações. O leitor é levado, por isso, a construir o seu próprio esquema conceitual, como o que irei fazer agora.

O livro está baseado em um ano de observação participante (iniciado em julho de 1969) em comunidades, escolas, clubes locais e bares, e 150 entrevistas com membros masculinos, brancos, da classe trabalhadora, principalmente italianos e judeus, na cidade americana de Boston (p. 40-41). As *Hidden Injuries* que Sennett e Cobb descobriram pode ser parafraseado do seguinte modo: seus informantes sentiam que, primeiro, por causa de sua classe e posição ocupacional, não foram a eles outorgados o respeito que deveriam ter obtido

de outros, particularmente dos seus professores, chefes, e até mesmo de suas próprias crianças. Segundo, um dano mais sutil: estes homens também sentiam, de algum modo, que a sua classe e sua posição ocupacional eram, pelo menos em parte, produto de suas próprias faltas. Sennett e Cobb sustentam que a classe social é a responsável para ambos os danos. Eles acreditam que os seus trabalhadores não adquiriram o respeito que mereciam por causa de sua classe social, e que o segundo dano, a ausência de um auto-respeito, também é falta da classe a que pertencem, em lugar de uma falta dos homens, como a maioria deles pensam.

Sennett e Cobb discutem que na sociedade americana, o respeito que a pessoa recebe está, em grande parte, baseado na realização individual da pessoa. A extensão das realizações dá uma identidade que os destaca da massa. O papel das escolas públicas no desenvolvimento de formas de habilidades é um dos eixos centrais do argumento de Sennett e Cobb. Aos seus informantes faltou o auto-respeito, afirmam os autores, porque a instrução de meninos da classe trabalhadora não faz com que se desenvolvam os talentos individuais de cada um, de modo que lhes permitisse estar de fora da massa quando adultos. Na língua da sociologia da emoção, eles carregam um fardo de sentimentos de rejeição e inadequação, que são, pode-se dizer, a baixa auto-estima crônica e o sentimento de vergonha.

Sennett, que fez a parte de observação participante do estudo, reportou-se completamente a uma escola particular, a *Watson School*, que ele observou. Ele sugere que *"os professores atuam sobre as suas expectativas sobre as crianças de modo a tornar estas expectativas em realidade"* (p. 81). Uma de suas observações concerne a uma turma de segundo grau: nesta turma haviam duas crianças, Fred e Vincent, cujas *"roupas foram costuradas e pareciam de melhor formato"* do que as demais roupas infantis:

"Em uma classe de crianças italianas, em sua maior parte escuras, eles foram logo notados. De início, o professor separou as duas crianças (...). Para elas, ele falou com um calor especial na voz. Ele nunca as louvou abertamente (...) mas uma mensagem que eles eram diferentes, e melhores, foi espontaneamente espalhada." (p. 81)

Sennett e Cobb discutem que os professores elegem para atenção e elogio apenas uma porcentagem muito pequena dos estudantes, normalmente estudantes que são talentosos ou de classe média, ou mais próximos em ações e aparência da classe média. O elogio e a atenção permitem aos estudantes desenvolver o potencial para sua realização. A maior parte dos meninos, contudo, são ignorados e, de modo sutil, rejeitados:

"(...) quando as crianças completam dez ou onze anos a divisão entre os muitos e os poucos já é, como que, esperada e existe uma expectativa 'para que eles façam algo por eles mesmos' lá fora, ao ar livre (...). [A massa dos] meninos na ação de classe, parece como se eles estivessem servindo um tempo, como se o trabalho escolar e turmas tivessem se tornado em algo vazio, como um hiato, um espaço em branco nas vidas que eles esperam sobreviver (...)." (pp. 82-83)

Esta declaração é uma acusação condenando as escolas públicas. Existem apenas alguns poucos meninos da classe trabalhadora que alcançam e desenvolvem o seu potencial em virtude do seu talento acadêmico ou atlético superior. A grande massa, porém, não o faz. Para estes últimos, antes que haja uma abertura do mundo da cultura e da realização pessoal, as escolas públicas fecham esta possibilidade. A educação, em lugar de se tornar uma fonte de crescimento pessoal e cultural, provê apenas vergonha e rejeição. Para a maioria dos estudantes das escolas públicas, sobrevivendo dia após dia, a educação significa uma constância de sentimentos de vergonha e embaraço todos os dias. Estes estudantes aprendem, em torno do segundo ou terceiro grau, que é melhor ficar calado na classe do que correrem o risco do ridículo ou da humilhação de uma resposta errada. Até mesmo os estudantes que possuem as respostas corretas tem que lidar com a pronúncia certa, a vestimenta ou a aparência física apropriada. Para a maioria dos estudantes, o processo de educação é um vale de vergonha.

Vergonha Nomeada e Anônima

Embora Elias tenha dito claramente no *The Civilizing Process* que a análise sobre a vergonha é o elemento chave da sua argumentação, esta informação encontra-se muito menos clara no seu estudo (com Scotson), intitulado *The Established and the Outsiders* (1965). Neste estudo, a vergonha não é a sua preocupação central, mas se encontra indiretamente presente na idéia de que os estranhos, ou os de fora, são estigmatizados. No seu trabalho denominado de *The Germans* (1996), mais uma vez de modo não explícito, os jogos de vergonha desempenham um forte papel.

Embora a palavra vergonha e suas variantes (embaraço, humilhação, baixa auto-estima, falta de autoconfiança, entre outras) apareça centenas de vezes literalmente, Elias sempre não explicita, nestes outros trabalhos, que a noção de vergonha seja o conceito chave, como ele fez em *The Civilizing Process*.

Em uma contagem da palavra em um índice remissivo de *The Germans*, encontrei mais de quinhentas referências sobre o termo vergonha e seu cognatos. Por razões que não são imediatamente óbvias, nos últimos dois livros a palavra vergonha foi demovida de um conceito para uma palavra vernácula.

O argumento de Elias no seu recente livro é que os alemães, como pessoas e como nação, historicamente estiveram impossibilitados de responder a humilhação de qualquer outro modo que não lutando. O argumento dele é bastante semelhante a minha análise (Scheff, 1994) da fúria pela humilhação, surgida durante o período das três guerras Franco-Alemães (1870-1945). Propus que, por causa da derrota francesa em 1871, a vergonha indizível foi um elemento chave, no lado francês, para a direção rumo a Primeira Guerra Mundial, e seguindo a sua derrota em 1918, sobre o lado alemão, levou à Segunda Guerra Mundial. Neste estudo e em outros publicados por Retzinger (1991) e Scheff e Retzinger (1991), definimos a vergonha e a vergonha/raiva como conceitos técnicos para documentar suas ocorrências em textos específicos, como os telegramas trocados entre os chefes de estado durante a Primeira Guerra Mundial.

Com o sucesso de Elias em analisar a vergonha, em seu livro *The Civilizing*

Process, por que ele não desenvolveu mais tarde uma concepção técnica sobre a vergonha, e a deslocou para uma concepção técnica de interdependência? Não há nenhum modo seguro de responder esta pergunta, mas uma possibilidade concerne na resposta da audiência a este livro. A menos que eu esteja enganado, não houve resposta para a sua análise sobre a vergonha, embora esta represente um papel central em sua tese. A única menção eu pude achar está em Sennett (1980), que reconheceu a aplicabilidade da análise sobre a vergonha de Elias para o problema do controle social: Sennett argumenta que a vergonha e a dependência sócio-econômica estão entrelaçadas (pp. 45-49), e que a vergonha representa um papel central, como ferramenta de disciplina de trabalhadores, pela administração e empresas (pp. 92-97).

Embora a vergonha seja o dano principal nos primeiros estudos de Sennett e Cobb, *The Hidden Injuries of Class* (1971), os autores não a conceituaram como tal. Embora eles se refiram ao livro de Lynd (1958) sobre a vergonha (pág. 127), seu estudo sobre homens da classe trabalhadora é expresso, em grande parte, nas próprias expressões do vernáculo masculino. Estes homens falaram do sentimento do que não tinham conseguido, como uma falta deles, que deveria haver algo errado com eles, que lhes faltavam o auto-respeito. A frase "*falta de auto-respeito*" freqüentemente acontece, se não universalmente, no conjunto das reclamações dos homens sobre eles mesmos.

Sennett e Cobb não classificaram estas várias respostas como pistas para a compreensão do sentimento de vergonha, como eles poderiam ter feito (Retzinger, 1990; 1995). Ao invés, eles usaram os mesmos códigos dos seus informantes, para continuar escondendo a já escondida impossibilidade de nomeação.

Aparentemente, com a publicação de *The Civilizing Process* em inglês (1978), com sua conceituação aberta sobre a vergonha como um componente chave do processo civilizatório, Sennett sentiu-se encorajado para apontar para o sentimento de vergonha diretamente e abertamente em seu livro intitulado *Authority* (1980). Porém, da mesma maneira que não houve virtualmente nenhuma resposta para a análise da vergonha em Elias, também não houve nenhuma para Sennett. Da mesma maneira que Elias, Sennett não desenvolveu um conceito técnico de vergonha, e esta emoção desapareceu no seu mais recente trabalho. Espero não estar levantando um ponto para uma conclusão de que Elias e Sennett ficaram envergonhados e em silêncio pelo silêncio de suas audiências.

Minha explicação é que a habilidade misteriosa de Elias e a sua perspicácia o conduziu a uma análise do processo subjacente em nossa civilização que também se encontrava avançado em sua audiência. Nas sociedades ocidentais, como Elias demonstrou, o limiar para a vergonha tem avançado por centenas de anos mas, ao mesmo tempo, a consciência desta emoção tem declinado. Como a sua própria análise poderia ter predito, em nossa sociedade o nível de consciência sobre a vergonha é tão baixo que só os treinados para descobri-la, de forma não nomeada, anônima, poderiam entender a análise que Elias estava produzindo. Porque Retzinger e eu fomos guiados pelo trabalho de Lewis (1971), ficamos habilitados para compreender a análise sobre a vergonha em Elias.

Nós desenvolvemos um conceito técnico sobre a vergonha e um método

que permitem descobri-la nos textos nos quais ela se encontra escondida ou disfarçada (Scheff 1990; Retzinger 1991; Scheff & Retzinger, 1991; Scheff 1994). Nós definimos vergonha como uma extensa família de emoções com muitos cognatos e variantes, alguns, dos quais não são negativos (como na palavra francesa *pudeur*³). Nós também localizamos o modo no qual a vergonha regula e amplia outras emoções, como na vergonha-ira de braços dados com a fúria-humilhação.

Para nossa surpresa, achamos depois que nosso conceito técnico de vergonha é muito semelhante à concepção de vergonha em muitas sociedades tradicionais⁴. Em Maori e mandarim, o léxico 'emoção' é muito maior do que nos idiomas europeus, e muito mais central. A vergonha e a vergonha/ira são idéias familiares nestes idiomas, e constantemente aludiu-se para o discurso ordinário. Especialmente em Maori, os efeitos destrutivos da vergonha não nomeada, anônima, estão claramente estampada, como em Elias e nas formulações de Scheff e Retzinger.

A compreensão de Scheff e Retzinger sobre a vergonha está associada ao desenvolvimento do conceito de Lewis sobre a vergonha. Mas o trabalho de Lewis também serviu de guia para Helen Lynd (1961). Na próxima seção, eu procurarei fazer um esboço de suas contribuições.

Helen Lynd

Helen Lynd foi uma socióloga muito conhecida durante a sua vida. Com o seu marido, também sociólogo, Robert Lynd, ela publicou o primeiro estudo sobre uma comunidade americana, intitulada *Middletown and Middletown in Transition*. Lynd, porém, também estava profundamente interessada em desenvolver uma experiência interdisciplinar entre as ciências humanas. No seu estudo *On Shame and the Search for Identity* (1958), ela buscou trabalhar com os lados social e psicológico da vergonha. Ela também nomeou claramente a emoção e seus cognatos, e locou o seu estudo previamente no interior de um campo de estudos sobre a vergonha.

Embora o próprio Freud tenha diminuído a importância do sentimento vergonha para os adultos, enfatizando ao invés a ansiedade, a culpabilidade, e a raiva, tem sido realizado um número significativo de estudos sobre a vergonha no campo da tradição psicanalítica. Lynd, contudo, modificou e estendeu o estudo de vergonha desenvolvendo um conceito, e integrando seus componentes sociais e psicológicos.

Nos primeiros dois capítulos do seu estudo sobre a vergonha, Lynd introduziu o conceito de vergonha e usou exemplos retirados da literatura, freqüentemente discursos, como forma de clarificar cada afirmação expressa. Na seção seguinte, ela elaborou um comentário crítico sobre os usos em vigor sobre as noções de emoção e comportamento na psicologia e nas ciências sociais. Ela manteve-se especialmente crítica em relação a psicanálise ortodoxa e as tendências quantitativas convencionais.

³ Que possui o significado de timidez, modéstia, e em grego clássico, temor.

⁴ Para o caso de mandarim chinês, veja Shaver *et al* (1992); para o léxico envergonhar dos Maori, veja Metge (1986).

Buscou, então, introduzir algumas idéias extraídas de tendências menos conhecidas e demonstrou como elas poderiam vir a solucionar algumas das dificuldades na compreensão e análise sobre a vergonha. Finalmente, ela ampliou a discussão para o conceito de identidade, sugerindo que este conceito poderia servir para unificar as tendências existentes nas ciências sociais, através da integração dos conceitos de EU, de ego, e de papel social sob a idéia analítica e compreensiva mais ampla contida no conceito de identidade.

A pesquisa de Lynd sobre a vergonha é muito mais analítica e consciente do que a de Elias ou Sennett. Elias e Sennett trataram ainda a vergonha como uma palavra vernácula, em lugar de um conceito. Para eles, a vergonha apresentou-se, e foi apresentada, como um elemento que pulou para fora dos seus dados, como algo inevitável. Lynd, porém, aproximou-se do sentimento vergonha deliberadamente, como parte integrante de sua busca compreensiva e da sua exploração analítica sobre identidade. Primeiro ela buscou explicar o seu desconforto com o uso e domínios técnicos em uso nas tendências analíticas existentes:

"(...)as técnicas existentes para o estudo da natureza humana nunca foram tão abundantes; nunca houveram tantas pessoas ocupadas com seus usos. Se a compreensão da identidade... poderia ser realizada por tais meios, [o problema de identidade] teria assegurado a sua solução. Mas como todo modo de ver também é um modo de não ver, a mesma multiplicação de categorias e a mesma precisão, de técnicas podem também... atuar como barreiras (...).

Certas experiências, não facilmente etiquetadas, diluíram-se, completamente, através das categorias ou, se informaram uma localização e um nome, circunscreveram-nas de tal um modo que o seu caráter essencial ficou perdido... Entre estas experiências, encontram-se... a vergonha, a ansiedade, a alegria, o amor, o sentimento de honra, a admiração, a curiosidade, o desejo, o sentimento de orgulho, o respeito próprio. Destas, apenas a ansiedade foi assunto de um amplo e especializado estudo." (1958: 16)

Note-se que a lista de Lynd contém três outros tópicos, além da vergonha, que estão estreitamente relacionados ao ato de envergonhar. São eles: o sentimento de honra, o sentimento de orgulho, e o auto-respeito. Os estudos sobre emoções entre-culturas, realizados por Paul Ekman (1972), são um bom exemplo do que ela está dizendo sobre o sentimento de vergonha. Este conceito perdendo-se, analiticamente, sufocado pela rede de técnicas em uso. Embora a vergonha seja, obviamente, uma emoção central em todas as culturas e eras históricas, Ekman e o seu grupo de trabalho a omitiram completamente, como muitos outros estudiosos da emoção.

Lynd explica que a vergonha, seus cognatos e emoções a ela relacionadas, foram deixados de fora dos estudos porque se encontram profundamente silenciadas, mas estão, também, e ao mesmo tempo, tão intrincadas nos negócios humanos quanto pode ser sentida a relação da água para o peixe. Ela afirma este ponto de muitos modos, mas, aqui particularmente, através da sua distinção cuidadosa entre o sentimento de vergonha e o de culpabilidade. Ela nota que a

culpabilidade é normalmente sentida como extremamente específica e se encontra perto da superfície; envolve atos específicos feitos, ou não realizados. A culpabilidade, desta forma, está próxima ao que uma pessoa fez. A vergonha, por seu turno, se encontra sobre o EU, sobre o que a pessoa é.

A culpabilidade, também, envolve sentimentos de que o ego é forte e intacto: a pessoa é poderosa o bastante para ferir o outro, e a pessoa também é poderosa o bastante para fazer indenizações. A vergonha, por contraste, apresenta-se através de um sentimento de fraqueza e de dissolução do ego, ou mesmo através do anseio interior de sufocação e desaparecimento do EU. A culpabilidade é uma emoção altamente individualista, reafirmando a centralidade da pessoa isolada. A vergonha é uma emoção social e reafirma a interdependência emocional das pessoas.

O trabalho de Lynd, junto com Lewis (1971), provê a consolidação de um campo científico para o estudo sobre o sentimento vergonha, e um jogo de direções e diretrizes para a sociologia e a psicologia da emoção.

O desenvolvimento de um conceito para o sentimento vergonha, que inclui definições analíticas e operacionais, é de uma importância crucial para o estudo científico desta emoção. Pode parecer que os testemunhos subjetivos sobre os estados da vergonha não sejam válidos. A maioria dos estados da vergonha não são experienciados conscientemente, mas se encontram no inconsciente ou não são nomeados. São evitados ou se encontram em formas latentes, como uma vergonha indiferenciada, aqui utilizando a terminologia de Lewis (1971). Por esta razão, estudos que confiaram apenas em testemunhos subjetivos dos informantes, ao invés de observações aprofundadas contidas nestes discursos, foram hábeis em omitir, na maior parte deles, a vergonha. Também não está claro que relatos dos testemunhos dos informantes são sobre sua própria vergonha e não de outros, e de que outros relatos são necessários.

Novos estudos são fundamentais para que se estabeleça a validade destes relatos subjetivos sobre a vergonha. Um possível projeto terá de basear-se nos relatos subjetivos das experiências com o sentimento vergonha do EU e dos outros, em um diálogo que possa ser gravado em vídeo. Deste modo, a validade das narrativas poderia ser conferida e contrastada com avaliações de especialistas. Retzinger (1991) descobriu que, quando mostrou aos seus informantes o vídeo de suas disputas, a maioria deles pode identificar a raiva nas suas próprias faces, até mesmo quando não tinham sido chamados a atenção para isso, na ocasião. Mas nenhum deles pode identificar vergonha nas suas próprias faces e gestos.

Este e outros trabalhos sugerem, assim, que ainda é prematuro basear estudos sobre o sentimento vergonha apenas tendo por base as narrativas dos informantes.

Para continuar o seu desenvolvimento, a sociologia e psicologia da emoção devem seguir os parâmetros desenhados por Elias, Sennett, e Lynd. Se pudéssemos concordar com um método fidedigno e válido para o estudo da vergonha, poderíamos começar testando as hipóteses-chaves sobre a vergonha coletiva estabelecida por estes pioneiros, de que a vergonha está aumentando nas sociedades modernas mas, e ao mesmo tempo, a consciência sobre a vergonha está diminuindo, e, de que, os membros da classe trabalhadora e das

classes baixas encontram-se tocados pelo sentimento de vergonha pelo seu próprio *status*.

Há muitas possibilidades de testes de hipóteses implicadas em Lynd (1961). Uma centralmente importante é a do efeito de reconhecer a vergonha no laço, na rede de onde emerge: ela propôs que um laço estará seguro pela extensão do reconhecimento da vergonha entre os participantes. Esta idéia também foi central para os trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Lewis (1971) e pela sua prática altamente estimulante em psicanálise, mas ainda tem que ser testada objetivamente.

Referências Bibliográficas

- EKMAN, Paul; ELLSWORTH, P.; FRIESEN, W. *Emotion in the human face*. New York: Pergamon, 1972.
- ELIAS, Norbert. *The civilizing process*. V. 1. New York: Pantheon, 1978.
- _____. *The civilizing process*. V. 2. New York: Pantheon, 1982.
- _____. *The civilizing process*. V. 3. New York: Pantheon, 1983.
- _____. *The civilizing process*. Oxford: Blackwell, 1994.
- _____. *The Germans*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- ELIAS, N.; SCOTSON, John. *The established and the outsiders*. London: Frank Cass, 1965.
- GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual*. New York: Anchor, 1967.
- LEWIS, Helen B. *Shame and guilt in neurosis*. New York: International Universities Press, 1971.
- LYND, Helen M. *On shame and the search for identity*. New York: Science Editions, 1961.
- METGE, Joan. *In and out of touch*. Wellington: Victoria University Press, 1986.
- PARSONS, T.; SHILS, E. *Toward a general theory of action*. Cambridge: Harvard University Press, 1951.
- RETZINGER, Suzanne. *Violent emotions*. Newbury Park: Sage, 1991.
- _____. "Identifying shame and anger in discourse". *American Behavioral Scientist*, n. 38, 1995, pp. 1104-1113.
- SCHEFF, Thomas. *Microsociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- _____. "Bloody Revenge: Nationalism, War, and Emotion". Trabalho não publicado. Santa Barbara: s.r., 1994.
- _____. *Emotions, the social bond, and human reality: part/ whole analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- SCHEFF, T.; RETZINGER, S. *Violence and emotions*. Lexington, Mass.: Lexington Books, 1991.
- SENNETT, Richard. *Authority*. New York: Alfred Knopf, 1980.
- SENNETT, Richard; COBB, Jonathan. *The hidden injuries of class*. New York: Vintage Books, 1972.
- SHAVER, Phillip; WU, S.; SCHWARTZ, J. "Cross-cultural similarities and differences in emotions". In: CLARK, M. S. (ed.). *Review of Personality and Social Psychology*, v. 13. Newbury Park: Sage, 1992.
- VON RAUMER, W. *Education of girls*. sr.: 1857 (citado em Elias, 1978).

RESUMO
TRÊS PIONEIROS NA SOCIOLOGIA
DAS EMOÇÕES

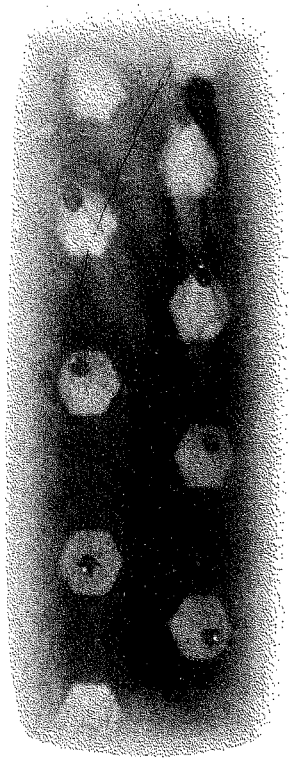
Os estudos sobre emoções tornaram-se importantes na sociologia quando três sociólogos se detiveram na análise sociológica de uma emoção específica. Este ensaio trata dos trabalhos sobre vergonha coletiva realizados por Norbert Elias (*The Civilizing Process*, 1994) e Richard Sennett (*The Hidden Injuries of Class*, 1973), e o desenvolvimento do conceito de vergonha por Helen Lynd (*Shame and the Search for Identity*, 1958).

PALAVRAS-CHAVE: Emoção e Sociedade; Sociologia da Emoção; Vergonha Coletiva; Norbert Elias; Richard Sennett; Helen Lynd

ABSTRACT
THREE PIONEERS IN THE
SOCIOLOGY OF EMOTION

Emotions became important in sociology when three sociologists dealt with a specific emotion. This essay deals with the work on collective shame by Norbert Elias (*The Civilizing Process*, 1994) and Richard Sennett (*The Hidden Injuries of Class*, 1973), and the development of the concept of shame by Helen Lynd (*On Shame and the Search for Identity*, 1958).

KEYWORDS: Emotion and Society; Sociology of Emotion; Collective Shame; Norbert Elias; Richard Sennett; Helen Lynd.



Resenhas



RAÍZES E NÉVOAS DA GLOBALIZAÇÃO

BAUMAN, Sigmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Sigmunt Bauman é professor emérito de sociologia das Universidades de Leeds e Varsóvia e possuidor de uma vasta produção intelectual em pleno andamento. Aqui no Brasil, as principais obras de Bauman já traduzidas são: *O mal-estar da pós-modernidade*, *Modernidade e holocausto* e *Globalização: as conseqüências Humanas*. Todas editadas pela Jorge Zahar editora.

Neste último livro, como o próprio nome já sugere, Bauman busca desmitificar o "mito" em que se transformou o conceito de globalização, trazendo à tona as catastróficas conseqüências que este processo está operando principalmente na base da atual sociedade, ou seja, nas camadas mais pobres da população. Nas suas palavras, o presente livro é "*uma tentativa de mostrar que no fenômeno da globalização há mais coisas do que pode o olho apreender; revelando as raízes e conseqüências sociais do processo de globalização, ele tentará dissipar um pouco da névoa que cerca esse termo que pretende trazer clareza à condição humana*" (p. 7).

Com uma escrita clara e bastante concisa, como se percebe pelo trecho acima citado, mas sem perder o rigor inerente a uma obra científica, o autor consegue nos fazer perceber que o conceito de globalização, tal qual é utilizado freqüentemente pela maioria dos teóricos e jornalistas, esconde e camufla mais que esclarece a atual realidade social. O atual processo de globalização, segundo

Bauman, é um processo contraditório em si mesmo que, ao mesmo tempo em que une todo a Terra por meio da compressão do tempo/ espaço operacionalizada pela extraordinária velocidade de movimento oriunda principalmente da chamada Terceira Revolução Industrial - a revolução informacional - também separa e segrega um número gigantesco de seres humanos que não conseguem e nunca conseguirão, devido a lógica interna do processo, ter acesso às suas benéficas. Assim, para o autor, a globalização aumenta ainda mais o fosso que separa as classes possuidoras (que agora se tornaram *globais*, pois podem mover-se e mover seus investimentos sem restrições de um lugar para outro, sentindo-se "em casa" em qualquer lugar do planeta devido à homogeneização do espaço em que elas habitam e freqüentam) das classes despossuídas. Estas são denominadas por Bauman como *locais*, estando impossibilitadas de moverem-se e presas a uma espacialidade na qual nem conseguem mais decifrar seus códigos, sinais e símbolos, porque estes escaparam aos seus controles e não são mais produzidos por elas, uma vez que "*os centros de produção de significado e valor são hoje extraterritoriais e emancipados de restrições locais*" (p. 9).

O que isto significa e quais suas conseqüências? Para Bauman, a falta de compreensão dos símbolos, sinais e códigos, elementos estes que dão sentido e permitem o transcurso da vida em sociedade por parte das classes despossuídas, impossibilita-lhes uma comunicação com os chamados *globais*, fazendo com que ambos habitem e vivam em mundos totalmente diferentes e polarizados. Esta "(...) *progressiva ruptura de*

comunicação entre as elites extraterritoriais, cada vez mais globais, e o restante da população, cada vez mais localizada", é uma das principais causas do surgimento de tendências neotribais, fundamentalistas e etnofóbicas e também da nova hierarquia e estratificação social que tem na mobilidade o seu fator mais poderoso e cobiçado. Entretanto, nunca é demais ressaltar que esta mobilidade, isto é, liberdade de movimento e ausência de restrição espacial, como já nos falava o filósofo inglês John Locke com bastante clareza, é determinada de forma visceral pela propriedade ou, no mínimo, pelo controle sobre esta.

Outro aspecto importante discutido pelo autor neste livro diz respeito à criação de uma "*classe de proprietários ausentes*", isto é, empresas extraterritoriais que possuem uma total independência e não têm nenhuma responsabilidade em relação aos poderes locais das territorialidades onde as mesmas estão instaladas ou pretendem se instalar. Esta assimetria de poder tem trazido para as empresas um amplo raio de manobra, que se estende desde a possibilidade de flexibilizar as relações de trabalho e de produção sem maiores dificuldades e conflito até a total desinstalação da unidade produtiva caso seus interesses não sejam atendidos. Por outro lado, as consequências dessa maior liberdade do capital frente ao trabalho têm também solapado os mecanismos e instrumentos governamentais, principalmente os relativos à determinação da política econômica, fato que tem suscitado muitas discussões sobre o atual papel e força do Estado-Nação. Nesta parte do desenvolvimento de suas idéias, Bauman pode chegar a chocar aqueles

que acreditam que o Estado é por natureza uma instituição que tem por finalidade arbitrar o conflito social em busca de alcançar o bem comum. Isso porque este autor deixa claro que a instituição 'Estado' é uma forma ou instrumento específico de dominação de uma parcela da sociedade sobre o seu conjunto e que, no atual estágio no qual nos encontramos, esta instituição foi amputada de algumas de suas características definidoras - justamente porque estas já não mais servem aos interesses das classes possuidoras -, como por exemplo, a noção de soberania.

Portanto, este pequeno livro de Sygmunt Bauman diseca o processo de globalização em todas as suas manifestações: sociais, políticas, econômicas e culturais. Não traz nenhuma solução, mas isto não é de sua intenção e acreditamos que não é este o nosso papel enquanto Cientistas Sociais. Enfim, o livro retira o véu que encobre e torna opaca a realidade, que ora se apresenta de forma geral, externa e coercitiva, para que assim possamos encarar as forças reais que estão configurando e dando movimento ao mundo neste momento histórico-social.

Edvaldo Carvalho Alves
Mestrando do Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de São Carlos

IMAGÉTICAS MULTIDISCIPLINARES

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). *Imagem e memória: ensaios de antropologia visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

O foco dos estudos das Ciências Sociais é o simbolizado pelo homem e

não o próprio homem. Assim enuncia Michel Foucault como um alerta para os novos arqueólogos do social.

Nos acontecimentos do curto século 20 se delineia este mundo de signos, num período bem mais imagético do que histórico. É neste caldo primevo de imagens que o antropólogo Koury lança seu olhar a partir de pesquisas, algumas destas já concretizadas nos livros *Usos e imagens nas ciências sociais* (1997) e *Imagem e ciências sociais* (1998). No presente volume, o professor Koury se alia a pesquisadores de peso como Miriam L. Moreira Leite, o americano Jay Ruby, o professor Ariosvaldo Diniz, entre outros de igual importância.

Para Ítalo Calvino, ler significa aproximar-se de algo que acaba de ganhar existência. A partir deste mote, os sentidos da paixão pela coisa vista e criada guiam o leitor neste livro de ensaios construídos com a magia das imagens do tempo. As temporalidades das imagens em territórios da memória, do luto, do medo e da ficção são tópicos do inventário de fatos no livro narrados.

As Ciências Sociais que se esvaziam de sentidos nas metanarrativas do século XIX, remontam seus objetos investigando novos campos do saber. Imagem é memória e memória é compartilhamento das condições sociais no tempo e espaço. As Ciências Sociais, guiadas pela antropologia de Gilbert Durand, Georg Simmel, Gilberto Velho, pelos arautos da Nova História, abrem-se a uma inovação metodológica cuja base é eminentemente interdisciplinar. Os processos sociais, os estigmas, a organização do cotidiano já não se perdem nas falas daqueles que já morreram, vez que se cristalizam na

prata dos daguerreótipos, nas películas de Lumière ou nas digitalizações que dão formato ao nosso mundo atual.

As imagens refletem também um processo de territorialização próprio. O narrado pelos sujeitos em forma iconográfica é a forma de compor o mundo num contexto de longa duração que percorre o texto de Ana Luiza Rocha e Cornelia Eckert, a partir de um debate entre as teses de Henri Bergson e a fenomenologia da imaginação de Gaston Bachelard.

Num estudo sobre representação da morte na fotografia, Miriam L. M. Leite busca em Marcel Proust elementos da criação, recriação e esquecimento na sua obra *Em busca do tempo perdido*. Num exercício maravilhoso de enxergar na literatura elementos para uma arqueologia das imagens, a autora trabalha com a "grafia da luz" para reconstituir as memórias. O tempo da fotografia e o tempo cronológico são os aportes teóricos que Miriam toma na leitura de Proust.

Fotografar a morte e os rituais de morrer são os termos-chave do texto do professor Mauro Koury, a partir de uma investigação única no campo da Antropologia Visual apoiada num levantamento nacional sobre os rituais de morte e o morrer no cenário urbano brasileiro. Numa construção teórica aos moldes da Sociologia Histórica, o autor monta o quadro do imaginário simbólico sobre a morte e seus rituais a partir dos relatos de como as fotos dos mortos eram montadas. O modelo de composição da foto seria, portanto, um constituinte da sociedade brasileira no período estudado. Recorrências como a boa morte, a morte em paz, a passagem tranqüila, o dormir e a inocência registram a

formação familiar, suas emoções e estrutura. As hierarquias do poder, a posição do morto fotografado nos diversos estratos sociais e as mudanças no ato de registrar o luto correspondem a um novo modelo de sociedade a qual passa a reproduzir a vida familiar em eventos que negam a morte e "higienizam" a vida. Faz, Koury, assim, uma arqueologia da família brasileira a partir das imagens de luto num ensaio dos mais arrojados.

Persegue as imagens de luto nos Estados Unidos o professor Jay Ruby. Trata-se de um ensaio ilustrado por fotos de moribundos através das quais busca o autor uma explicação de ordem psicológica para tais ações.

O professor Ariosvaldo Diniz traduz no seu riquíssimo ensaio o significado do imaginário da cólera no século 19. O efeito Nova História toma Ariosvaldo que, tão bem quanto Jacques Le Goff e Georges Duby, reconstrói a história do medo a partir do imaginário da cólera no Brasil. A imagem é antes de tudo um fenômeno especular a qual projeta o real via processos de identificação. Neste esteio, a cólera é vista de forma arquetípica nas imagens da peste e das pragas da história do homem. O corpo colérico degradado, as associações da cólera às imagens do mal, os processos de suplício são os recortes que o autor lança mão para montar o imaginário do medo da peste no Brasil do século XIX. Numa profusão de imagens, a doença foi socialmente construída, ora retratando a sociedade como caos, ora a ordenando face às novas atitudes diante do medo da morte.

Clarice E. Peixoto e Marc Henri Piault escrevem dois artigos sobre o uso das imagens na antropologia. O primeiro descreve seqüências de filmes etnográficos e sua interpretação

da memória do cotidiano. O segundo analisa roteiros de filmes nos quais se embatem o real e o ficcional e seus corte que enfatizam, dissimulam ou mascaram os acontecimentos.

O gosto da leitura deste livro é uma suspeita agradável aos olhos do leitor: a Antropologia Visual rasga as disciplinas fechadas das narrativas sem sujeito, sem autor, revelando com suas artes imagéticas uma colcha de retalhos de fina costura. Li e me delicieei.

Adriano de León

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa)

DEGRADAÇÃO, REGULAÇÃO E REALISMO UTÓPICO¹

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra do desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

Este livro é fruto do trabalho de vários anos, em um processo de aprofundamento e modificações das preocupações apresentadas em seus trabalhos anteriores - *Um discurso sobre as ciências* (1987); *Introdução a uma ciência pós-moderna* (1989); *Pela mão de Alice* (1994) e *Reinventar a democracia* (1998). É importante registrar que

¹ O livro a que se refere esta resenha é o primeiro volume de uma coletânea que tem como plano geral: Volume 1 - *A crítica da razão indolente*; Volume 2 - *O direito da rua: ordem e desordem nas sociedades subalternas*; Volume 3 - *Os trabalhos e Atlas: regulamentação e emancipação em Redópolis* e o Volume 4 - *O milênio órfão: para um futuro da cultura política*.

partes deste livro foram discutidas em oficinas de seminários e de elaboração de projetos de pesquisa coletivos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra no Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Direito. No Exterior, através de trabalhos de pesquisa junto ao Departamento de Sociologia da Universidade de Wisconsin, da London School of Economics e do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

O estudo apresentado neste primeiro volume tem sua argumentação centrada na análise da ciência, do direito e do poder, efetuando uma forte crítica ao paradigma dominante da modernidade. O autor defende a tese logo no primeiro capítulo, "Da ciência moderna ao novo senso comum", um dos melhores capítulos do livro, de que *"no limiar do 3º Milênio, estamos provavelmente a assistir ao culminar do processo de tensão entre regulação e a emancipação, e, portanto entrando num longo processo histórico de degradação caracterizado pela crescente transformação das energias emancipatórias em energias regulatórias"* (p.54). De acordo com ele, a redução da emancipação moderna à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e a redução da regulação moderna ao princípio do mercado, incentivadas pela conversão da ciência na principal força produtiva, constituem as condições determinantes que levaram o colapso de emancipação na regulação assim, o paradigma da modernidade deixa de poder renovar-se e entra em crise final. Observa-se que a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno, é o resultado do grande avanço do conhecimento que ele próprio

propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se afunda.

Para dar sustentação a suas teses, Boaventura desenvolve uma metodologia denominada de "arqueológica". Ele segue caminhos próximos a metodologia de pesquisa desenvolvida por Michel Foucault. Procurando escavar no lixo cultural produzido pelo cânone da modernidade ocidental buscando descobrir as tradições e alternativas que dele foram expulsas; escavar no colonialismo e no neocolonialismo para identificar, nos escombros das relações dominantes entre a cultura ocidental e outras culturas possíveis relações mais recíprocas e igualitárias.

Por outro lado, vale ressaltar que essa escavação não tem um interesse estritamente arqueológico, mas identificar nesses resíduos e nessas ruínas fragmentos epistemológicos, culturais, sociais e políticos que possam nos ajudar a reinventar a emancipação social. Dentro desta perspectiva, da escavação histórica, conceitual e semântica efetuada pelo autor *"emergem possibilidades de conhecimento, para além da ciência moderna, e possibilidades do direito, para além do direito moderno. Emergem também perspectivas de transformar formas de poder em formas de autoridade compartilhada"* (p. 19).

Propõe-se no final do primeiro capítulo um quadro epistemológico, teórico analítico que torne possível a definição, mesmo que em linhas gerais, de um paradigma emergente, tanto de sua possibilidade emancipatória, como das subjetividades, individuais e coletivas, com a vontade de definir tais possibilidades. Teremos então um

paradigma "de um conhecimento prudente para uma vida desceite" (p. 74). O conhecimento-emancipação, ao tornar-se senso comum, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento deve traduzir-se em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida. Para ele a ciência e a tecnologia aumentaram a nossa capacidade de ação de uma forma sem precedente mas, por outro lado, criou-se uma crescente assimetria entre a capacidade de agir e a capacidade de prever as conseqüências da ação. É por isso que sugere a prudência à nossa aventura científica, sendo essa prudência o reconhecimento e o controle da insegurança (p. 109).

É importante ressaltar que o autor ao longo de todo o livro retoma, renova e amplia a sua crítica a ciência moderna, já apresentada em obras anteriores, destacando o seu movimento de autoproclamação contemporânea de si mesma, desprezando outras formas de conhecimento. Ele afirma que a ciência é um modelo global de racionalidade científica autoritário, na medida em que nega o caráter racional de todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e suas regras metodológicas (p. 61). Dentro desse contexto ele procura demonstrar ainda que a ciência moderna é hegemonicamente ocidental, capitalista e sexista (patriarcal).

Destaca também que a atual forma de reflexão epistemológica, com sua intensa busca do rigor científico, ao afirmar a personalidade do cientista acabou por destruir a personalidade da natureza. Portanto, ele acha possível que esteja já acontecendo essa

mudança de um conhecimento "triste e desencantado" que transforma a natureza num autômato. Assim chegou o momento de se "despir, com alguma dor, dos conceitos teóricos e epistemológicos anteriores, em busca de uma vida melhor a caminho de outras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural" (p. 74). Em outras palavras, devemos reavaliar o conhecimento-emancipação, e, conceder-lhe a primazia sobre o conhecimento-regulação.

Santos expõe com acuidade a sua posição de pós-moderno de oposição, como a opção epistemológica mais adequada à fase de transição paradigmática em que nos encontramos, e que consiste na revalorização e reinvenção de uma das tradições marginalizadas da modernidade ocidental: o conhecimento-emancipação, que visa uma repolitização global da vida coletiva, sendo uma das condições essenciais para romper com a auto-reprodução do capitalismo. Assim, já existe hoje um conjunto de práticas político-culturais que visa orientar a comunidade através de um conhecimento-emancipação que habilite seus membros a resistir ao colonialismo e a construir a solidariedade pelo exercício de novas práticas sociais, que conduzirão a outras formas mais ricas de cidadania individual e coletiva (p. 96).

Boaventura nos faz ver a positividade do senso comum. Apesar de o conhecimento do senso comum ser geralmente um conhecimento mistificador, possui uma dimensão utópica e libertadora que pode valorizar-se através do diálogo com o conhecimento pós-moderno. Assim, para ele o senso comum "(...) faz

coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão de mundo assente na ação e no princípio da criatividade e responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e, nessa correspondência, inspira confiança e confere segurança. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência lingüística. O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e não-metódico; não resulta de prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida. O senso comum privilegia a ação que não produza rupturas significativas com o real. O senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade ou convence" (p. 108).

Dentro do conjunto de argumentações o autor estabelece que *"os nossos problemas sociais assumiram, uma dimensão epistemológica quando a ciência passou a estar na origem deles. Os problemas não deixaram de ser sociais para ser epistemológicos. São epistemológicos na medida em que a ciência moderna, não podendo resolvê-los, deixou de os pensar como problemas. Daí a necessidade de uma crítica da epistemologia hegemônica e a necessidade de invenções críveis de novas formas de conhecimento" (p. 117).*

No segundo capítulo, "Para uma concepção pós-moderna do direito", o autor demonstra que a transformação da ciência moderna na racionalidade hegemônica e na força produtiva fundamental, por um lado, e a transformação do direito moderno

num direito estatal científico, por outro, são duas faces do mesmo processo histórico, daí decorrendo isomorfismos entre a ciência e o direito modernos. Portanto, defende a necessidade de uma reavaliação radical do direito moderno, paralela a reavaliação radical da ciência moderna. O direito separou-se dos princípios éticos e tornou-se um instrumento dócil da construção institucional e da regulação de mercado (p. 140). O cientificismo e o estatismo moldaram o direito de forma a convertê-lo numa utopia automática de regulação social e passaram a ser as principais características do direito racional moderno. Neste capítulo, Boaventura passa em revista as transformações jurídicas ocorridas nos três períodos do desenvolvimento do Capitalismo e analisa alguns dos debates sobre a "crise do direito", concluindo que *"todas foram incapazes de identificar as verdadeiras raízes do atual descontentamento do direito" (p.186)*

No terceiro capítulo, "Uma cartografia simbólica das representações sociais: o caso do direito", Santos demonstra as virtualidades analíticas e teóricas de uma abordagem sociológica tomando por matriz de referência a construção social e a representação do espaço. Utilizando-se da cartografia ele desenvolve uma concepção do direito enquanto mapa cognitivo dos espaços de ordem e desordem em que nos movemos quotidianamente. Assim, a análise do direito permite-lhe identificar as estruturas profundas da representação jurídica da realidade social, quase sempre ausentes nos debates sobre os limites e a crise do direito. Nesse momento é possível concluir que *"vivemos num tempo de porosidades e, portanto, também de*

porosidade ética e jurídica, de um direito poroso constituído por múltiplas redes de ordens jurídicas que nos forçam a constantes transições e transgressões”.

No quarto capítulo, “Para uma epistemologia da cegueira”, Boaventura nos propõe uma nova atitude epistemológica que nos convida a: (1) uma movimentação prudente, em vez que não pode garantir que todas as movimentações sejam na direção pretendida; (2) uma pluralidade de conhecimentos e práticas já que nenhum deles isoladamente garante a orientação confiável; (3) uma aplicação da ciência edificante e socialmente responsável, em vez de técnica, já que as conseqüências das ações científicas tendem a ser menos científicas que as ações em si. Para tanto, exige do cientista uma nova postura epistemológica que venha a adotar uma adequada atitude vivencial de seu trabalho concreto e o impacto dele, uma atitude de otimismo trágico.

Ainda no quarto capítulo, o autor analisa o impacto da cooptação e da emancipação pela regulação na própria regulação e, por conseqüência, no conhecimento científico. Com isso ele procura demonstrar o significado do agravamento da falta de controle sobre as conseqüências das ações e práticas sociais cientificamente fundadas. Assim, ele analisa o caso da economia, porque *“ela tem o privilégio de regular cientificamente a sociedade, e por isso, nos permite analisar nela a representação distorcida das conseqüências”* (p. 229). Ele demonstra uma espécie de privilégio epistemológico da ciência moderna e como resultado a destruição de todos os conhecimentos alternativos que poderiam vir a pôr em causa esse privilégio. Dessa forma, o autor

propõe como alternativa uma epistemologia da visão com três *démarches* epistemológicas: a epistemologia dos conhecimentos ausentes; a epistemologia dos agentes ausentes e a revisitação da representação e dos seus limites.

No quinto capítulo, “Os modos de produção do poder, do direito e do senso comum”, o autor procura mostrar até que ponto é possível estabelecer o equilíbrio entre estrutura e ação na análise da produção de regulação social na transição paradigmática. Neste ponto, apresenta três questões: 1) é o reconhecimento de que, na sociedade, há uma pluralidade de ordens jurídicas, de formas de poder e de formas de conhecimento; 2) é a orientação da ação transformativa e dos obstáculos que ela enfrenta e 3) as relações entre as sociedades nacionais, os sistemas internacionais e a economia mundial. No geral, ele procura fazer uma abordagem mais abrangente, incluindo o direito, o poder e o conhecimento em pé de igualdade, sem os fundir em totalidades redutoras, mas, pelo contrário, alargando o âmbito da diferenciação e da fragmentação, salientando os fios que os articulam em rede. Nesse sentido, Santos procura demonstrar que *“há uma centralidade do poder do Estado, do direito e da ciência moderna que não pode ser negligenciada nem subestimada, os três estão espalhados em todas as constelações de poder, de direito e de conhecimento que emergem nos campos sociais concretos, mas funcionam sempre em articulação com outras formas de poder e de direito não estatais e com várias formas de conhecimento científico”* (p. 275).

No sexto capítulo, “Não disparem sobre o utopista”, Boaventura retoma e amplia suas

propostas utópicas apresentadas em *Pela mão de Alice* (1994: 243 e ss.). Assim, procura avançar mais na identificação de novos caminhos emancipatórios através da utopia, ou seja, através da imaginação, de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade, e a oposição da imaginação à necessidade do que existe. Para ele o pensamento utópico tem um duplo objetivo: reinventar mapas de emancipação social e subjetividades com capacidade e vontade de os usar. Dessa forma o "objetivo principal não foi, portanto, apresentar o projeto de uma nova ordem, mas tão-só mostrar que o colapso da ordem ou da desordem existente não implica, de modo algum, a barbárie. Significa, sim, a oportunidade de reinventar um compromisso com uma emancipação autêntica, um compromisso que, além do mais, em vez de produto de um pensamento vanguardista iluminado, se revela como senso comum emancipatório" (p. 383).

O autor entende a utopia como "o realismo desesperado de uma espera que

permite lutar pelo conteúdo da espera, não no geral, mas no exato lugar e tempo em que se encontra. A esperança não reside, pois, num princípio geral que providencia por um futuro geral. Reside antes na possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que parecem utópicas em todos os tempos e lugares exceto naqueles em que ocorrem efetivamente. É este o realismo utópico que preside às iniciativas dos grupos oprimidos que, num mundo onde parece ter desaparecido a alternativa, vão construindo, um pouco por toda parte, alternativas locais que tornam possível uma vida digna e decente" (p. 36).

Elvio Quirino Pereira

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa)
Professor da Universidade de Tocantins

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Política & Trabalho*, editada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa), aceita propostas de artigos para publicação. No entanto, todos os trabalhos que não tenham sido explicitamente encomendados aos seus autores, através de correspondência oficial da Comissão Editorial, serão submetidos à avaliação do Conselho Editorial, ao qual cabe a decisão final sobre sua publicação. O Conselho Editorial reserva-se, ainda, o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar o texto às dimensões da revista ou, do mesmo modo, ao seu padrão editorial e gráfico. O recebimento dos artigos para avaliação prevê, também, as seguintes normas:

1. Devem ser entregues 03 (três) cópias impressas do artigo, em papel formato A4, sendo 02 (duas) dessas cópias sem a identificação do autor do texto. Também deve ser entregue 01 (uma) cópia em disquete 3 1/2 " padrão IBM PC.
2. O texto deve estar digitado no programa processador de textos *Microsoft Word for Windows* versão 2000 (9.0), ou superior, com espaçamento entre-linhas duplo, fonte *Times New Roman* em corpo 12.
3. No final do texto devem constar 02 (dois) resumos de, no máximo, 05 (cinco) linhas, sendo um em português e o outro em inglês ou francês. Junto aos resumos devem constar, ainda, 03 (três) palavras-chave, para efeito de classificação bibliográfica.
(OBS: não serão aceitos trabalhos para avaliação sem os respectivos resumos e palavras-chave).
4. As citações, quando existirem, caso excedam a extensão de 03 (três) linhas devem estar destacadas do corpo do texto.
5. As referências bibliográficas existentes no corpo do texto devem seguir a norma ABNT NBR-6023/out. 2000, ou o comumente chamado "sistema autor/data". Exemplo: (Marx, 1847: 25-32).
6. A relação da bibliografia consultada para a elaboração do trabalho, cuja presença ao final do texto é obrigatória, deve conter todas as obras mencionadas nas referências do corpo de texto e nas citações.
7. O artigo deve conter, ainda, em sua primeira página, como nota de rodapé, o vínculo institucional do autor e, quando necessário, indicação da entidade patrocinadora do trabalho ou evento e data em que foi originalmente apresentado, quando o texto for resultado de comunicação oral ou conferência.
8. Em anexo ao trabalho deve constar o endereço para correspondência do autor e, caso exista, e-mail e/ou número de fax, além do endereço postal.
9. Os trabalhos deverão ser enviados para o seguinte endereço:

Revista Política & Trabalho
Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Bloco V
Campus I - Cidade Universitária - Castelo Branco
CEP 58.051-970
João Pessoa - Paraíba - Brasil

10. *Política & Trabalho* também recebe livros para resenhas/ divulgação de lançamentos e outras comunicações, que devem ser enviados (as) para o editor da revista.

AGRADECIMENTOS

A Comissão Editorial da revista *Política & Trabalho* agradece a colaboração dos colegas abaixo relacionados que contribuíram na elaboração desta edição:

Adriano de León (UFPb)
Andrea Ciacchi (UFPb)
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPb)
Artur Perrusi (UFPb)
Brásilia Carlos Ferreira (UFRN)
Cláudia Fonseca (UFRGS)
Eliana Monteiro Moreira (UFPb)
Lúcio Flávio Vasconcelos (UFPb)
Maria Beatriz Lavieri (UFPb)
Maria Carmela Buonfiglio (UFPb)
Marilda Aparecida de Menezes (UFPb)
Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPb)
Tereza da Nóbrega Queiroz (UFPb)

Solicitamos permuta
Rogamos scambio
Nous sollicitons l'échange de numéro
Exchange requested
Wir bitten um Austausch

Esta publicação foi impressa pela Manufatura Editora,
em papel Offset (miolo) e papel Supremo (capa),
com tiragem de 300 exemplares,
para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba, em setembro de 2001.
Sua editoração utilizou o *software* Adobe PageMaker 6.0.1.

O corpo do texto, incluindo títulos e subtítulos,
foi composto com a fonte Book Antiqua.

Na capa se utilizou as fontes Plaza Swash D e Avant Garde Book BT.

NESTA EDIÇÃO:

ARTIGOS

Miríades por entre Maio de 68 e o deserto
Paulo Tarso Cabral de Medeiros

Individualismo e conflito como fonte de sofrimento social
Maria Cristina Rocha Barreto

A emoção e a construção do social
Maria de Fátima Santos de Araújo

A teoria do capital social na análise de políticas públicas
Jacob Carlos Lima

A teoria do imaginário e a proposta de ciências sociais de Michel Maffesoli
Lemuel Dourado Guerra

Recomposição da agricultura familiar e coordenação dos produtores para a
Gestão de bens comuns no Nordeste brasileiro
Eric Sabourin e Gabrílo Marinozzi

Dramas climáticos e responsabilidade social: a relação entre o ritmo das atividades
Econômicas - dias de trabalho e de descanso - e o clima urbano
Tárik Rezende de Azevedo

TRADUÇÃO

Três pioneiros na sociologia das emoções
Thomas J. Scheff

RESENHAS

Raízes e névoas da globalização
Edvaldo Carvalho Alves

Imagéticas multidisciplinares
Adriano de León

Degradação, regulação e realismo utópico
Elvio Quirino Pereira

